

COLEÇÃO ESTUDOS HISTÓRICOS

ALEX ANTÔNIO VANIN
DJIOVAN VINÍCIUS CARVALHO

COORDENADORES

VOLUME III

PASSO FUNDO

ESTUDOS HISTÓRICOS

Espaços e Urbanização

ORGANIZADORES

ALEX ANTÔNIO VANIN
DJIOVAN VINÍCIUS CARVALHO
PEDRO HENRIQUE CARRETTA DINIZ



Projeto
Passo Fundo
Apoio à cultura



Instituto
Histórico
de Passo Fundo
Fundado em 15 de abril de 1974

VOLUME III

PASSO FUNDO

ESTUDOS HISTÓRICOS

Espaços e Urbanização

© 2021, DOS AUTORES

EDITORAÇÃO

ALEX ANTÔNIO VANIN

REVISÃO

GREICE ANZOLIN

CONSELHO EDITORIAL

ANCELMO SCHÖRNER (UNICENTRO)

EDUARDO KNACK (UFCG)

EDUARDO PITTHAN (UIFFS – PASSO FUNDO)

FEDERICA BERTAGNA (UNIVERSITÀ DI VERONA)

HELION PÓVOA NETO (UFRJ)

HUMBERTO DA ROCHA (UIFFS – CAMPUS ERECHIM)

JOÃO VICENTE RIBAS (UPF)

ROBERTO GEORGE UEBEL (ESPM)

VINÍCIUS BORGES FORTES (IMED)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

P289 Passo Fundo [recurso eletrônico] : estudos históricos : espaços e urbanização, volume III / coordenadores Alex Antônio Vanin e Djoivan Vinicius Carvalho ; organizadores Alex Antônio Vanin, Djoivan Vinicius Carvalho, Pedro Henrique Carretta Diniz. – Passo Fundo : Acervus Editora, 2021.
20 MB ; PDF.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-86000-83-2.

1. Passo Fundo (RS) - História. 2. Espaços urbanos.
3. Historiografia. 4. Memória. 5. Urbanização. I. Vanin, Alex Antônio, coord. II. Carvalho, Djoivan Vinicius, coord. III. Diniz, Pedro Henrique Carretta, org.

CDU: 981.65 Passo Fundo

Bibliotecária responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

AS IDEIAS, IMAGENS, FIGURAS E DEMAIS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTA
OBRA SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES

CRÉDITOS DA CAPA:

O ARQUITETO JOAQUIM VIDAL PROJETANDO AS EDIFICAÇÕES DA VII EXPOSIÇÃO NACIONAL DO TRIGO, OCORRIDA EM 1957.

FORTE: ACERVO JOAQUIM VIDAL. ARQUIVO HISTÓRICO DE CACHOEIRA DO SUL.

VISTA DA CIDADE DE PASSO FUNDO, EM 1968. FOTÓGRAFO DEOCLIDES CZAMANSKI. ACERVO FAMÍLIA CZAMANSKI.

CRÉDITOS DA CONTRACAPA:

REGISTRO DE PARTE DOS CONSTRUTORES DO PRÉDIO TEXAS, DO INSTITUTO GINASIAL, POR VOLTA DE 1922. IMAGEM DOADA AO IHPF POR CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA, FILHO DE PAULO INEI DE ALMEIDA, QUE APARECE NA FOTO AINDA CRIANÇA AO LADO DE SUA IRMÃ, NO CANTO À DIREITA. ACERVO INSTITUTO HISTÓRICO DE PASSO FUNDO.

TURIS HOTEL, EM 1964. FOTÓGRAFO DEOCLIDES CZAMANSKI. ACERVO FAMÍLIA CZAMANSKI.

ALEX ANTÔNIO VANIN
DJIOVAN VINÍCIUS CARVALHO
COORDENADORES

ALEX ANTÔNIO VANIN
DJIOVAN VINÍCIUS CARVALHO
PEDRO HENRIQUE CARRETTA DINIZ
ORGANIZADORES

PASSO FUNDO

ESTUDOS HISTÓRICOS

Espaços e Urbanização

VOLUME III



PASSO FUNDO
2021



LABORATÓRIO DE MEMÓRIA ORAL E IMAGEM

O Laboratório de Memória Oral e Imagem (LAMOI) tem como finalidade o desenvolvimento de pesquisas a partir da organização da memória oral, visual, audiovisual e escrita da região norte do Rio Grande do Sul, região de abrangência da UPF, tendo como problemática fundamental a questão da memória. Horizonte esse que se liga ao conceito de identidade, pois as memórias produzidas historicamente pelos diferentes grupos (sociais, étnicos e de gênero) construíram representações de identidade que podem ser acessadas a partir de fontes diversas e passam a ser entendidas como registros das experiências humanas ao longo do tempo e que, na ação de recordar, unem passado e presente, em um processo de manutenção e reforço dos laços identitários dos grupos.

A riqueza da diversidade cultural das diferentes comunidades da região revelou a necessidade de um levantamento histórico amplo, especialmente a partir das histórias de vida de seus atores. Ao mesmo tempo, foi identificada a existência fragmentada de registros escritos, orais e imagéticos dessas memórias, através de histórias de instituições oficiais, de lazer, religiosas, de ensino, das famílias, fotografias e outros objetos.

COORDENAÇÃO: João Carlos Tedesco e Alessandro Batistella.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
<i>Marcos Antônio Leite Frandoloso</i>	

PARTE I

URBANISMO E MODERNIDADE

1. URBANISMO SANITARISTA: O PLANO DE MELHORAMENTOS URBANOS DE SATURNINO DE BRITO PARA PASSO FUNDO	13
<i>Dirceu Piccinato Jr. Caliane de Almeida Henrique Kujawa</i>	

2. MELHORAMENTOS URBANOS EM PASSO FUNDO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	41
<i>Luiz Roberto Medeiros Gosch</i>	

PARTE II

ESTRUTURAÇÃO URBANA E DISCURSOS

3. O DISCURSO DA INDUSTRIALIZAÇÃO, A URBANIZAÇÃO E O IMAGINÁRIO PROGRESSISTA EM PASSO FUNDO ENTRE 1950 E 1980	69
<i>Eduardo Roberto Jordão Knack</i>	

4. NO MEIO DO CAMINHO TINHA UM TÚMULO: GOMERCINDO DOS REIS, PLANEJAMENTO URBANO E O CEMITÉRIO DA CRUZINHA (DÉCADA DE 1950)	95
<i>Alex Antônio Vanin Djiovan Vinicius Carvalho</i>	

**5. ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO INTRAURBANO DE PASSO FUNDO:
DA DIFERENCIAÇÃO À FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL** 115

Diego Ferreto

PARTE III

HABITAÇÃO E PLANEJAMENTO

**6. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA GRANDE SÃO CRISTÓVÃO:
INFLUÊNCIAS DA VILA OPERÁRIA Z. D. COSTI** 143

Pedro Henrique Carretta Diniz

**7. HABITAÇÃO MODERNA:
O EDIFÍCIO DOS BANCÁRIOS EM PASSO FUNDO** 169

Edgar de Souza

**8. PASSO FUNDO ADENTRA O SÉCULO XXI:
LEGISLAÇÃO E PLANEJAMENTO COMO PROCESSOS DE
TRANSFORMAÇÃO URBANA** 195

Adriana Gelpi | Rosa Kalil | Wagner de Oliveira | João Henrique Cenci

**9. PLANEJAMENTO, ESTRUTURAÇÃO E GESTÃO:
PASSO FUNDO NO SÉCULO XXI** 221

Ana Paula Wickert | Larissa de Rezende

SOBRE AS AUTORAS E AUTORES 247

APRESENTAÇÃO

A coletânea *Espaços e Urbanização*, conforma o terceiro volume da Coleção Passo Fundo Estudos Históricos, organizado por Alex Antônio Vanin, Djiovan Vinícius Carvalho e Pedro Henrique Carretta Diniz. A obra, publicada no ensejo das comemorações dos 130 anos da elevação da Vila de Passo Fundo à condição de Cidade – ocorrida em 10 de abril de 1891 –, tem como objetivo reunir textos acerca dos processos, práticas, discursos e agentes envolvidos com a história de Passo Fundo. A partir de trabalhos que abordam questões conceituais e históricas, este volume se propõe a servir, bem como seus predecessores, como espaço para discussão e divulgação de pesquisas relacionadas à temática, com o objetivo de colaborar para a compreensão e o (re)conhecimento dos processos de formação e de transformação da cidade.

Iniciada em 2019, no âmbito das comemorações dos 65 anos de fundação do Instituto Histórico de Passo Fundo, a Coleção Passo Fundo: Estudos Históricos objetiva tornar de conhecimento público e ampliar o acesso à trabalhos, pesquisas, documentos e entrevistas que envolvam a história da cidade, do município e da região de Passo Fundo, produzidos ou colocados à disposição dos pesquisadores nos últimos anos.

A estruturação deste livro se faz em três partes, a primeira trata de uma visão mais histórica da modernidade e o do urbanismo no início do século XX, recorte temporal dos capítulos. Na sequên-

cia, traz trabalhos referentes à estruturação urbana e seus discursos, fechando com textos que refletem o uso e a ocupação do território, avançando em direção ao século XXI.

A oportunidade da organização de textos sobre este tema se revela imprescindível para o momento atual, no qual se identifica uma aceleração da perda dos exemplares que demonstram o processo de crescimento urbano, social e cultural de Passo Fundo. Vivenciamos uma perda não apenas das edificações reconhecidamente notórias para o entendimento da evolução urbana, mas também de edifícios simples que configuram (configuravam, melhor dizendo) Passo Fundo como tal, resultado de diferentes momentos econômicos, arquitetônicos e urbanísticos sobre o ambiente natural e construído. O processo de substituição por caixas brancas com estacionamento se alastra em todos os quadrantes (resultado, obviamente, deste dado contexto econômico contemporâneo). A cidade perde sua identidade, os cidadãos perdem sua memória.

Os autores trazem inúmeras e relevantes referências biográficas para cada um dos temas abordados, não cabendo aqui desenvolver um tratado sobre a importância e relevância da preservação, da conservação, do registro dos bens materiais e imateriais a eles relacionados. Tem-se como premissa que isto já deveria estar intrínseco nas políticas públicas e práticas urbanistas.

A perspectiva do urbanismo sanitário de início do século XX é apresentada por Piccinato Junior, Almeida e Kujawa, que recuperam a ideia dos planos voltados para a salubridade do ambiente urbano, visão dos engenheiros sanitários atuantes no período, responsáveis por apresentarem respostas à urbanização crescente. Para Passo Fundo, Saturnino de Brito, com experiência em outras cidades brasileiras, fez um diagnóstico sobre a perspectiva dos condicionantes ambientais (traçado viário, recursos hídricos, topografia e clima, por

exemplo) e apontou diretrizes para a melhoria das condições de habitabilidade do centro urbano em formação, consolidação e expansão.

Gosch igualmente remonta o processo inicial da evolução urbana por meio do texto *Melhoramentos urbanos em Passo Fundo nas primeiras décadas do século XX*, recuperando a história dos períodos iniciais da povoação até a instalação da malha ferroviária, a qual marcou o redirecionamento da centralidade urbana. Com a abordagem entre o início do século XX e a década de 1940, Gosch apresenta o pensamento técnico dos engenheiros sanitaristas dominante naquele período (no caso, também de Saturnino de Brito), cujos planos resultantes tinham como objetivo principal o saneamento da cidade, através da infraestrutura necessária, do abastecimento de água, do embelezamento e da expansão da cidade.

Ambos os textos inferem que, embora este plano possa ser considerado um precursor das preocupações meio ambientais contemporâneas, as atuações no espaço natural e construído foram pontuais, ou mesmo inexistentes devido a sua não-aplicação prática naquele período. No entanto, as medidas conformam-se em elementos de diagnóstico para a proposta também sanitarista no planejamento urbano subsequente.

Em *O discurso da industrialização, a urbanização e o imaginário progressista em Passo Fundo entre 1950 e 1980*, Knack analisa diversas fontes documentais para subsidiar este discurso e o ideário desenvolvimentista. O autor apresenta a dicotomia entre as aspirações de consolidar a “Capital do Planalto” como referência regional pela classe empresarial e política e, por outro lado, as demandas sociais da cidade com forte expansão a partir do êxodo rural. A visão crítica deste discurso e prática, mostra que esta bandeira progressista nunca foi atingida plenamente, sendo substituída pela consolidação da cidade como polo regional e inter-regional no setor terciário (saúde,

comercio e serviços); mostra também que a necessidade de melhoramento de “embelezamento” da cidade não se efetivou com as respectivas implementações de infraestruturas urbanas básicas.

A relação entre literatura e história é explorada por Vanin e Carvalho, ao trazer à tona fatos que remontam o início da urbanização e expansão da cidade, a partir de dois protagonistas: Gomerindo dos Reis (empresário, político e escritor) e o Cemitério da Cruzinha, revestido com um caráter místico e religioso reconhecido pela população. Para tanto, o texto demonstra como o processo de crescimento urbano apaga literalmente a memória coletiva, ao destruir um pequeno cemitério onde Maria Pequena, uma santinha popular esteve sepultada, ladeada de várias crianças. Sem querer aqui tirar a surpresa sobre os fatos, a questão que conecta os personagens é o da pouca importância dada pela classe dominante para a identidade de uma parcela de população invisível que atribuía sentidos ao Cemitério da Cruzinha, de forma que o ideário desenvolvimentista/progressista trata de apagá-lo não apenas do tecido urbano, mas principalmente da memória coletiva.

Com a discussão sobre a intensificação da periferação e ratificação do modelo de segregação centro-periferia de Passo Fundo, Ferretto aponta uma reflexão sobre o resultado dos processos de crescimento dos espaços intraurbanos de cidades porte médio. A partir dos novos produtos imobiliários, como condomínios fechados e bairros planejados em áreas periféricas, embora representem a constituição de novas centralidades, ocorre uma resignificação que denota a separação social. Com o texto, o autor faz uma crítica a um modelo de desenvolvimento urbano equivocado e insustentável, que acentua esta dicotomia socioespacial.

Na temática da habitação e do planejamento, o trabalho de Diniz em *O processo de formação da grande São Cristóvão: influências*

da vila operária Z. D. Costi, apresenta-se não só como um resgate da memória histórica coletiva, mas um resgate da identidade de moradores daquele bairro afastado na década de 60/70, e especialmente para mim, tendo em vista que por lá cresci, vivenciando diretamente este território. À parte desse momento de lembrança particular, o texto discorre sobre o processo de crescimento da cidade, ao longo de um dos principais eixos estruturadores de Passo Fundo atualmente. Destaca a importância e a relevância deste complexo fabril e operário, mas principalmente enfatiza o registro seletivo do que é ou não patrimônio histórico e cultural, já que poucos registros foram efetuados na historiografia local, bem como seu processo de substituição foi tido como natural do desenvolvimento urbano.

O estudo de caso sobre o Edifício dos Bancários - construído em 1953 - é o ponto de análise de Souza sobre os resultados das políticas habitacionais frente às demandas da urbanização e da necessidade de atender ao déficit habitacional para a população migrante ou originária do êxodo rural. O projeto evidencia a implementação da arquitetura modernista, principalmente pelo uso dos cobogós, pilotis e racionalização formal e construtiva. Outro ponto de destaque é a mudança do gabarito de alturas para aquele momento do início da verticalização urbana, atendendo ao contexto socioeconômico e desenvolvimentista apresentado pelos autores anteriores. Infelizmente, atualmente a edificação encontra-se descaracterizada.

Avançando no tempo, a abordagem sobre a legislação e o planejamento como impulso à transformação urbana adentra o século XXI sob o olhar de Gelpi, Kalil, Oliveira e Cenci. A pesquisa discute o planejamento urbano sob a ótica do Estatuto da Cidade, e com ele a avaliação emergente dos indicadores de sustentabilidade. Para os autores, os vetores de crescimento e as subcentralidades incorporados no instrumento urbanístico em vigência aponta a qualificação

e democratização, ao menos teórica, da vida urbana e da sustentabilidade em todas as suas dimensões.

Wickert e Rezende reconhecem como ponto fundamental a compreensão de que uma cidade se constrói ao longo do tempo, em resposta aos contextos de cada uma das épocas sob os vieses dos interesses coletivos e/ou forças políticas e sociais. Ao incorporar um enfoque contemporâneo nas transformações sociais e seus impactos na qualidade de vida, o texto apresenta como estudo de caso a reestruturação das áreas verdes e espaços públicos implementados em Passo Fundo na última década. A base das intervenções, de acordo com as autoras, se faz nas definições claras das políticas públicas e de um planejamento urbano articulado e participativo. O sucesso prático atingido impacta diretamente na melhoria da qualidade dos cidadãos, em uma cidade viva e vívida, premissas de um urbanismo focado nas pessoas, na sua identidade e no seu pertencimento.

Finalizando, as discussões e análises aqui apresentadas apontam uma perspectiva otimista e talvez utópica, sobre o futuro, ao passo que os fatos do hoje apontam um futuro distópico. Sabe-se que alguns marcos urbanos em breve serão apagados da paisagem. No entanto, cabe trazer ao conhecimento público o que o conjunto de autores e autoras mostram neste livro, revelando novos fatos até então pouco explorados ou totalmente apagados, ou reforçando a pertinência de outros tantos, a fim de estabelecer diretrizes de planejamento urbano e natural integrados para a sociedade pós-antropocena.

Ao lado, Saturnino de Brito como voluntário do Batalhão Benjamin Constant, na rebelião de 1893 (BOTELHO M.H. C. Saturnino de Brito e o saneamento urbano. Revista DAE, 2014, p. 58).

Marcos Antônio Leite Frandoloso

Professor do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Passo Fundo



URBANISMO SANITARISTA:
O PLANO DE MELHORAMENTOS URBANOS DE
SATURNINO DE BRITO PARA PASSO FUNDO

Dirceu Piccinato Junior
Caliane Christie Oliveira de Almeida
Henrique Aniceto Kujawa



O período compreendido entre os últimos anos do século XIX e as primeiras décadas do século XX é tido como um marco na construção dos saberes que compõem o corpus disciplinar do urbanismo. Mais precisamente, à época, o capitalismo mundial, em razão da chamada segunda Revolução Industrial, sofreu profunda transformação. Na Europa e nos Estados Unidos registrou-se um intenso processo de mudança no quadro econômico e social urbano. Nesse sentido, também é possível afirmar que a Revolução Industrial provocou significativas alterações no espaço urbano (SIMÕES JUNIOR, 2013).

No Brasil, a administração pública, em consonância com os novos rumos econômicos e urbanos, enfrentou grandes desafios para definir sua posição na divisão internacional do trabalho que estava em formação. Dentre os principais, destacam-se: a questão do trabalho escravo e a necessidade de realização de obras de qualificação urbana, dotando os principais centros do país de infraestrutura e serviços necessários para a consolidação da urbanidade, assim como para o desenvolvimento de atividades industriais e de escoamento da produção cafeeira para exportação. Num segundo plano, tinha-se o intento de integrar diferentes territórios nacionais, bem como de validar o conceito de cidade *sã e bela*, à semelhança dos principais países europeus (FERREIRA; DANTAS, 2006).

Nesse viés, a Proclamação da República no Brasil intensificou a formação de um mercado de trabalho livre e o esforço destinado à construção de um território organizado dentro dos mais modernos

referenciais socioeconômicos e culturais postos à época. Isso estava associado, paralelamente, aos fluxos migratórios internos e externos que se intensificaram em terras nacionais e ao crescente processo de urbanização das mais importantes cidades brasileiras. Como consequência, as obras higiênico-sanitárias tornaram-se prioridade naquele momento (GITAHY, 2005). Para tanto, foram projetados e construídos diversos serviços de abastecimento de água, canais de drenagem e esgotos, dentre outros, em todo o país.

Nesse contexto, o processo de urbanização foi essencial para o desenvolvimento do sistema que possibilitou o grande crescimento demográfico de muitas cidades brasileiras, embora em condições socioambientais impróprias, que contraditoriamente se transformaram num obstáculo à manutenção dos níveis de acumulação requeridos pela nova ordem econômica (CARRIÇO, 2013).

Sob tal perspectiva, construir uma infraestrutura moderna, reestruturando e requalificando as relações entre cidade e campo e os espaços produtivos no interior de ambos, não era apenas tarefa da construção física dos ambientes, mas também de instituições sociais voltadas à busca da intelectualidade e à redefinição das relações sociais (GITAHY, 2005). Isso posto, convém mencionar que é nesta redefinição social e intelectual que se encontram as gêneses das primeiras escolas brasileiras de Engenharia. Afinal de contas, era premente a necessidade de se estruturar uma força tarefa para criar os quadros de formação superior, bem como mobilizar os profissionais intermediários desta ordem de saberes e um grande contingente de trabalhadores que, juntos, seriam capazes de construir o conceito brasileiro de cidade moderna.

Com a consolidação do ensino superior no Brasil, foram os engenheiros os principais profissionais a ler, escrever e intervir nas cidades, assim como a identificar os problemas sanitários decorren-

tes de uma nova ordem estabelecida com o fomento das atividades urbanas. Concomitantemente, a concentração populacional e as precárias condições de salubridade das cidades brasileiras abriram canais para a ocorrência de epidemias, justificando as operações promovidas pelos poderes públicos e pelos representantes do capital. À vista disso, e em razão dos avanços da microbiologia, a chamada bacteriologia, necessitava-se de um novo profissional responsável pelo saneamento urbano: o engenheiro sanitário.

Os novos programas de saneamento básico recaíram, sobretudo, aos engenheiros municipais. Segundo a pesquisadora Ivone Salgado (2010), esses profissionais eram chefes entre a elite tecnocrática, que construía e administrava a nova infraestrutura urbana, e se consolidaram ao lado da classe emergente burocrática de funcionários permanentes da cidade.

Sendo assim, o engenheiro sanitarista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito desenvolveu diversos planos e projetos de saneamento para cidades em todo o país. Seus trabalhos para Santos, Rio de Janeiro, Recife e Belo Horizonte, além de renderem importantes textos sobre as questões urbanísticas, foram e ainda são consideravelmente discutidos e objetos de análise em pesquisas e artigos científicos. Todavia, carece de estudos um conjunto de cidades que na época não se destacavam como capitais ou grandes centros de interesses. Por essa razão, estudar o ideário urbano de Saturnino de Brito com implicações para a cidade de Passo Fundo torna-se preponderante. Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é analisar o ideário de Saturnino de Brito, presente nos projetos e relatórios elaborados pelo engenheiro, bem como suas ressonâncias no Plano de Melhoramentos Urbanos de 1919 para a cidade de Passo Fundo (RS).

Em retrospectiva, Saturnino de Brito foi convidado para desenvolver um plano de melhoramentos para a cidade de Passo Fun-

do (RS) e, apesar de o projeto elaborado pelo engenheiro sanitarista para a cidade não ter sido executado, considera-se que o plano representa uma parcela da urbanística sanitária do referido profissional. Ademais, compreende-se a idealização de um novo perfil espacial para Passo Fundo, ou seja, a modernização de seu ambiente interurbano. Vale destacar que, embora haja menção à ação de Saturnino de Brito em Passo Fundo pela historiografia especializada, ainda não há estudos aprofundados na análise urbanística/morfológica do seu plano para a localidade.

Este artigo, de caráter empírico-analítico, estrutura-se em análises bibliográficas e em fontes documentais primárias, tanto acerca da conformação físico-espacial da cidade quanto do projeto e do relatório elaborados pelo engenheiro. A primeira parte do artigo é dedicada à compreensão dos preceitos do urbanismo sanitarista de Saturnino de Brito em alguns de seus planos. Na segunda seção é discutida a evolução histórica-urbana de Passo Fundo, sobremaneira no período entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, que ocorreu de maneira paulatina nas proximidades da rua do Comércio, atual avenida Brasil (principal via arterial da cidade). Por fim, é pormenorizado o Plano de Melhoramentos Urbanos para a cidade sul-rio-grandense.

SATURNINO DE BRITO E O URBANISMO SANITARISTA

No ano de 1881, Saturnino de Brito ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde se formou em Engenharia Civil em 1886. De 1887 a 1892, exerceu seu primeiro emprego como engenheiro civil, na Estrada de Ferro Leopoldina. Em 1893, interrompeu sua carreira por um ano para servir a causa do Governo Legal como voluntário no Batalhão Benjamin Constant. Já em 1894, restabele-

ceu sua vida profissional como engenheiro no processo de construção da Carta Cadastral do Rio de Janeiro e, no ano seguinte, realizou o levantamento das plantas e organização dos projetos de saneamento da cidade de Vitória, no estado do Espírito Santo. Em 1896, trabalhou como engenheiro da Comissão de Saneamento do estado de São Paulo. A partir de 1898, passou a realizar inúmeros trabalhos para as mais diferentes cidades do Brasil, atuando profissionalmente em 53 cidades brasileiras, nas quais pôde expor suas ideias e aplicá-las, principalmente, na área de saneamento e embelezamento das cidades (LEME, 1999).

Segundo André Luís Borges Lopes (2013), os politécnicos se reconheciam a partir de uma matriz ideológica comum, fundada no positivismo e pautada na relação entre a modernização do país e o desenvolvimento científico. Esses grupos eram conhecidos, nesse ínterim, como “missionários do progresso”, homens de ciência que garantiriam a evolução e o progresso da nação. Inclusive, eles eram vistos como portadores de um saber objetivo, oposto ao saber livre-có baseado na retórica, característico dos bacharéis.

Além disso, o progresso científico na área das Ciências da Saúde contribuiu, na realidade nacional a partir da segunda metade do século XIX, para a adoção dos princípios do sanitarismo nas práticas urbanas, num momento em que o enfrentamento às epidemias exigia que as áreas centrais fossem remodeladas, de forma a implantar serviços e infraestrutura de abastecimento de água e coleta de esgotos, a sanear áreas pantanosas e inundáveis, a prover espaços públicos abertos para facilitar a aeração e a insolação, a eliminar focos de concentração de moradias não salubres, os cortiços, e a estabelecer regulações para as construções no espaço urbano, dentre outros (SIMÕES JUNIOR, 2013).

Afinal, as cidades do país eram consideradas insalubres: havia

sujeira pelas vias, ruas esburacadas e alagadiças em dias chuvosos; as doenças geradas pela falta de higiene e saneamento resultaram na morte de muitos cidadãos; o esgoto *in natura* circulava pelos logradouros juntamente com os transeuntes – o mau cheiro acompanhava o passante; a água para consumo ficava distante das moradias; a iluminação à noite era precária, ou ausente em muitas realidades à época; e o traçado urbano evidenciado na maioria das cidades, caracterizado principalmente por vias estreitas e tortuosas e longos lotes com edificações em altura e sem distanciamento, dificultava a circulação de pessoas e mercadorias, como também a salubridade de suas edificações e a qualidade de vida dos seus moradores. É diante desse cenário que o engenheiro sanitarista Saturnino de Brito atua com seus planos de melhoramentos, como um missionário disposto a resolver os principais problemas urbanos.

Assim, em meio ao processo de modernização nacional, se firmaram algumas influências que nortearam as operações de melhoramentos urbanos e o ideário urbano. Sobre Saturnino de Brito recaiu a escola francesa de urbanismo. Nesse sentido, Carlos Andrade (1992) e Angelo Bertoni (2015) destacam que o trabalho de Camillo Sitte é particularmente útil para Brito, pois as ferramentas de análise desenvolvidas por Sitte na sua obra *Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos* (1889) são apropriadas por Saturnino para apoiar a demonstração de uma colaboração importante entre técnicos e urbanistas. Assim, de acordo com o aporte teórico oferecido por Sitte, o estabelecimento de um plano geral é essencial para nortear o crescimento ordenado das cidades. Nessa perspectiva, o primeiro elemento a se considerar é a definição das redes técnicas, que devem tirar proveito de encostas naturais para reduzir os custos de implementação, ou seja, é preciso definir uma topografia sanitária. Bertoni (2015) acrescenta que Saturnino demonstra uma

profunda sensibilidade e experiência quando discute a questão da linha reta e curva das ruas, pois assinala que os efeitos pitorescos não podem ser considerados em detrimento da eficácia sanitária.

Ainda em se tratando da obra de Camillo Sitte, percebe-se que o sentimento artístico estava presente na formação ao acaso das cidades antigas, embora não se apresentasse mais na formação da cidade moderna. De acordo com Brito, segundo os estudos de Daniel Tochetto (2013), deixar a construção da cidade ao acaso provocaria a desordem. Sem planos e sem normas, cada um poderia construir de maneira diferente de seu vizinho e conforme lhe aprouvesse, ou melhor, considerando objetivos individuais ou de grupos e não o interesse coletivo.

Tanto Sitte como Brito possuíam preocupações em comum acerca da construção desordenada da cidade pela falta de regras. Contudo, Sitte estava mais preocupado com aquilo que se aprenderia com o passado, enquanto Brito, apesar de também considerar o passado importante, defendia a necessidade de estabelecer princípios reguladores para o crescimento, ou seja, preocupava-se com o futuro. Desse modo, Sitte se atentava à preservação da cidade, já Saturnino de Brito se empenhava, especialmente, em planejá-la, pensá-la para o futuro, apesar de não desconsiderar a importância de preservá-la (TOCHETTO, 2013).

Ao analisar a obra de Saturnino de Brito, intitulada *Notes sur le tracé sanitaire des villes* (Notas sobre o traçado sanitário das cidades) (1916), Angelo Bertoni (2015) elucida que a compreensão do urbanismo sanitário de Brito tinha como desígnio dois temas: os problemas de salubridade na transformação dos espaços urbanos e a construção das cidades; e as competências profissionais e o diálogo entre as ciências. A abordagem defendida por Saturnino de Brito está fundamentada na engenharia sanitária, sua ciência de referên-

cia, mas ele amplia o ideário para além do saneamento urbano ao projetar intervenções em áreas urbanas existentes e a serem criadas.

Outro aspecto a ser ressaltado, não só no pensamento de Brito, é a preocupação com a salubridade, que acarretou a introdução de novos espaços arborizados e livres na configuração física das cidades, considerados de suma importância para a saúde da população. Logo, no sentido de associar materialmente essa preocupação, acabaram emergindo diferentes programas de conservação dos parques existentes e obras de reforma viária das áreas centrais, que imprimiram novos cenários, novos usos e novas sociabilidades no espaço intraurbano de várias cidades brasileiras (DANTAS, 2003).

Segundo Daniel Tochetto (2013), Saturnino de Brito definiu a circulação como condição fundamental nas cidades. Ora, abrir largas ruas e criar avenidas, elementos até então incompatíveis com o desenho irregular das cidades antigas, era condição preponderante. Aliás, de acordo com o engenheiro, as necessidades impostas pela vida moderna não poderiam mais se adaptar aos traçados irregulares da maioria das cidades antigas, pelo menos não nos novos bairros. No entanto, tais ações não poderiam ocorrer de modo pontual; para suprir as necessidades da vida moderna, era preciso um Plano de Melhoramentos Urbanos.

À vista disso, o plano que regularizaria a construção da cidade, para ser efetivado, carecia de uma lei que o legitimasse, como acontece na atualidade. Somente assim seria possível sanear e modernizar o espaço urbano em nosso país. A partir dessa postura, Brito implantou “[...] o planejamento urbano na administração de inúmeras cidades brasileiras” (ANDRADE, 1992, p. 4). Além de planejar, embelezar e sanear as cidades assoladas ou sob ameaça de epidemias, o urbanismo sanitário Brito concedeu um novo padrão estético, moderno e progressista, cuja implantação se tornou, duran-

te a primeira República, um dos pilares do Estado Novo. André Luís Borges Lopes (2013) cita que, a partir da nova ordem republicana, as principais cidades brasileiras passaram por um processo de modernização e urbanização relacionados ao novo projeto político das elites no poder. Esse rearranjo espacial e social estava baseado em novos paradigmas de higienização, saneamento e embelezamentos, sobretudo, franceses.

Assim, na engenharia sanitária, considera-se que a configuração topográfica, as áreas verdes e os recursos hídricos, com ou sem a interferência de obras perpetradas pelo homem, são os elementos que comumente modelam a paisagem. Esses fatores, associados às articulações sociais e econômicas, configuram o quadro adequado para o desenvolvimento de um planejamento urbanístico e sanitário. Conforme Carlos Roberto Monteiro de Andrade (1992), Brito afirmava que a necessidade de se elaborar planos gerais de expansão ocorria por três fatores: evitar que o crescimento da cidade acontecesse ao acaso; extirpar os conflitos entre interesses privados e públicos; e conceder maior longevidade às obras de saneamento, para que elas não fossem comprometidas futuramente.

Nesse contexto de planejamento geral desenvolvido por Saturnino de Brito, era fundamental realizar um levantamento prévio da cidade existente. Para tanto, Brito desenvolveu uma metodologia ampla para levantamentos e diagnósticos da área a ser estudada; importante para a organização dos projetos. Os procedimentos assim se apresentavam: o levantamento topográfico preciso, especificando as ruas e becos a serem alargados, os locais pitorescos a serem preservados, as áreas para jardins e parques, as áreas para a futura expansão da cidade; *a identificação dos levantamentos cadastrais pretéritos e os planos e posturas municipais elaboradas anteriormente*, para a identificação das características econômicas, da população, vegeta-

ção, clima, salubridade, bem como para apontar e compreender as causas de insalubridade; *o diagnóstico da situação atual dos serviços urbanos, das condições sanitárias*, de modo a elencar os mananciais a serem preservados, a natureza das águas, mensurar o volume de água requisitado e as indicações precisas das condições de descarga dos despejos; *o mapeamento das atitudes da população do ponto de vista higiênico*, incluindo as condições das moradias, os tipos de instalações nas residências e os condicionantes topográficos relacionados (BRASIL, 1943, grifos nossos).

Dito isso, pode-se observar alguns pontos comuns que definem seu modo de atuação nas cidades: a necessidade de preparar anteriormente a construção das cidades visando atender aos requisitos de salubridade, como o ar, a luz e a circulação, através da proposição e implantação de um Plano de Melhoramentos Urbanos; a reforma do poder público municipal e das competências técnicas para facilitar a defesa do interesse de toda população; e o conhecimento da área como um elemento fundamental para ações de transformação e construções urbanas. Assim, de acordo com Saturnino de Brito, era preciso pensar a cidade como um todo, considerando o saneamento, as áreas existentes e a serem habitadas, assim como o traçado urbano e a legislação. Em suma, o seu objetivo era tornar a cidade mais bela, salubre e moderna.

Ademais, o processo de industrialização permitiu dividir a responsabilidade do desenvolvimento do espaço urbano entre diferentes campos e profissões. Aos engenheiros coube cuidar da infraestrutura e da função em grande escala, concentrando-se em diferentes especialidades, como a água, o esgoto e a circulação. Aos arquitetos, responsáveis pela média escala, recaíram os planos de ocupação e projetos de edifícios. A pequena escala, em geral, pertenceu aos paisagistas, os quais davam ênfase no projeto através de elementos

verdes e demais demandas. Entretanto, o que se observa é que Saturnino atuava de maneira holística em relação à cidade, ou seja, pensava e propunha soluções amplas a fim de permitir a construção de uma nova realidade urbana.

A REALIDADE URBANA DE PASSO FUNDO

A instalação das primeiras famílias na área do atual município de Passo Fundo ocorreu entre os anos de 1827 e 1828, quando o cabo Manoel José das Neves ganhou como recompensa por serviços militares prestados uma porção de terras (D'AVILA, 1996). A ocupação nos primeiros anos foi paulatina, marcada principalmente por dificuldades decorrentes da Revolução Farroupilha (1835-1845), que ocasionou, à época, dentre outros aspectos, uma considerável redução no número de habitantes na localidade (XAVIER E OLIVEIRA, 1990; D'AVILA, 1996).

Passado o mencionado conflito, várias famílias de estancieiros, que haviam deixado a região, retornaram. Concomitantemente, a região abrigou uma significativa parcela populacional advinda de diversos países europeus, sobretudo da Alemanha e da Itália, decorrentes dos fluxos migratórios. Nesse ínterim, Passo Fundo ganhou importância política, em grande medida pela sua posição geográfica estratégica que influenciava a economia sulina e nas questões militares envolvendo disputas internas e com os países da região Platina.

Em 1857, Passo Fundo foi emancipada e a administração pública passou a gerenciar uma grande extensão de terras da região Norte do Rio Grande do Sul. Em que pese a crescente importância política, a emancipação não alterou significativamente a densidade populacional ou a realidade econômica, que continuava baseada na comercialização de animais, na extração de erva-mate e de pe-

dras semipreciosas, na plantação de trigo e na venda de banha suína (D'ÁVILA, 1996).

Uma das principais barreiras ao crescimento econômico de Passo Fundo era a distância e a dificuldade no deslocamento de pessoas e cargas até o centro consumidor, na região de Porto Alegre, e na venda de produtos na região de São Paulo que, no período, ocorria por meio de transporte fluvial (Porto do Guaíba, Porto Alegre) e marítimo (Porto de Rio Grande) (TEDESCO, BALBINOT, CORTEZE, 2017; NEUMANN, MEYRER, 2107; XAVIER E OLIVEIRA, 1990).

Nesse sentido, em âmbito internacional, a ferrovia era o símbolo da modernização econômica e do desenvolvimento industrial europeu desde meados do século XVIII. No Brasil, a partir de meados do século XIX, as ferrovias passaram a se conformar como um importante impulsionador da economia cafeeira e do comércio internacional, principalmente através do Porto de Santos. A passagem do trem era sinônimo de dinamização econômica, aumento populacional, ampliação da produção, valorização fundiária e crescimento dos núcleos urbanos.

A estação de Passo Fundo foi inaugurada em 20 de novembro de 1898 e é considerada, por grande parte dos pesquisadores que se ocupam da história da localidade, como um marco na dinâmica de consolidação do espaço urbano (XAVIER E OLIVEIRA, 1990; D'ÁVILA, 1996; TEDESCO, 2015). A importância da ferrovia está associada ao fato de a cidade de Passo Fundo ter se tornado um centro urbano e comercial, deixando de ser apenas passagem das tropas, bem como em razão de a economia regional ter se intensificado com as atividades madeireiras, com o transporte de gado e de mercadorias.

Mais precisamente, a indústria madeireira cresceu nas primeiras décadas do século XX em todo Norte do Rio Grande do Sul.

Na região do Alto Uruguai e no Oeste Catarinense, por exemplo, o referido crescimento ocorreu em função da abundância de madeira nessas regiões e da possibilidade de, além de atender ao mercado nacional, comercializá-la para a Argentina, Uruguai e Europa, através do Porto de Rio Grande. O transporte da madeira era feito, sobretudo, por meio do rio Uruguai e seus afluentes, como também pelas já mencionadas ferrovias.

Além disso, percebe-se que a colonização da região Norte está estreitamente associada à exploração de madeira, visto que estabeleceu uma dinâmica de apropriação da terra através da constituição de colônias pelo estado do Rio Grande do Sul ou por empresas privadas, pela expropriação de caboclos, bem como pelo aldeamento indígena através da demarcação dos Toldos, entre os anos de 1910 e 1918 (KUJAWA, 2015). Tedesco e Sander (2005), ao tratarem do tema, afirmam não ser possível entender a dinâmica econômica rural e urbana que se instituiu em Passo Fundo e no Norte do estado sem considerar o conjunto de relações mercantis e sociais que se estruturaram em torno da atividade madeireira.

A dinâmica dessa economia normalmente funcionava com a instalação de serrarias que, próximas dos locais com abundância da matéria-prima, extraíam a madeira e, posteriormente, comercializavam as terras para os colonizadores que se ocupavam com o cultivo agrícola. Do ponto de vista da estrutura, havia grandes empresários que, muitas vezes, possuíam diversas serrarias ou, então, se associavam com pequenas serrarias para adquirir a madeira e comercializá-la no mercado nacional ou para exportação.

Até o final do século XIX, a expansão urbana aconteceu de maneira lenta nas proximidades da rua do Comércio, particularmente na direção oeste, sentido ao bairro Boqueirão. Para o pesquisador Diego Ferretto (2011), ao norte, a ocupação avançou até as atuais

ruas Paissandú e Uruguai; ao sul, até a atual rua Morom; a leste, evidenciava-se uma capela que, até então, não havia sido efetivamente incorporada ao núcleo urbano.

No final da década de 1910, a cidade se expandiu seguindo o eixo da rua do Comércio, que a partir de 1913 passou a ser denominada de avenida Brasil, até o rio Passo Fundo. A ocupação urbana avançou também ao norte da referida via, em torno dos recém-inaugurados hospitais de Caridade (1914) e São Vicente de Paulo (1918), e ao sul, nas proximidades da estação férrea, além de um pequeno avanço na direção do Boqueirão, a oeste (FERRETTO, 2011).

Pode-se considerar que o projeto de saneamento de Passo Fundo, elaborado em 1919 pelo engenheiro sanitarista Saturnino de Brito, está inserido num contexto de crescimento relativo do núcleo urbano, mas principalmente de ampliação da importância (econômica, social e política) regional que a cidade assumia.

O PLANO DE MELHORAMENTOS URBANOS PARA PASSO FUNDO

A cidade de Passo Fundo está localizada sobre um divisor de águas, bastante exposta a fortes e frios ventos de inverno e com topografia acidentada. Acerca dos braços de água, a cidade é cortada no sentido sudeste-noroeste pelo rio Passo Fundo, proveniente do rio Uruguai; pelo córrego denominado de Lava-Pés, também no sentido noroeste, que deságua na bacia do Jacuí; e outra sanga de rio que também deságua no Jacuí, na direção sul.

Em se tratando da potencialidade de distribuição de força elétrica, proveniente de outras fontes de água, Passo Fundo já era servida, nas duas primeiras décadas do século XX, pela Usina Hidrelétrica Municipal, situada no rio Taquari, distante 21 km da ci-

dade, aproveitada para os serviços de iluminação pública e para a indústria; pela queda do rio Taquari, com 27 m de altura e distante 50 m do seu centro urbano; pela cascata do rio Várzea, próxima a Carazinho; e pela cascata do rio Santo Antônio, próxima ao município de Campo do Meio, com altura de queda de 30 m.

Em relação a esse cenário, a primeira proposição de Brito foi a construção de uma represa compensadora, junto à queda do rio Santo Antônio, de modo que pudesse render grande volume de água para o abastecimento de Passo Fundo, sobretudo em períodos de estiagem. Conforme o engenheiro, aquele volume de água e de força elétrica seria fundamental para o progresso da cidade e em muito facilitaria a solução do problema de distribuição de água na localidade naquele momento (BRASIL, 1943).

No tocante ao espaço urbano à época, a cidade possuía aproximadamente 10.500 km², e a já denominada avenida Brasil possuía, aproximadamente, 3 km de extensão. Autores como Ferretto (2002) e Mascaró e Bonatto (2014) afirmam que este trecho se estendia da rua General Neto à rua Coronel Miranda, perpassando cerca de dez quarteirões. Porém, ao se observar a planta da cidade autorizada pelo então intendente municipal, o coronel Pedro Lopes de Oliveira, em seu terceiro mandato, entre os anos de 1912 e 1920, disponibilizada no relatório da Intendência, nota-se que não há a especificação do trecho exato de tal artéria da cidade (Figura 1).

Vale mencionar que a primeira tentativa de registro cartográfico de Passo Fundo, por parte da municipalidade, ocorreu no ano de 1916, mas o processo, que fez uso do sistema de levantamento por triangulação, como claramente colocado pelo engenheiro Saturnino de Brito em seus estudos sobre a cidade, foi tão moroso que a tarefa foi abandonada sem conclusão. Em 1918, a planta incompleta foi anexada ao relatório do intendente municipal e serviu como base

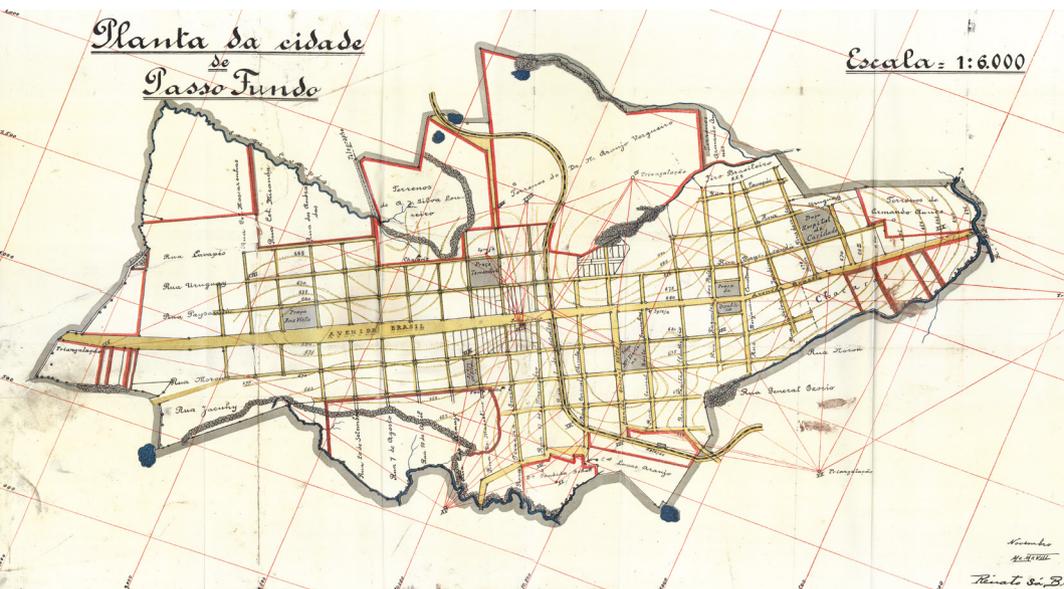


Figura 1: Planta da cidade de Passo Fundo, 1918. Fonte: INTENDÊNCIA Municipal, 1918.

para os estudos de Brito. Tal documento, na ocasião, foi finalizado por estudos autorizados pelo intendente e a planta foi desenhada na escala 1:3.000 a fim de organizar as obras de distribuição de água e coleta de esgotos, bem como o projeto de expansão da cidade (BRASIL, 1943). Ou seja, não foi a planta da cidade incompleta de 1916, publicada no relatório de 1918, como colocado pela historiografia local, que se configurou como a base para os trabalhos do escritório de Saturnino de Brito na cidade, mas sim a planta resultante de seus estudos que balizou as suas ações (Figura 2).

A prática de empreender tanto os estudos quanto o plano de expansão das cidades, objetos de sua intervenção, pode ser percebida em toda a trajetória do engenheiro Saturnino de Brito no país. Na concepção de Saturnino, as redes de infraestrutura e saneamento deveriam acompanhar harmoniosamente os processos de crescimen-

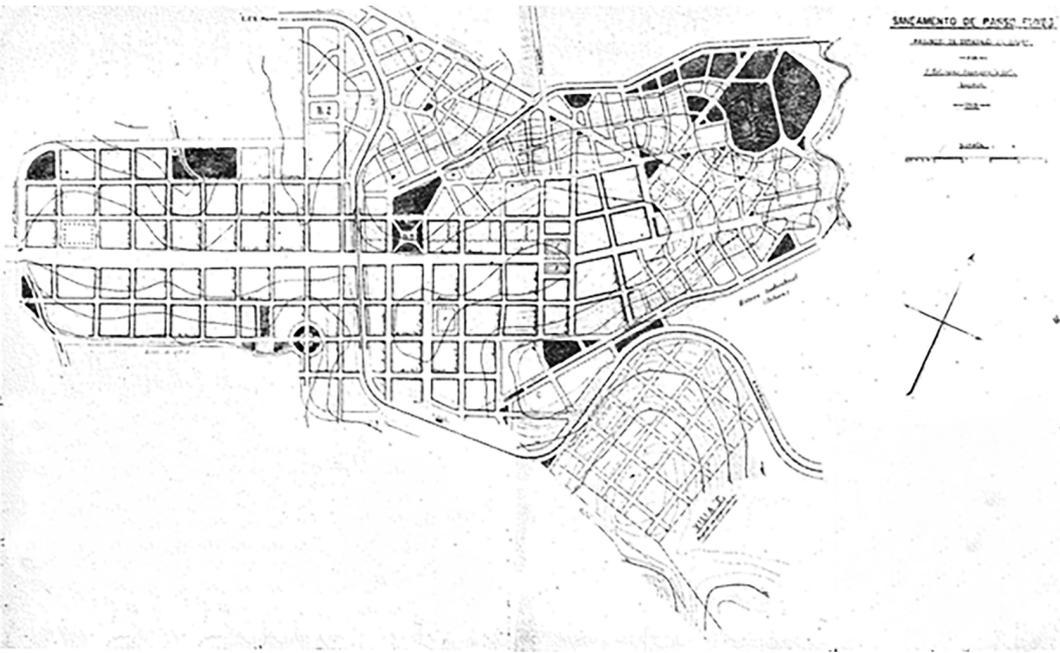


Figura 2: Planta da cidade de Passo Fundo, elaborada por Saturnino de Brito em 1919. Fonte: BRASIL. Ministério da Educação e Saúde (1943, p. 163, v. XI) (adaptado pelo autor, 2021).

to das cidades e, para tanto, se mostrava fundamental a existência de um plano guia (TOCHETTO & FERRAZ, 2015). Caso não existisse tal documento, ou se ele fosse desatualizado ou incompleto, situação de Passo Fundo, era condição *sine qua non* para o desenvolvimento das atividades a sua elaboração e/ou complementação.

Como já mencionado anteriormente, em fins da década de 1910, Passo Fundo se desenvolvia ao longo do trecho existente da avenida Brasil – antiga estrada de tropas – no sentido sudoeste-nordeste (BRASIL, 1943). Também foi ao longo dela que se instalaram as primeiras edificações da localidade (INTENDÊNCIA..., 1918). Contudo, a principal via da cidade ainda não era calçada naquele momento, o que resultava em diversos transtornos, tanto no período

de chuvas quanto nos dias mais secos, a exemplo da histórica seca de 1917 que assolou Passo Fundo:

[...] a estrutura do solo, suscetível de fácil degradação, abrindo-se, não raro, em fundas erosões e longos sulcos à ação das enxurradas, exige despesas de vulto para a conservação, sem que, no entretanto, seja possível expurgá-los do pó no verão e da lama no inverno, que dão às mesmas aspectos desagradável e inconveniente (INTENDÊNCIA..., 1918, p. 32).

À época, passavam muitos animais pela referida artéria, mantendo a tendência iniciada pela antiga estrada, o que produzia muita poeira. Outro problema estava associado aos diversos alinhamentos e nivelamentos ao longo da via, “[...] cujas correções demandam múltiplos embaraços e despesas que só com o correr dos tempos podem ser realizados” (INTENDÊNCIA..., 1918, p. 23), conforme especificado pelo relatório da Intendência Municipal de 1918. Tais serviços se colocavam como empecilhos, há tempos, ao intento do poder público de modernizar e embelezar Passo Fundo, seguindo o que estava em voga nas principais cidades do país.

Nesse sentido, Saturnino de Brito propôs a mudança do trânsito na via, por meio da interrupção da passagem de tropas/animais, uma vez que era “[...] oportuno dela fazer um logradouro agradável pelo aspecto estético, tirando-se partido dos acidentes em planta e em perfis, longitudinal e transversais [...]” (BRASIL, 1943, p. 164). De maneira precisa, a artéria apresentava larguras disformes, chegando, em alguns trechos, a 76 m. Na proposta de Saturnino, a via deveria ser subdividida em duas, separadas por um taludamento gramado e arborizado, definindo-se o modelo de canteiro central percebido na cidade até os dias de hoje.

Para mais, em todo o trecho da cidade compreendido entre o

rio Passo Fundo e a ferrovia, correspondente à área dos atuais bairros Vila Rodrigues, Vila Nicolau Vergueiro, Vila Armando Annes, Vila Fátima, Annes, Valinhos e Vila Industrial, Saturnino de Brito propôs a construção de diversas avenidas e canais, que também seriam responsáveis pelo escoamento das águas pluviais, beneficiando-se da topografia; o que facilitaria o abastecimento de água nas edificações ali implantadas.

Em linhas gerais, a disposição e a definição dos perfis longitudinais das vias, no projeto de expansão da cidade, levaram em consideração a topografia existente, aproveitando-a para a distribuição dos serviços sanitários. Essas diretrizes já podiam ser observadas nos projetos precedentes, como o de Santos (SP) e de Santa Maria (RS), bem como nas suas principais produções teóricas, intituladas *Le tracé sanitaire des villes*, de 1916, e *A Planta de Santos*, de 1915, que, por sua vez, seguiam os princípios de saneamento largamente empregados na Europa.

Na proposta de Brito, a expansão da cidade estava reservada a toda aquela área. Suscintamente, acerca dos bairros reservados à moradia operária e à indústria em Passo Fundo, Brito seguiu o modelo aplicado por ele nos projetos supracitados, mantendo a sua implantação nas proximidades de cursos de água e relativamente distante da área central da cidade.

As quadras dos bairros propostos seguiriam a topografia original das glebas e estariam apresentadas em diferentes formatos e dimensões, sendo dispostas em diversos sentidos; remetendo a uma implantação radial. Tal configuração também foi considerada pelo engenheiro sanitarista de modo que o declive poderia ser aproveitado para a captação de águas pluviais. As principais vias de circulação convergiam para a área com menor cota e proporcionariam o escoamento natural da água e a coleta de esgoto.

Já as moradias deveriam apresentar as fachadas principais voltadas para o nascente ou para o poente, tirando partido das melhores condições de iluminação e ventilação naturais. As vielas sanitárias também estão presentes na proposta de Brito para Passo Fundo, assim como as áreas livres e os parques para a captação de águas da chuva e convívio dos moradores.

Ao contrário do vislumbrado nos estudos e projetos de Santos (SP) e em seus escritos, na proposta para Passo Fundo, Saturnino de Brito não apresentou diretrizes para as habitações na cidade. Ele apenas menciona, no item clima e salubridade, que dentre as importantes obras de saneamento a serem empreendidas em Passo Fundo, uma delas é a construção de habitações salubres, bem iluminadas e arejadas, no lugar das existentes naquele período na cidade. Segundo o engenheiro, as moradias percebidas por ele eram “[...] em notável maioria, defeituosas e perigosas” (BRASIL, 1943, p. 167).

O projeto de expansão da cidade, elaborado por Brito para Passo Fundo, foi pensado para 3.400 moradias distribuídas em lotes com testada de 15 a 20 metros. Essas unidades, vale salientar, não estavam apenas locadas nas novas quadras no projeto de Saturnino, mas também nos terrenos vazios e/ou baldios por ele identificados na cidade. Os projetos de distribuição de água e de coleta de esgotos, bem como de qualificação urbana (calçamento, vielas sanitárias, espaços verdes, parques etc.) atenderiam a 4.400 unidades residenciais e a 26.000 habitantes, caso a proposta tivesse sido posta em prática.

Também, o Plano de Melhoramentos Urbanos propôs respostas diante dos problemas apresentados à época, ou seja, demonstrou o valor da topografia sanitária. Brito tirou partido das condicionantes topográficas para traçar e estruturar a cidade. Tal fato é decisivo, já que no próprio projeto de expansão para a cidade ele apresenta duas soluções para o novo bairro a ser construído, a “Villa F”: em

ambas o engenheiro conforma o traçado a partir do desnível da gleba (Figura 3).



Figura 3: Planta da cidade de Passo Fundo (RS), elaborada por Saturnino de Brito em 1919. Nesta figura se pode observar, abaixo, no canto esquerdo, a primeira solução para a implantação da “Villa F.” e, no canto direito, a segunda solução. Em ambas a topografia é considerada como elemento de conformação do bairro. Fonte: BRASIL. Ministério da Educação e Saúde (1943, p. 163, v. XI) (adaptado pelos autores, 2021).

O clima e a salubridade também são dados referências para o plano de melhoramentos. Saturnino de Brito considera que as condições climáticas de Passo Fundo poderiam ser favoráveis à construção de moradias salubres, bem iluminadas e arejadas.

Acerca do abastecimento de água, se observa em seu projeto que a qualidade e a quantidade dela são duas condições primordiais a serem pontuadas. Logo, propõe que a cidade deveria ser abasteci-

da pelo arroio Miranda, visto que à época a captação para o abastecimento de água era do arroio Passo Fundo. Convém mencionar que a alternativa apontada em seu relatório revela que uma obra de captação deveria respeitar alguns requisitos, dentre eles: garantia de funcionamento, garantia de qualidade e economia das instalações. Era fator decisivo ter maior proximidade possível da cidade, favorecimento da adução por gravidade, dispensa ou simplificação do tratamento, facilitação das obras de captação, de adução, de recalque etc.

Quanto ao sistema de esgoto, conforme Brito, a cidade moderna não concebe um sistema de esgoto que não seja dinâmico, ou seja, aquele que é fundamentado em uma rede de canalização na qual o escoamento sanitário acontece por gravidade, sendo algumas vezes combinado com o sistema mecânico de elevação. O engenheiro destaca a importância de se diferenciar o sistema dos esgotos sanitários e dos esgotos pluviais.

A preocupação com as questões ambientais, particularmente os cursos d'água, também esteve presente em seu plano de melhoramentos, quando alerta que essa preocupação deveria ser de todos. Segundo Brito, é preciso estudar o potencial das quedas d'água para que se possa garantir descargas elétricas para as cidades. Também, é importante esgotar todos os recursos concedidos pelas águas, tais como: retirar das águas das chuvas e das águas correntes o melhor proveito que possam oferecer; utilizá-las em recursos agrícolas, pela irrigação; e aproveitá-las como força econômica, poupando combustíveis fósseis (BRASIL, 1943, p. 170).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, os relatórios e planos de melhoramentos urbanos elaborados por Saturnino de Brito procuraram contemplar

informações topográficas, hidrográficas, geológicas, climáticas, históricas, demográficas, econômicas, higiênicas e sanitárias. O engenheiro também concebeu informações urbanas inovadoras à época, analisando a circulação, zoneamento, espaços livres e áreas verdes e serviços públicos. De posse de todas essas informações, Saturnino de Brito conseguia estabelecer diretrizes básicas e propor planos. Havia, de certo modo, uma sistemática de trabalho a ser seguida.

O Plano de Melhoramentos Urbanos de Brito para Passo Fundo abrangeu o espaço urbano como um todo e em suas várias condicionantes, com o intuito de organizar e preparar a cidade para o futuro. Observa-se que o engenheiro considerou a cidade como um organismo vivo em crescimento e desenvolvimento, que carecia de um novo direcionamento. Esse direcionamento aconteceu através do referido plano. Desse modo, assegurou o início do processo de planejamento de Passo Fundo, entretanto, novamente, ressalta-se que o plano elaborado por Saturnino de Brito para Passo Fundo não foi executado.

Ou seja, prevaleceu a visão holística do engenheiro acerca da conjuntura urbana, conquanto as particularidades também foram consideradas por ele, mesmo com um roteiro previamente traçado. Tal ensejo pode ser mensurado ao considerar que, para a cidade, Brito não só estava propondo solucionar os problemas presentes, como particularmente estava pensando a cidade em seu futuro.

O Plano de Melhoramentos Urbanos idealizado por Saturnino de Brito tinha como proposta regular, orientar e direcionar as questões sobre salubridade, expansão urbana e demais melhoramentos municipais, bem como solucionar o abastecimento de água e a coleta dos esgotos sanitários. Pondera-se, portanto, que o projeto para a cidade não é apenas mais um dentre os que Saturnino de Brito elaborou, mas é a representação singular de seu ideário urbano-sanita-

rista para uma cidade das dimensões de Passo Fundo à época (1919), corroborando o objetivo proposto para o presente estudo.

O plano cristaliza, então, uma realidade em transformação da cidade e, ainda, nos permite compreender a topografia como elemento de modulação espacial para se configurar uma cidade moderna e progressista. Por último, cabe dizer que o referido plano é uma visão geral da cidade, isto é, embelezamento, expansão e saneamento. Assim, apesar de o projeto não ter sido implantado, consideramos, indiretamente, que ele deu origem e, possivelmente, tenha orientado o processo de planejamento de Passo Fundo e suas concepções urbanísticas, que de algum modo permanecem no ideário urbano da cidade. O seu trabalho, talvez, tenha sido essencial para o desenvolvimento de um pensamento amplo dos referenciais urbanos, contemplando desde a infraestrutura sanitária até os aspectos de preservação dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. R. M. de. *A peste e o plano: o urbanismo sanitário do Engenheiro Saturnino de Brito*. São Paulo: USP, 1992. 281f. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) — Universidade de São Paulo, 1992.

BERTONI, A. A engenharia sanitária a serviço do urbanismo: a contribuição de Saturnino de Brito e Victor da Silva Freire para a construção dos saberes urbanos. *Revista Risco*, São Carlos, v. 13, n. 22, p. 74-83, jul.-dez. de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. *Projetos e Relatórios: saneamento de Santa Maria, Cachoeira, Passo Fundo, Rosário e Cruz Alta*. Obras Completas de Saturnino de Brito, v.XI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. 253p.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Pruden-

te-Campos Sales. In FAUTO, Boris (Direção). *O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1989-1930)*. 6 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1997, p. 13-50.

CARRIÇO, J. M. O plano de Saturnino de Brito para Santos: urbanismo e planejamento urbano entre o discurso e a prática. In: CAMPOS, C. de; ATIQUÊ, F.; DANTAS, G. A. F. (orgs.). *Profissionais, Práticas e Representações da Construção da Cidade e do Território*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 141-169.

COSTA, E.V. *Da Monarquia à república: momentos decisivos*. 7 Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DANTAS, A. C. de C. L. *Sanitarismo e Planejamento Urbano: a trajetória das propostas urbanísticas para Natal entre 1935 e 1969*. 2003. 174f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

D'AVILA, N. E. P. *Passo Fundo terras de passagem*. Passo Fundo: Aldeia Sul, 1996.

FERREIRA, A. L.; DANTAS, G. *Surget et Ambula: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890 – 1940)*. Natal: EDUFRN, 2006.

FERRETO, D. *Estruturação urbana de uma cidade média gaúcha*. 2012. 176f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GITAHY, M. L. C. Estudos de História e Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo em São Paulo. In: GITAHY, M. L. C. (org.). *Deseñando a cidade do século XX*. São Carlos: RiMA, Fapesp, 2005, p. 1-10.

INTENDÊNCIA Municipal. *Relatório de Intendência Municipal da gestão de Pedro Lopes de Oliveira*, 1918. Passo Fundo, 1918.

KUJAWA, H. *Conflitos territoriais envolvendo indígenas e agricultores: uma análise histórica e jurídica de políticas públicas contraditórias*. Curitiba: CRV, 2015.

LEME, M. C. da S. (coord.). *Urbanismo no Brasil – 1895 – 1965*. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

LOPES, A. L. B. “*Sanear, Prever e Embelezar*”: o engenheiro Saturnino

de Brito, o urbanismo sanitista e o novo projeto urbano do PRR para o Rio Grande do Sul (1908 – 1929). Tese (Doutorado em História) — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MASCARÓ, J. J.; BONATTO, D.A.M. O sistema de espaços livres de Passo Fundo-RS: escassez e descontinuidade. In: *Anais do IX Colóquio Quapá Sel*, Vitória-ES, ago. de 2014.

NEUMANN, R. M.; MEYRER, M. R. A presença dos imigrantes alemães no espaço urbano em passo fundo. In: TEDESCO, J. C.; BATISTELA, A.; NEUMANN, R. M. *A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio*. Erechim: Allprin Varela, 2017, p. 159-189.

SALGADO, I. A construção do Saber Urbano e a Sua Matriz Sanitária. In: SALGADO, I.; BERTONI, A. (orgs.). *Da construção do território ao planejamento das cidades – competências técnicas e saberes profissionais na Europa e nas Américas (1850-1930)*. São Carlos: RiMA Editora, 2010, p. 3-13.

SIMÕES JUNIOR, J. G. O ideário dos engenheiros e os planos realizados para as capitais brasileiras ao longo da Primeira República. In: CAMPOS, C. de; ATIQUÊ, F.; DANTAS, G. A. F. (orgs.). *Profissionais, Práticas e Representações da Construção da Cidade e do Território*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 119-139.

TEDESCO, J. C. *A Gare e o trem em Passo fundo: sinergias econômicas – 1898-1878*. Porto Alegre: EST, 2015.

TEDESCO, J. C.; BALBINOT, G.; CORTEZE, D. Italianos em Passo Fundo - Final do século XIX e início do século XX. In: TEDESCO, J. C.; BATISTELA, A.; NEUMANN, R. M. *A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio*. Erechim: Allprint Varela, 2017, p. 188-257.

TOCHETTO, D. *A cidade de Santa Maria e o saneamento de Saturnino de Brito*. 2013. 365f Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

TOCHETTO, D.; FERRAZ, C. O urbanismo de Saturnino de Brito e as ressonâncias provocadas. *Revista Risco*, v. 13, n.22, p.84-101, jul.-dez. de 2015.

XAVIER e OLIVERIA, F. A. *Annaes do município de Passo Fundo*. Aspecto Histórico. Passo Fundo: UPF Editora, 1990, 2 vol.

Ao lado, vista da rua Independência, no cruzamento com a rua Bento Gonçalves, durante as obras de calçamento, em 1926.

Fonte: RELATÓRIO apresentado pelo Intendente Armando Araujo Annes ao Conselho Municipal de Passo Fundo. Passo Fundo: A Nacional, 1927. Acervo Instituto Histórico de Passo Fundo.



**MELHORAMENTOS URBANOS EM
PASSO FUNDO NAS PRIMEIRAS
DÉCADAS DO SÉCULO XX**

Luiz Roberto Medeiros Gosch



Este pequeno texto aborda fragmentos de um período muito importante para a consolidação da cidade de Passo Fundo no contexto sul-rio-grandense e nacional. Em uma época de grandes desafios para os gestores e urbanistas, foi primordial o planejamento das principais cidades gaúchas dentro de um pensamento sanitarista e de embelezamento. Assim, embora o plano de Saturnino de Brito não tenha sido executado, ele demonstra a importância e a pujança de Passo Fundo, que já se destacava como a principal cidade da região Norte e, atualmente, é reconhecida como capital regional, pois proporciona aos seus habitantes e visitantes vários serviços e atividades.

No final do século XIX, o Brasil foi marcado por uma série de transformações políticas e sociais. O setor econômico, por exemplo, se caracterizou por uma produção em grande escala de poucos artigos agrícolas voltados para a exportação, aumentando o poder das classes vinculadas ao setor cafeeiro e, conseqüentemente, contribuindo para a formação e domínio das oligarquias.

No campo do urbanismo, a primeira grande experiência de redesenho urbano no país ocorreu ainda na República, realizada em Belém do Pará. As altas rendas originárias da exploração da borracha permitiram o investimento de grandes cifras no “embelezamento” da cidade. Os referenciais empregados na remodelação de Belém provinham das reformas realizadas nas grandes cidades europeias do século XIX, como Paris e Viena.

Em paralelo, Francisco Saturnino Rodrigues de Brito (1864-1929), formado engenheiro em 1886 pela Escola Politécnica do Rio

de Janeiro, foi responsável pela introdução do planejamento urbano em inúmeras cidades brasileiras da Primeira República. O vínculo de Brito com os *urbanistes* era muito estreito e se manifestava tanto em sua estética urbana quanto em sua concepção organicista da cidade, aproximando-o dos chamados planos gerais ou de conjunto. Em toda a sua obra, Saturnino de Brito demonstrou uma grande preocupação com a estética da cidade, mas o primeiro fator considerado no traçado das ruas ou nos melhoramentos urbanos foi sempre o sanitário. Além disso, o engenheiro nunca menosprezava o aspecto econômico.

O CENÁRIO SUL-RIO-GRANDENSE

A ideologia que se estabeleceu no Rio Grande do Sul foi calcada nas ideias de Augusto Comte, o positivismo, que se apresentou como o pensamento da classe dominante. Aliás, o positivismo forneceu a matriz fundamental de ideias e normas de ação política e administrativa pelas quais o regime político se orientou durante a República Velha. Em retrospectiva, a corrente positivista surgiu no contexto europeu, com caráter de afirmação do capitalismo em desenvolvimento, apresentando-se como defensora da sociedade burguesa em ascensão. Assim, ao mesmo tempo em que procurava manter a situação vigente, o positivismo deveria colaborar para o desenvolvimento industrial. Ainda, como forma de afirmar a ordem capitalista, buscava eliminar as forças da reação e da revolução que se antepunham à consolidação da ordem burguesa. Já como ideologia, tinha no seu interior a intenção de acelerar o processo de implantação da sociedade industrial, a fim de efetivar a consolidação do capitalismo como modelo econômico. Uma vez atingido esse objetivo, deveria preservar e reforçar a ordem burguesa, eliminando tudo

aquilo que pudesse destruí-la. Em resumo, o positivismo acreditava no desenvolvimento material sem renovação social, isto é, negava o conflito entre as classes.

Dito isso, por um lado, essa ideologia se apresentou no Rio Grande do Sul com um cunho progressista para a sua época, visto que buscava concretizar a realidade capitalista no contexto sulino através do incentivo à iniciativa privada. Por outro, a mesma ideologia se mostrou incapaz de atingir plenamente o seu objetivo e passou para o Estado a obrigação de intervir para promover o desenvolvimento desejado. Nesse contexto, os charqueadores encontraram duas formas para enfrentar essas dificuldades: manipular o preço do gado e diminuir a remuneração dos operários.

Ademais, cabe mencionar que o Rio Grande do Sul chegava ao século XX com 66 unidades político-administrativas e dava sinais de um acelerado crescimento populacional, pois no final do século XIX a população quase triplicou, passando de 446.662 habitantes em 1872, para 1.149.070 habitantes em 1900, distribuídos em 30 municípios.

A SITUAÇÃO DA CIDADE DE PASSO FUNDO

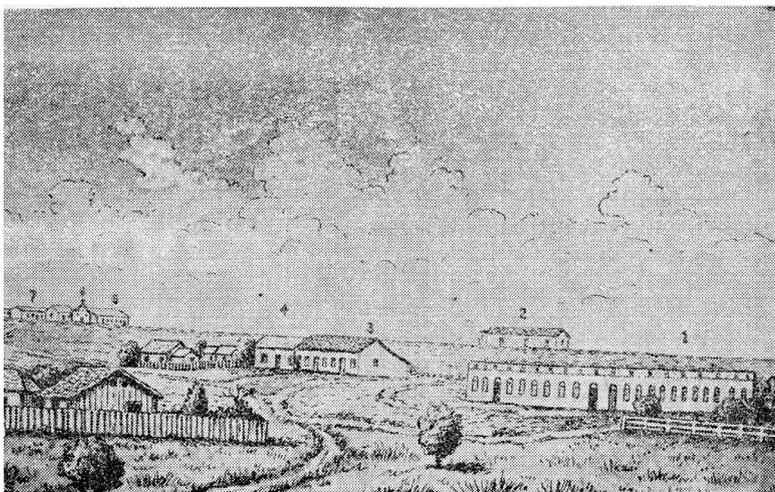
Existem poucos dados disponíveis sobre o crescimento da cidade no período compreendido entre o início do século XX e a década de 1940. Mesmo na obra de Oliveira (1990), que é considerada a mais completa sobre o município, as referências a esse momento são escassas.

Sabemos, todavia, que as primeiras ocupações do sítio onde atualmente se localiza a cidade se concentraram ao longo do caminho das tropas, o atual Boqueirão, também chamado de caminho

dos paulistas. Ali se estabeleceram os primeiros moradores e se desenvolveram as principais atividades comerciais no início da povoação.

Os pioneiros eram, na maior parte, paulistas da comarca de Curitiba, mais tarde província e, depois, estado do Paraná. A partir de 1834, a região recebeu grande número de imigrantes, principalmente portugueses, italianos, alemães e austríacos. A colonização teve continuidade ao longo do século XIX, contribuindo para o acréscimo da população local. No entanto, o progresso da região foi muito prejudicado em decorrência da Revolução Farroupilha (1835-1845), quando se constatou a evasão de moradores e muitas mortes causadas pela falta de gado e de gêneros alimentícios de primeira necessidade, assim como pelos ataques dos índios coroados. Por volta de 1835, o núcleo urbano da então Passo Fundo das Missões era formado por cinco ou seis ranchos, uns de tábuas lascadas e outros de estuque e barro, cobertos de capim. Em 1843, além da capela, o povoado contava com apenas nove casas, sendo duas casas comerciais. Em 1857, data da emancipação do município, a população era de 7.586 habitantes e havia aproximadamente 1.517 domicílios.

De acordo com Gomercindo dos Reis, já em 1886 a urbanização da cidade começava a se deslocar em direção ao leste, deixando o velho Boqueirão para trás. O croqui abaixo pertencia ao Sr. Atílio Della Méa e foi descoberto por Gomercindo dos Reis, em 1935. Portanto, constitui-se como um dos registros gráficos mais antigos da cidade de Passo Fundo que se tem notícia. Na imagem, publicada no livro *Nuvens e Rosas - Versos Líricos* (REIS, 1957) podemos observar as primeiras casas da parte nova da cidade, identificadas por Reis como:



1. Casas do major Manoel Theodoro da Rocha Ribeiro (Avenida Brasil, esquina com a rua Dez de Abril).
2. Antiga Igreja Matriz, onde atualmente está construída a Catedral.
3. Residência do Pe. Thomaz de Souza Ramos.
4. Espaço da futura praça Marechal Floriano.
5. Casa de Antonio Rodrigues da Silva Câmara, em frente ao atual Banco Itaú.
6. Capela de São Teodoro, requerida por Joaquim Fagundes dos Reis em 1834.
7. Chácara de Luiza Braz, aos fundos da atual Igreja Metodista (rua Bento Gonçalves, entre a Avenida Brasil e a rua Moron)

Fonte: Nuvens e Rosas - Versos Líricos. Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, Porto Alegre, 1957.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, o território começou a ser rapidamente desmembrado, acarretando significativa redução em razão das desanexações do município de Soledade, em 1875, e de parte da Colônia Guaporé, em 1903. Entretanto, mesmo com a expressiva perda de território, Passo Fundo começou a se firmar cada vez mais como um importante núcleo urbano no contexto da rede de cidades reconhecidas.

Até a construção do ramal ferroviário ligando Passo Fundo a Cruz Alta, inaugurado em 1898, e do ramal ligando Passo Fundo a

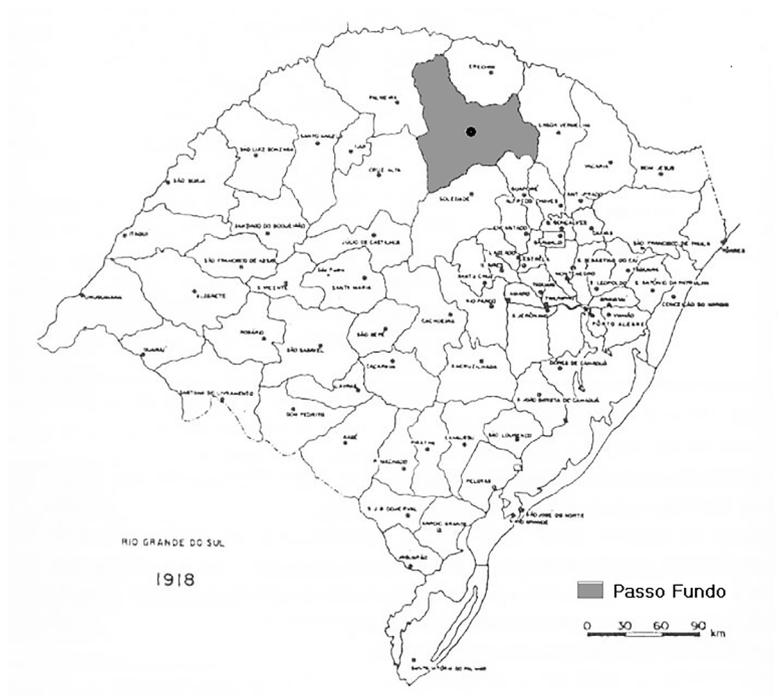
Marcelino Ramos, inaugurado em 1910, todo o comércio e a produção do município eram dependentes do tropeirismo e dos carros de bois para transportar os produtos produzidos e trazer de outras regiões os produtos necessários à vida da cidade. Desse modo, a ferrovia proporcionou um dinamismo econômico para a cidade e região, com real vantagem para a economia local, evidenciando a posição estratégica de Passo Fundo como pólo de convergência econômica regional.

Se num primeiro momento o antigo caminho dos tropeiros paulistas rumo a Sorocaba foi a grande rota econômica, geradora da atividade urbana, num segundo, a ferrovia colaborou decisivamente para que a urbanização se desenvolvesse ao longo de seu percurso, aparecendo como novo fator de ordenamento urbano. Assim a região periférica à estação férrea passou a concentrar praticamente toda atividade urbana – serviços, comércio e lazer – e fez surgir um novo pólo de atração entre ela e a rua do Comércio (atual avenida Brasil), dinamizado pela Igreja Matriz, construída na colina onde atualmente se localiza a Catedral Nossa Senhora Aparecida. Portanto, a estação férrea deslocou o antigo centro, que se expandia ao longo do caminho das tropas, para o entorno da atual praça Marechal Floriano, local em que se desenvolveu o centro comercial e financeiro da cidade. Em 1914, a área urbana da cidade contava com 4.000 habitantes, 500 hectares de área e aproximadamente 600 prédios construídos.

Em suma, o assentamento iniciado no Boqueirão, ao longo do caminho das tropas, avançou gradativamente em direção ao leste, dinamizado pela inauguração da estação férrea. As serrarias, os depósitos, as indústrias de madeira e vários hotéis de viajantes foram, propositalmente, construídos e/ou instalados ao longo da via férrea que cortava a cidade de leste a oeste. Nesse sentido, a inversão na estrutura de urbanização da cidade valorizou a área próxima à estação

férrea. Por outro lado, a localização de indústrias ao longo da via proporcionou o surgimento de bairros residenciais de classe operária que passaram a se desenvolver no seu entorno, geralmente nas áreas mais baixas, em terrenos de má qualidade.

Em 1918, o município perdeu ainda mais área com a desanexação da Colônia Erechim, ficando, então, com 8.638 km², dos quais 4.290 eram antigas florestas, agora já amplamente ocupadas, e o restante formado por campos. A área permaneceu inalterada até 1931.



U município de Passo Fundo em 1918. Adaptação de SECRETARIA DA AGRICULTURA. Boletim Gaúcho de Geografia. PF: EDIUPF. 1996. p. 32

Curiosamente, a perda de território foi acompanhada por surtos de crescimento cada vez mais espetaculares: a população do mu-

nicípio passou de 7.586 habitantes em 1857 para 65.528 (em 10.542 domicílios) em 1920, coincidindo justamente com o que parece ser o primeiro grande surto de expansão urbana em Passo Fundo. A partir da década de 1920, a parte leste da cidade se expandiu, dando a perspectiva de uma nova Passo Fundo, e delegou ao Boqueirão o posto de cidade antiga. Em suma, isso demonstrava o crescimento municipal e reafirmava a sua importância no contexto das principais cidades do interior do estado.

Em 1922, o perímetro urbano abrangia uma área de 6,89 km², com inúmeros logradouros demarcados e denominados. Nesse período, já podia ser constatada a expansão da urbanização no sentido leste, em direção ao rio Passo Fundo, no entorno da estação férrea, e em direção ao sudoeste, ao longo da avenida Progresso, atual avenida Presidente Vargas. A área urbanizada começou a se expandir também para a periferia, através de novas áreas loteadas, iniciando a ocupação das vilas Rodrigues e Luíza. Ainda, ocorreu o alargamento da urbanização ao longo da rua do Comércio, atual avenida Brasil. Essas transformações físico-espaciais podem ser constatadas no mapa organizado pelo Dr. Arthur Souto Ribeiro, em 1992, durante a administração do Dr. Nicolau Araújo Vergueiro.

No campo do urbanismo, as cidades do interior também passaram a receber a atenção dos sanitaristas, conforme atestam os relatórios anuais enviados pelos secretários de obras públicas aos governadores. De acordo com os relatórios entre 1917 e 1931, as primeiras cidades do interior que construíram um Plano de Saneamento foram Rio Grande e Uruguaiana. Ainda em 1909, o intendente capitão Juvenal Octaviano Miller fez o primeiro projeto para Rio Grande; e em 1910, o engenheiro João Duarte Júnior fez o plano de Uruguaiana. Ambos foram engavetados sob a desculpa de falta de verbas.

As obras de saneamento somente começaram a ser executadas



Passo Fundo em 1922. Mapa organizado pelo Dr. Arthur Souto Ribeiro na administração do Dr. Nicolau Araújo Vergueiro. Acervo Instituto Histórico de Passo Fundo.

após a contratação de um profissional ao qual se faziam os maiores elogios. Tratava-se de Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, que contava, em seu currículo, com obras de saneamento em Recife e na Baixada Santista, além de várias outras obras nos estados do Rio de Janeiro, de São Paulo, da Paraíba e do Pará, que fizeram a sua fama como engenheiro sanitarista. Contratado pela Secretaria de Obras Públicas de Porto Alegre, Saturnino de Brito ficou encarregado pela elaboração da maior parte dos projetos de saneamento no interior do estado.

A primeira cidade a ser saneada foi Rio Grande, provavelmente por ser o único porto marítimo do estado, o que lhe conferia uma importância estratégica, pois praticamente todo o comércio nacional e internacional passava pelo seu cais. As primeiras obras foram iniciadas em 1917, quando o Brasil entrou na Primeira Guerra.

No Rio Grande do Sul, além de Rio Grande, Saturnino de

Brito realizou projetos de saneamento em outras 12 cidades: Santa Maria, em 1918; Cachoeiras, atual Cachoeira do Sul, em 1919; Cruz Alta, em 1919; Rosário, em 1919; Passo Fundo, em 1919; Livramento, em 1919; São Leopoldo, em 1922; Uruguaiana, em 1923; São Gabriel, em 1923; Iraí, em 1924; Alegrete, em 1926-1927; e Pelotas, em 1926-1929.

À época, Passo Fundo estava construindo a sua identidade como município, buscando um lugar de destaque como cidade regional. Portanto, a chegada do engenheiro sanitário Saturnino de Brito, em 1919, e a idealização do Plano de Saneamento para a cidade indicaram a sua importância regional e estadual na consolidação da rede urbana que atualmente estrutura a região Norte do estado.

O PLANO DE SATURNINO DE BRITO: OBJETIVOS EXPRESSOS

Saturnino de Brito foi contratado pelo Governo Estadual para fazer os projetos de saneamento nas cidades gaúchas consideradas as mais importantes, ora pelo seu crescimento, ora pelo seu desempenho econômico, entre as quais se encontrava a cidade de Passo Fundo. De acordo com o pensamento técnico dos engenheiros sanitários entre o final do século XIX e 1930, o plano tinha como objetivo principal o saneamento da cidade, através da infraestrutura sanitária e da estação de tratamento, do abastecimento de água, do embelezamento e da expansão da cidade.

O plano de Passo Fundo data de 1919, mas a análise das condições da cidade foi embasada no relatório de 1918, elaborado pelo então intendente municipal, coronel Pedro Lopes de Oliveira, do qual Saturnino de Brito extraiu os elementos necessários para o posterior plano de Passo Fundo. Conforme indica o relatório do plano

de 1909, ele foi dividido em quatro capítulos, nos quais Brito faz uma breve análise das condições da cidade e descreve suas propostas:

- I - Topografia sanitária – Salubridade – Melhoramentos municipais
- II - Abastecimento de água
- III - Esgotos
- IV - Custo dos serviços

CAPÍTULO I: TOPOGRAFIA SANITÁRIA – SALUBRIDADE – MELHORAMENTOS MUNICIPAIS

Saturnino de Brito faz uma análise da topografia e das condições climáticas do lugar onde se localiza Passo Fundo, observando que a cidade se encontra sobre um divisor de águas: estendendo-se a nordeste, a bacia do Uruguai, e a sudoeste, a bacia do Jacuí, o que torna o lugar exposto aos ventos frios do inverno e aos ventos frescos que amenizam os rigores das estações estivais. Desse modo, ele conclui que o serviço de suprimento de água será onerado pela utilização de um sistema de elevação mecânica, o mesmo ocorrerá com o esgotamento pluvial e com as obras de tratamento e descarga de despejo. Segundo Saturnino de Brito, o serviço terá um custo muito elevado, em função da topografia desfavorável e do sistema hídrico da região. Por outro lado, considera o município de Passo Fundo afortunado pelo grande número de quedas d'água aproveitáveis para a distribuição da força elétrica, citando, além da Usina Hidrelétrica Municipal do rio Taquari, mais três locais que poderão ser aproveitados: uma segunda queda do rio Taquari, a cascata do rio da Várzea

e a cascata no rio Santo Antônio, o que demonstra uma visão do progresso e desenvolvimento porvindouro de Passo Fundo.

Em relação à Planta de Expansão da Cidade, conforme o relatório, a administração municipal mandou executar a planta da cidade em 1916, no entanto, o processo utilizado tornou o serviço tão moroso que a Intendência Municipal resolveu deixá-lo inconcluso. Mesmo assim, com os dados obtidos, desenhou-se uma planta na escala de 1:3.000, com a finalidade de organizar os projetos de expansão da cidade e de distribuição de água e esgoto. Assim, a partir do relevo topográfico do terreno, foi possível orientar as ruas para facilitar os serviços sanitários, seguindo os princípios expostos nos livros de Saturnino de Brito, intitulados *Le tracé Sanitaire des Villes* (1916) e *A Planta de Santos* (1915). O plano ainda propõe a reserva de espaços para parques e praças em áreas que são consideradas impróprias para edificação e de difícil esgotamento sanitário.

Além disso, Brito refere-se à avenida Brasil como a “estrada das tropas”, visto que passam animais em quantidade. Supondo que mais tarde cessará a passagem das tropas de animais pela avenida, Brito cita que será oportuno, então, fazer da avenida um logradouro agradável pelo aspecto estético, aproveitando-se da diferença de nível entre os dois lados da avenida, sendo conveniente conservar a particularidade no projeto de melhoramentos, formando-se, assim, duas vias em altitudes diferentes que poderão ser concordadas com um talude gramado e arborizado.

Quanto aos Melhoramentos Municipais, são abordados aspectos referentes à hidrelétrica do Taquari, em que Brito enfatiza um maior aproveitamento das quedas d’água. Por fim, segundo Brito, o plano de Passo Fundo busca uma nova e racional orientação na prática do que se chama o “urbanismo”, já reconhecido na maioria das cidades do mundo há alguns anos.

CAPÍTULO II: ABASTECIMENTO D'ÁGUA

Já referente à questão do abastecimento d'água, Brito sugere o aproveitamento do arroio Miranda, distante cerca de 5 km da cidade, o que evitará, dessa forma, a contaminação das reservas, caso se situem mais próximas da área urbanizada. Além disso, orienta a Intendência Municipal a desapropriar uma zona de proteção ao longo do referido curso d'água: da represa proposta até cerca de 1 a 2 km de cada lado do arroio, estabelecendo, nesse caso, valas interceptoras das águas que vierem da parte superior das encostas. Também propõe que, entre as valas e o arroio, o campo seja transformado em um bosque. Saturnino de Brito ainda descreve todo o processo de captação, tratamento e distribuição da água a partir da represa do arroio Miranda, buscando soluções alternativas, demonstrando uma grande preocupação com os custos das obras.

CAPÍTULO III: ESGOTOS

1. Esgotos pluviais: na parte que trata dos esgotos pluviais, o projeto compreende apenas a canalização de duas sangas situadas ao norte e ao sul da cidade, com canaletos do tipo descrito no Saneamento de Santa Maria (RS).
2. Esgotos sanitários: no Plano Geral é descrito todo o processo de captação e tratamento do esgoto sanitário, que deverá ser coletado em um só emissário através de interceptores e levados até o local de tratamento, que deverá ser construído na margem esquerda do rio Passo Fundo. Após ser depurado, o efluente deverá ser descarregado no rio.

Quanto ao esgoto individual, Saturnino de Brito salienta a sua importância e diz que sua instalação deve ser feita pela administra-

ção e por conta dos proprietários, citando o regulamento do Saneamento de Recife (PE), onde o assunto foi tratado do ponto de vista técnico e administrativo. Também, refere-se ao Plano de Saneamento de Santa Maria (RS), que trata dos terrenos em má situação, com os fundos em cota mais baixa que a rua, o qual poderá ser consultado para resolver os problemas que surgirão na execução dos trabalhos em Passo Fundo.

CAPÍTULO IV: CUSTO DOS SERVIÇOS

Os orçamentos dos serviços foram feitos todos com a mesma tabela para as diferentes cidades do interior, com a respectiva composição, mediante a justificativa de instabilidade dos preços de unidade dos materiais nacionais e estrangeiros. Desse modo, esse processo favorece também a revisão no orçamento quando os trabalhos forem executados, pois oportuniza que a Intendência julgue o seu valor em qualquer ocasião, desde que obtenha os custos do transporte.

Além disso, os orçamentos para o interior foram divididos em distritos, permitindo que as Intendências ampliem ou restrinjam a soma de benefícios que se propõe a prestar para a cidade, de acordo com os recursos disponíveis. Brito ainda recomenda à Intendência a conveniência de serem edificados os terrenos baldios nas ruas existentes, evitando, assim, a abertura de novas ruas e a disseminação das edificações, o que exigiria novas e dispendiosas obras, prejudicando o êxito econômico da administração municipal.

Certamente revolucionário para a época, o plano de Saturnino de Brito para Passo Fundo demonstra uma grande preocupação com a questão sanitária, abrangendo desde o esgotamento pluvial, o lançamento de infraestrutura para tratamento do esgoto cloacal, incluindo a previsão de expansão da cidade. Além dos custos das obras,

A) Abastecimento água (1.ª solução)	1.305:402\$160
B) Esgotos sanitários	529:293\$120
C) Administração ou benefício	183:469\$530
D) Eventuais	91:734\$760
E) Instalação (metade do valor)	20:000\$000

Importe Rs. 2.129:899\$570

No caso de ser adotada a 2.ª solução para o problema de água, temos :

A) Abastecimento água (2.ª solução)	1.224:780\$320
B) Esgotos sanitários	529:293\$120
C) Administração	175:407\$340
D) Eventuais	87:703\$670
E) Instalação (metade do valor)	20:000\$000

Importe Rs. 2.037:184\$450

Tabela de custos para Passo Fundo. Fonte: Saneamento do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1919.

o plano ainda apresenta um alerta quanto à geração de energia elétrica e captação de água para o abastecimento individual, prevendo o crescimento futuro da cidade de Passo Fundo.

O projeto de expansão da cidade revela um plano adequado à topografia do local, que busca facilitar a implantação dos serviços sanitários e de esgotamento pluvial, e isso se reflete no traçado proposto. Tampouco há um descuido com a estética urbana, pois o projeto descreve que a avenida Brasil poderá se transformar em uma bela avenida arborizada, formando duas pistas em níveis diferentes ao longo do Boqueirão. Enfim, através do plano de Saturnino de Brito pudemos conhecer o pensamento desse grande engenheiro sanitaria. Aliás, seguramente, se todas as suas propostas tivessem sido colocadas em prática, a cidade de Passo Fundo teria uma outra imagem urbana.



O Plano de Saturnino de Brito. Fonte: Biblioteca da PUCRS, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Ainda, identificamos a previsão de áreas verdes nos locais de cota mais baixa e propícias a alagamentos, respeitando a topografia do sítio e indicando as áreas não recomendadas para urbanização. Saturnino de Brito faz uma descrição de como a avenida Brasil poderia ser no futuro com respeito ao trânsito e aos aspectos estéticos: a futura avenida Brasil teria uma grande extensão aterrada no antigo Boqueirão. Podemos deduzir esta ação pela descrição de que “a avenida seria em dois níveis com um talude arborizado”, formando uma linda avenida, o que demonstra sua preocupação também com os aspectos estéticos.

Ele ainda prevê um plano de expansão para a cidade, adequado à topografia do terreno. Observamos que, à época, a urbanização da cidade ia em direção ao rio Passo Fundo, mas não ultrapassava o limite no qual os tropeiros faziam parada antes de seguir viagem rumo a Mato Castelhana, seguindo a rota dos tropeiros.

Entre 1910 e 1920, a vitalidade do município provocou um golpe na própria cidade, com as emancipações dos distritos de Ere-

chim (1918) e, mais tarde, de Carazinho (1932). Somente a partir da década de 40, Passo Fundo, em sua nova configuração como município, retomou efetivamente o seu crescimento. De todo modo, percebemos, através de fotos, que a partir do início da década de 1920 houve uma mudança na escala e na qualidade das edificações, o que seguramente esteve presente nos debates sobre os projetos de melhoria de infraestrutura propostos por Saturnino de Brito para a cidade de Passo Fundo. Esse período foi de grandes modificações no espaço urbano: iniciou-se o processo de verticalização da área central com a construção do primeiro prédio de apartamentos em 1941, o edifício Lângaro, localizado na esquina da atual avenida Brasil com a Avenida General Netto.

Entre os principais fatos urbanos que construíram a imagem da cidade de Passo Fundo, muitos dos quais se constituíram em marcos referenciais no imaginário coletivo, podemos constatar, por meio da sequência de fotos dispostas a seguir, como se formou a imagem da cidade através de investimentos públicos e privados que se materializaram na área urbana entre 1922 e 1941, após o Plano de Saneamento de Saturnino de Brito para a cidade. Inclusive, alguns empreendimentos, atualmente, são reconhecidos como marcos referenciais no imaginário coletivo.

REFERÊNCIAS

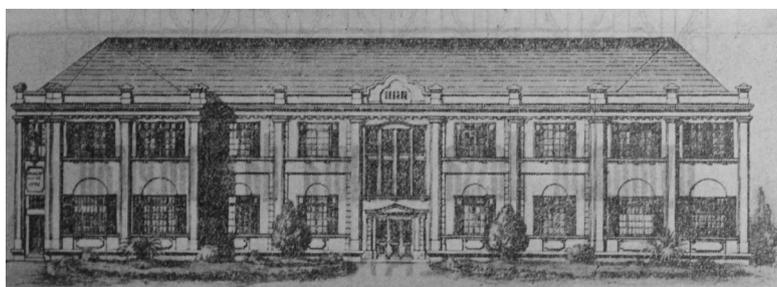
GOSCH, Luiz Roberto M. *Passo Fundo, De Saturnino de Brito ao Mercosul*; Projetos e Imagens, Urbanas. Dissertação de Mestrado. PROURB da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.



Edifício do Banco da Província, localizado na rua Moron, esquina com a rua Bento Gonçalves, construído em 1922. Autoria não identificada. Fonte: Revista Máskara. n.19, 1922. Acervo Nicolau Araújo Vergueiro. Arquivo Histórico Regional.



Instituto Ginásial, depois Instituto Educacional, construído na Avenida Brasil, no espaço da antiga Praça Boa Vista. Foto de Candido D'Ávila. Acervo do Instituto Educacional Metodista de Passo Fundo.



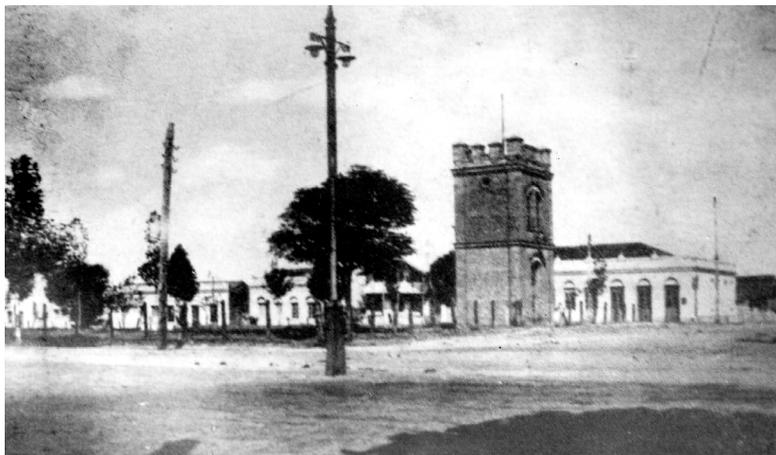
Acima, foto do Colégio Notre Dame, em 1930. Acervo do IHPF; abaixo, desenho da fachada do mesmo edifício. Fonte: RELATÓRIO da Sociedade São Vicente de Paulo e de suas Obras Sociais. Passo Fundo: A Nacional, 1930. Acervo Nicolau Araújo Vergueiro. AHR.



Quartel do 8º Regimento de Infantaria do Exército. Desativado em 2001, passou a integrar o patrimônio municipal em 2002. Foto Moderna, de Armando Czamanski, 1939. Acervo pessoal de Gilberto Motta Gomide.



Quiosque que existia na Praça Tamandaré, onde a elite se reunia para encontros e tertúlias, 1928. Fonte: Passo Fundo, Memória e Fotografia. Pe. Berthier, Passo Fundo, 1999. p. 19.



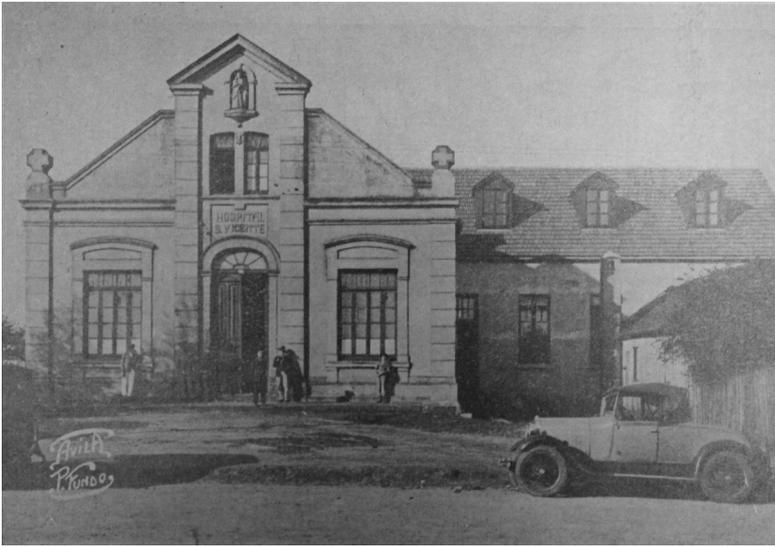
Praça da República, atual Praça Ernesto Tocchetto. Em destaque, a torre de transformação de energia. Autor desconhecido. Fonte: Memória Fotográfica de Passo Fundo. EDIUPF, Passo Fundo, 1997. p. 79.



Colégio Elementar Protásio Alves. Arquivo Foto Czamanski – 1954. Fonte: Passo Fundo, Memória e Fotografia. Pe. Berthier, Passo Fundo, 1999. p. 140.



Ginásio Nossa Senhora da Conceição, localizado à rua Teixeira Soares, em frente ao Hospital São Vicente de Paula. Autor desconhecido, reprodução Foto Moderna. Fonte: Memória Fotográfica de Passo Fundo. EDIUPF, Passo Fundo, 1997. p. 143.



Hospital São Vicente de Paulo. Inauguração da nova entrada, na rua Teixeira Soares, em 1930. Foto de Candido D'Ávila. Fonte: RELATÓRIO da Sociedade São Vicente de Paulo e de suas Obras Sociais. Passo Fundo: A Nacional, 1930. Acervo Nicolau Araújo Vergueiro. AHR.



Avenida Brasil, esquina com a Avenida Gal. Netto. Em destaque, o Hotel Avenida e o canteiro central. Foto de Benjamin D'Agnolluzzo. Acervo Instituto Histórico de Passo Fundo.



Vista do pátio interno da Estação Ferroviária, já ampliada, em 1937. Fonte: Passo Fundo, Memória e Fotografia. Pe. Berthier, Passo Fundo, 1999. p. 107.



1938. Vista da área central. No centro, observa-se o Glória Hotel, localizado na rua Gal. Canabarro, esquina com a então Avenida Mauá, hoje Avenida Presidente Vargas. Foto Moderna. Fonte: Passo Fundo, Memória e Fotografia. Pe. Berthier, Passo Fundo, 1999. p. 21.



Catedral Nossa Senhora Aparecida, durante o início da construção das torres frontais, em 1939. Foto Moderna. Fonte: Memória Fotográfica de Passo Fundo. EDIUPF, Passo Fundo, 1997. p. 59



Avenida Brasil, esquina com a rua Teixeira Soares. À direita, a Intendência Municipal e a Escola Elementar; ao centro o Prefeito Arthur Ferreira Filho atravessando a via. Foto Moderna. Fonte: Memória Fotográfica de Passo fundo. EDIUPF, Passo Fundo, 1997. p. 29.



Rua Bento Gonçalves, vendo-se, à direita, o Clube Caixeiral, em 1939. Foto Moderna. Revista Sul Mensário Ilustrado, n. 7 e 8. Acervo Projeto Passo Fundo.



Agência Ford e antiga Estação Rodoviária, edifício construído em 1940. Foto Czamanski. Fonte: Passo Fundo, Memória e Fotografia. Pe. Berthier, Passo Fundo, 1999. pág. 155.



Construção do primeiro prédio de apartamentos da cidade, o Edifício Lângaro, Avenida Brasil, esquina com a Gal. Netto, em 1941. Acervo Instituto Histórico de Passo Fundo.



Rua Moron, em 1939. Foto Moderna. Revista Sul Mensário Ilustrado, n. 7 e 8. Acervo Projeto Passo Fundo.

*Foto aérea da região central de
Passo Fundo, década de 1970. Foto
de Deoclides Czamanski.
Acervo família Czamanski.*



**O DISCURSO DA INDUSTRIALIZAÇÃO,
A URBANIZAÇÃO E O IMAGINÁRIO PROGRESSISTA
EM PASSO FUNDO ENTRE 1950 E 1980**

Eduardo Roberto Jordão Knack



A industrialização foi uma pauta recorrente entre as elites políticas e econômicas de Passo Fundo durante o século XX, especialmente a partir de sua segunda metade¹. É importante pesquisar esse discurso para entendermos sua relação com a configuração urbana da cidade. Ponto discutido desde meados do século XX, o desenvolvimento econômico, atrelado a discursos e projetos de industrialização, foi um ideal pensado e defendido por intelectuais no início da década de 1960 de forma marcante. Entre os municípios que defenderam sua implantação, merece destaque a atuação de Salim Buaes, professor e diretor da Faculdade de Economia e Administração e da Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo, e presidente do Centro das Indústrias da Região do Planalto. Entre outras ações, Buaes defendeu a implantação de um distrito industrial na cidade, publicou diversos artigos nos jornais locais tratando do tema e participou do Conselho de Desenvolvimento Integrado de Passo Fundo na década de 1970. Afinal, a industrialização era percebida como o principal instrumento para assegurar um futuro progressista, como indicado no artigo de Salim Buaes, publicado no jornal *Diário da Manhã*:

Evidentemente, o que necessitamos é criar em nosso meio uma mentalidade econômica desenvolvida e progressista, capaz de propiciar à nossa estrutura um progresso compatível com a nossa formação cultural,

1 O presente trabalho é uma releitura do segundo capítulo da dissertação de mestrado “Modernização do espaço urbano e patrimônio histórico: Passo Fundo/RS” (KNACK, 2007).

e combater os descrentes e negativistas em relação ao futuro econômico de Passo Fundo. (DIÁRIO DA MANHÃ, setembro de 1963).

A busca pelo ideal de progresso, pela consolidação da cidade como um centro regional, uma “capital do Planalto” (KNACK, 2016), não poderia ser atingida sem tornar o município industrializado. Nesse sentido, a industrialização era sinônimo de progresso e foi um objetivo constantemente almejado pelas elites e pelo poder público municipal, como demonstra o trecho do livro de atas do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Passo Fundo de 1960:

O Presidente do Conselho falou a seguir sobre os problemas econômicos Industriais do Município, fez explanações referente ao futuro progresso deste rico e promissor município, disse ainda que o grande objetivo a atingir será lutar pela nossa industrialização, fator esse que nos levará a projetar-nos perante as demais economias Riograndenses. (LIVRO DE ATAS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Ata nº8, 1960).

O Conselho de Desenvolvimento Econômico era composto por membros ligados à elite política e econômica da cidade, o presidente do conselho era o então prefeito Benoni Rosado, importante defensor da industrialização e do progresso, como asseverado na citação. Também faziam parte do conselho Wolmar Salton, importante munícipe no cenário político, Tadeu Nedeff, empresário de destaque na região, Zeferino Demétrio Costi e Job Jaione, industriais da cidade, entre outros. Todavia, os demais membros não participavam constantemente das reuniões e nas atas prevalecia a opinião e as decisões dos elementos supracitados, ou seja, a força política e

econômica era predominante. Além disso, geralmente, as propostas de ação eram sugeridas pelo presidente e concluídas por ele.

Na citação acima, também é possível observar alguns elementos entendidos como objetivos cruciais para alçar Passo Fundo como uma capital regional, por exemplo, a importância dos municípios vizinhos e de outras regiões no processo de condução das políticas de urbanização e industrialização, e a busca do progresso como referencial para a construção de uma identidade. Esses aspectos formavam uma referência, davam sentido para a função do conselho. Nesse ponto, verifica-se que a utopia de industrialização-progresso estava presente no imaginário político de forma marcante. Imaginário, de acordo com a definição de Baczko (1991), pode ser entendido como uma força, uma espécie de cimento social que consolida, legitima objetivos/planos políticos e econômicos, estabelece um conjunto de representações, imagens e alegorias mobilizadas pelos sujeitos para interpretar, entender e agir no mundo em que vivem.

O progresso econômico por meio da industrialização é um desses objetivos e, embora nunca tenha sido concretizado plenamente em Passo Fundo, foi cimentado por um imaginário que se tornou cada vez mais intenso, especialmente a partir de 1950 (década do Centenário Municipal) até o fim dos anos 1980. Era como se o crescimento da cidade dependesse desse fator. Em outra ata, o presidente do conselho comunica que se dirigiu a um visitante que veio a Passo Fundo estudar a possibilidade da instalação de uma indústria de alpargatas na região. Na conversa, Benoni Rosado reafirma o intuito da industrialização e os benefícios que poderiam provir dela:

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal, presidente do Conselho, dirigindo-se ao visitante Sr. Lauro Iglesias fez várias explanações da vida do Município e a razão pelo qual foi criado o Conselho, afirmando que Pas-

so Fundo, muito espera dessa equipe de abnegados homens, desprovidos de qualquer interesse particular, e da mais absoluta confiança do Executivo Municipal; disse ainda que com o empenho e a cooperação dos membros do Conselho, o município poderá encaminhar-se pela senda da Industrialização, proporcionando trabalho honrado a dezenas de Passofundenses que sofrem constantemente com o problema do desemprego. (LIVRO DE ATAS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Ata nº10, 1960)

Em síntese, a industrialização foi mais que um objetivo ou meta política, foi uma busca constante empreendida por diferentes atores do cenário político da cidade. Foi um referencial de identidade presente nos discursos dessas elites como forma de solucionar problemas de uma localidade que já alcançava características de centro do Planalto, como crescimento populacional, expansão do comércio, da própria indústria e da prestação de serviços. Acompanhando a busca pela industrialização, elemento associado a uma cidade com o porte de “capital regional”, surgiu também a necessidade das transformações urbanas, através de modificações tanto para comportar uma população que vinha crescendo como também para suprir a necessidade estética adequada às proporções que Passo Fundo vinha assumindo. Essas mudanças representavam a afirmação de um novo modo de organizar o espaço:

Inicialmente o Sr. Benoni Rosado, agradeceu a presença dos conselheiros presentes. – Tendo em seguida abordado vários assuntos de interesse do Município, como seja o da incentivação industrial. – Embelezamento das vias públicas, iluminação, e logradouros públicos. – Nestes setores dedicará todo o seu esforço possível. (LIVRO DE ATAS DO CON-

SELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Ata nº15, 1960)

Portanto, além da costumeira “saudação” à industrialização, também eram debatidas as questões de “embelezamento das vias públicas”, “iluminação” e “logradouros públicos”. Passo Fundo estava crescendo e necessitava se adequar aos novos tempos que a cercavam, ao novo ritmo da vida moderna. As vias públicas tinham de ser melhoradas e ficar mais bonitas, a própria cidade tinha de se apresentar bem aos investidores que aqui vinham aplicar seus capitais. Contudo, no final da década de 1960, apesar dos esforços do Conselho de Desenvolvimento Econômico, que de fato lutou por esse objetivo, Passo Fundo ainda não havia construído um parque industrial sólido, como Salim Buaes coloca em artigo no jornal *O Nacional*:

Passo Fundo não pode pretender industrializar-se, persistindo no atual quadro vigorante, onde não existe nenhum plano integrado, nenhuma diretriz estável, nenhum critério de prioridade. [...] E um plano bem organizado com um estudo honesto da realidade e das possibilidades econômicas de Passo Fundo, por certo, despertará entusiasmo de todos que irão participar de tão bela batalha, com o apoio dos poderes públicos, em busca do desenvolvimento do município que procura, afanosamente, o caminho do progresso. [...] O município de Passo Fundo, como centro geo-econômico que é de uma vasta região do Estado, oferece uma série de condições positivas para atender a um processo de industrialização bem planejado e conduzido, capaz de tornar a Capital do Planalto um grande centro industrial no cenário rio-grandense. (O NACIONAL, janeiro de 1969).

Resumidamente, nove anos depois, o município não possuía,

de acordo com o autor do artigo, um plano de metas para industrialização, porém, a busca por tal objetivo ainda era um elemento importante para a afirmação da identidade de “Capital do Planalto”. Em paralelo, a cidade de Passo Fundo já era considerada um centro “geo-econômico”, mas ainda não havia concretizado o objetivo de ser um “centro industrial no cenário rio-grandense”.

Salim Buaes foi uma figura importante na defesa e implementação de indústrias no município, trabalhando juntamente com lideranças políticas e empresariais da cidade (citando o Conselho de Desenvolvimento Econômico). Além disso, tinha ideias orientadas em prol da modernização e do progresso, como demonstra a crítica feita à Câmara de Vereadores de Passo Fundo em razão da não aprovação do projeto de lei que pretendia vender o prédio da prefeitura para fins da implantação de um distrito industrial no município:

Assim considerando, muito embora tenha o melhor respeito pelas opiniões e decisões dos senhores vereadores como representantes e defensores dos interesses do povo passo-fundense, com a devida vênia, discordo da decisão tomada pelos senhores vereadores que votaram contra o projeto-lei oriundo do executivo municipal e que solicitava autorização para vender o atual prédio da Prefeitura com a finalidade de ser aplicada a maior parte do produto da venda na implantação do Distrito Industrial passo-fundense. (O NACIONAL, janeiro de 1976).

Cabe ressaltar que o prédio referido por Salim Buaes foi reconhecido como patrimônio histórico do município, e, mesmo em 1976, já era considerado significativo para história da cidade, um exemplo é justamente a votação da Câmara de Vereadores contra o projeto de lei. A citação também comprova a ânsia pela industrialização e modernização da cidade; a busca pelo progresso, pelo futuro,

não poderia sofrer atrasos por causa do passado. Essa é uma característica de um regime de historicidade futurista (HARTOG, 2013).

No início de 1970, é criado o Conselho Diretor de Desenvolvimento Integrado (CDDI), com objetivo de fiscalizar e orientar a aplicação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 1957 e cuidar da manutenção do distrito industrial da cidade. Como no Conselho de Desenvolvimento Econômico de 1960, os membros participantes do CDDI também são oriundos de segmentos elitizados de Passo Fundo, conforme a primeira ata comprova:

Às dezessete horas e trinta minutos do dia vinte e sete de junho de mil novecentos e setenta e quatro, no Gabinete do Sr. Prefeito Municipal junto à Prefeitura Municipal, na presença dos drs. Juarez Zálío e Adirbal Corralo, respectivamente Vice-Prefeito Municipal em exercício e Secretário Municipal de Administração, e do Acadêmico Décio Ilha, Chefe de Gabinete do Sr. Prefeito Municipal, mais os srs. Drs. Eurípedes Fachini, Salim Buaes, Álvaro Junqueira da Rocha, Eronilde Ribeiro e Nino Machado, e do sr. Conrado Hexsel, todos convidados a comporem como membros o Conselho Diretor de Desenvolvimento Integrado, órgão criado há trinta de outubro de mil novecentos e setenta e quatro pela Lei Municipal nº 1. 517, para assessorar, atualizar, promover, estimular, orientar e fiscalizar o Plano Diretor de Passo Fundo, o Distrito Industrial do Planalto e outros órgãos e assuntos de cabedal importância para o desenvolvimento planejado do Município [...]. (LIVRO DE ATAS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO, Ata nº1, 1974).

Portanto, assim como na elaboração do primeiro Conselho do Plano Diretor, criado em 1957, e posteriormente com a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico, o CDDI também é

restrito à participação de um seletor segmento social, orientado pelo poder público municipal. O peso e a influência dessa instituição política, a prefeitura, nas discussões desses conselhos é evidente. Os conselhos também eram instrumentos de modernização das elites políticas que estavam no governo, o objetivo principal era que a comunidade contribuísse e participasse em conjunto com o poder público das decisões a respeito da urbanização e das propostas de desenvolvimento econômico da cidade. No entanto, analisando essas documentações, é possível perceber que não era toda a sociedade que estava participando, mas sim um reduzido grupo. Em suma, os interesses do crescimento industrial e econômico eram orientados por uma elite econômica.

A presença da industrialização como objetivo e planejamento político foi cimentada por um imaginário progressista, alimentado desde o início do século XX, que encontrou maior ressonância a partir da emergência do desenvolvimentismo, tendência de pensamento e ação política que exerceu influência em toda América Latina e, em particular, no Brasil a partir da década de 1930. No entanto, as raízes do pensamento desenvolvimentista são percebidas ainda no século XIX. Conforme Fonseca (2012a), o ideário desenvolvimentista é composto por um “núcleo duro” que aparece em suas manifestações concretas e envolve os seguintes elementos: a) defesa da industrialização; b) do intervencionismo pró-crescimento; e c) do nacionalismo. Ou seja, elementos presentes tanto em discursos retóricos ufanistas quanto em propostas de rompimento com investimentos estrangeiros. A gênese dessas ideias, embora de forma fragmentária, pode ser identificada no Império, e no caso do nacionalismo, até no Brasil Colônia.

O positivismo também é mencionado por Fonseca (2012a) como uma tendência de pensamento antecessora do desenvolvimen-

tismo, o que indica papel relevante do Rio Grande do Sul na difusão desse ideário, visto que, para o mesmo autor, só foi percebido um discurso plenamente desenvolvimentista no Brasil em 1928, quando Getúlio Vargas assumiu a presidência do estado gaúcho. Em outro trabalho, Fonseca (2012b) observa a presença do positivismo e sua influência na formação de Vargas durante as primeiras décadas do século XX. A defesa da industrialização sob a orientação/intervenção do Estado estava presente, portanto, no pensamento político do Rio Grande do Sul e compunha a raiz do imaginário progressista que alimentou os discursos dos políticos e industrialistas passo-fundenses. A construção de conselhos para pensar, planejar e orientar a industrialização e a urbanização, sob a égide de lideranças políticas, reflete essa tradição política desenvolvimentista, que entra em crise com a redemocratização brasileira na década de 1980.

INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Com o objetivo de esclarecer algumas singularidades e contradições no processo de desenvolvimento urbano de Passo Fundo e suas articulações com a industrialização, esta seção apresenta alguns artigos publicados nos jornais locais. Sabe-se que a imprensa teve um importante papel nesse aspecto da história passo-fundense, como organismo que apoiava as decisões do poder público municipal na corrida rumo à modernização e, também, como informante de alguns problemas que ocorriam na cidade devido ao seu crescimento, mediante as reclamações de moradores, que enviavam cartas à edição, e da cobertura de problemas, quando eram muito graves e chamavam atenção da população em geral.

Isso posto, é possível observar que o poder público, através de seus instrumentos e das ações dos conselhos descritos anteriormente,

percebia o progresso por meio da industrialização como inevitável. No entanto, a cidade enfrentava problemas de infraestrutura básica, o que revelava uma contradição entre o discurso progressista e a situação da cidade. Na imprensa, eram muito elogiadas as construções de edificações modernas, tanto no estilo da arquitetura quanto nas novas formas de socialização, evidenciando o apoio ao discurso da industrialização como caminho para o progresso. O artigo que exalta a construção do Cine Hotel Consórcio é um exemplo:

O majestoso Cine Hotel Consórcio. A impressão que a reportagem teve desse majestoso edifício, cujo arcabouço está se erguendo para o céu, foi simplesmente admirativa. O que mais impressiona é a vastidão da construção. A parte do cinema, que é a térrea e na parte posterior do edifício, tem dimensões gigantescas, de onde sairá o maior e mais luxuoso cinema e teatro de todo Estado, incluindo a própria capital. (O NACIONAL, fevereiro de 1957).

Passo Fundo, já em 1957, presenciava a verticalização do seu espaço urbano, o ritmo da vida moderna invadia as ruas da cidade através da inauguração de cinemas e hotéis. Quando se iniciava uma construção apresentada como símbolo do “novo”, do progresso, ela era logo exaltada pela imprensa local. Os jornais, nesse sentido, foram articuladores desse imaginário progressista da “capital do Planalto” e, paralelamente, influenciados pela sua força e presença material, expressas justamente nas transformações que os munícipes presenciaram admirados. Além do estímulo comercial, o imaginário que foi construído em torno da industrialização também tinha uma correspondência material, não se tratava apenas de uma busca simbólica ou de um sonho sem fundamento, como demonstra a reportagem sobre a instalação de uma fábrica “em vias de funcionamento”:

Imponente fábrica de aniagem em vias de funcionamento. A reportagem de O NACIONAL visitou ontem o local do Jutificio Passofundense Ltda. – Uma grande empresa que orgulha Passo Fundo – As máquinas já estão aqui, à espera de instalação – Reportagem visitou ontem as obras em conclusão da grande indústria Jutificio Passofundense Ltda., na Vila Petropolis, tendo para lá seguido em companhia do Dr. Salim Buaes, Diretor-Gerente, que atendeu a nossa curiosidade manifesta, diante do vasto prédio fabril que se encontra em operação de acabamento. Foi uma conquista que se deve ao Dr. Salim Buaes, que se revelou de um dinamismo e capacidade organizadora a toda prea, o que lhe valeu a decidida colaboração do sr. Mario Menegaz e o apoio dos homens de negócio passofundenses. (O NACIONAL, abril de 1957).

O próprio título da matéria assevera a expectativa que existia em torno do crescimento industrial. Nesse contexto, Salim Buaes, importante conselheiro do poder público municipal e intelectual da época, deixava sua marca na cidade juntamente com Mário Menegaz, industrial e importante agente no cenário político da região, que viria a ser prefeito entre 1964 e 1969. Cabe mencionar que não faltaram elogios a outras iniciativas e a outros passo-fundenses que trabalharam (ou pelo menos apresentaram esse viés em seus discursos) pelo crescimento industrial e na modernização da cidade.

Enquanto o discurso da modernização era assimilado ao da industrialização, e o futuro de inevitável progresso era esperado, surgiam os problemas correspondentes ao crescimento acelerado. Entre os vários artigos e reclamações publicados nos jornais, serão expostos apenas aqueles que resultaram diretamente da expansão urbana e da modernização acelerada, como a falta de transporte público, a necessidade de saneamento básico e a falta de água potável, proble-

mas presenciados ainda em 1957, como confirma a reportagem de *O Nacional*:

Os Moradores não têm agua nem para matar a sede. Inutilizados todos os poços pelas chuvas – O drama dos moradores da Rua General Canabarro e parte da Rua Benjamin Comstant, na parte da Baixada. Trata-se de uma situação calamitosa, havendo necessidade absoluta de estendimento da rede de agua por aquelas quadras, pois que não é possível presenciarmos, nesta cidade já centenária, o drama de seus moradores, na luta pelo líquido precioso. (O NACIONAL, janeiro de 1957).

À medida que as elites políticas se preocupavam com a industrialização do município e com a modernização do centro, bairros até então periféricos enfrentavam problemas básicos, essa situação assinalava a contradição entre industrialização e infraestrutura. Como o município poderia suportar, mesmo com a criação de um distrito industrial, uma intensa industrialização quando nem mesmo a população possuía recursos básicos para viver normalmente? Salienta-se que esse tipo de problema foi enfrentado pela maioria das cidades de grande e de médio porte do Brasil. Então, sinteticamente, verifica-se que as indústrias poderiam gerar emprego e melhorar a renda dessas pessoas, mas sozinhas não resolveriam os problemas supracitados, muito pelo contrário, pois os empreendimentos também demandavam recursos, como energia e água para funcionar. Nesse contexto, emergiam necessidades imediatas, como falta de água potável. Em maio de 1957, devido a contínuas reclamações, o Executivo Municipal, na figura de seu regente, o então prefeito Wolmar Salton, apresenta uma solução à comunidade:

Chafarizes para os arrabaldes da cidade. A rede de água encanada em Passo Fundo, não acompanha os progressos e os crescimentos da cidade, em todas as direções, causando isso grande mal estar no seio das populações dos arrabaldes. Bem compreendendo essa situação, o Prefeito Wolmar Salton enviou o projeto de lei nº 14, à Camara Municipal, o qual está em final de tramitação, e juntamente o seguinte ofício: “Com o presente encaminhamos a consideração da colenda Camara Municipal de Vereadores o incluso projeto de lei, consignando um crédito especial de 100 mil cruzeiros para construção de chafarizes (lavadouros), em arrabaldes da cidade.” (O NACIONAL, maio de 1957).

Não há a intenção de desmerecer as ações do Executivo e, muito menos, o prefeito Wolmar Salton, porém sua resolução chega a ser um pouco cômica. As pessoas sem água potável, às vezes faltando até para beber, e a solução encontrada é a construção de mais chafarizes, os “lavadouros públicos”, resposta característica dos séculos XVIII e XIX, quando a água encanada era desconhecida ou inviável. Ou seja, essa situação mostra a incongruência no processo de modernização urbana, em que há um centro estabelecido e uma periferia abandonada. É compreensível que, provavelmente, os gastos do poder municipal estivessem sobrecarregados, talvez em razão de obras, como a elaboração e revisão do PDDU (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, que começou a ser elaborado em 1953 e foi publicado em 1957), a construção do “Pavilhão do Centenário”, entre outros gastos de suma importância para modernização da cidade. No entanto, atender às necessidades básicas da população que vivia em regiões periféricas também deveria ser uma questão relevante dentro da Prefeitura Municipal.

Nesse sentido, parece existir um grande hiato entre o discurso

do progresso, da imagem “capital do Planalto”, e de sua real situação. Dado que, enquanto aconteciam os preparativos para comemoração do Centenário de Passo Fundo, com construções monumentais, faltava água e esgoto nas ruas da cidade.

Em andamento os pavilhões do CENTENÁRIO. Está sendo distribuída, por 30 cruzeiros, a flâmula artística, como lembrança. Intensificam-se os preparativos para as comemorações do 1º Centenário do Município, estando as obras em andamento. Segundo pode apurar a reportagem, foi iniciado hoje, pela manhã, o erguimento dos arcos do pavilhão da Indústria, que tem as seguintes dimensões: 80 metros por 25, isto é, 2 mil metros quadrados. Trata-se de obra monumental, verdadeiramente aparatosa. Foi também iniciada a construção do pavilhão do Trigo, com a dimensão de 15 metros por 40. (O NACIONAL, junho de 1957).

Compreende-se que não era possível deixar de lado as comemorações do Centenário, que monumentalizava o crescimento industrial. Entretanto, à medida que os projetos para os festejos andavam muito bem, com a construção de pavilhões para as atividades durante a semana do município, as perspectivas positivas a respeito do crescimento passo-fundense contrastavam com a realidade. Todavia, a “capital do Planalto” não poderia ficar sem suas comemorações e sem o aplauso do povo à sua grandiosidade. Ali, em frente aos pavilhões, futuramente, seriam construídos os prédios do Executivo e do Legislativo Municipal.

Outro problema levantado pela comunidade, que demonstra claramente os problemas de um município que começava a ter um crescimento populacional, é a falta de transporte público entre a periferia e o centro (local onde estavam concentradas as principais

atividades da cidade). O espaço dentro do jornal destinado a comentários dos munícipes a respeito de suas habitações era denominado “O que o povo reclama”:

O Que o Povo Reclama. O excesso de lotação nos ônibus. Recebemos o seguinte comentário: ‘Passo Fundo, centenária! A mais bela e progressista cidade da região serrana! Cresce de olhos vistos para um provir risonho. Na harmonia desse desenvolvimento maravilhoso de progresso, cresce a população. Os bairros aumentam e se distanciam do perímetro urbano. A indústria, o comércio e o ensino, dia a dia, veem um maior número de cidadãos, para suas fileiras. Por isto algo se faz necessário para que esses personagens de lá distantes cheguem até à sua meta cotidiana, qual seja a fábrica, a casa comercial ou a escola. Esse fator a que me refiro é o meio de transporte. São, em síntese, os ônibus da cidade.’ (O NACIONAL, abril de 1957).

Esse comentário é realizado por uma senhora que reclama da superlotação dos ônibus, segundo ela, não havia ônibus suficientes. Como consequência, muitas senhoras tinham de ficar em pé nas lotações, sujeitas ao cansaço da viagem e à falta de cavalheirismo por parte dos homens em não ceder lugar às mulheres. A reclamação, que assume um tom ligeiramente engraçado em razão da indignação com a falta de educação masculina, retrata uma triste realidade: o progresso, a modernidade e a indústria eram equivalentes, literalmente, a uma corrida de difícil acesso aos moradores da periferia.

No final da década de 80, a imagem de cidade pautada no progresso continuava fazendo parte do ideal de grupos inseridos no cenário da política e da intelectualidade. Em 1989, ocorreu um seminário sobre “Urbanização e Desenvolvimento de Passo Fundo”,

vinculado ao projeto desenvolvido pela parceria entre Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Universidade de Passo Fundo (UPF), intitulado “Projeto Passo Fundo Ano 2000”. O próprio nome indica que parte da população ainda almejava encontrar soluções para os problemas urbanos no futuro, bem como aguardava o progresso e a modernização.

Dentre as constatações, ficou evidenciado o enorme potencial de Passo Fundo, que já vem polarizando o crescimento regional. Este fato, de um lado, serve para restabelecer o clima de confiança face ao futuro. De outro lado, porém, mostra a necessidade de as pessoas e as instituições superarem uma visão imediatista e a atitude de isolamento ainda existente em nossa comunidade, em grande parte explicadas pela falta de conhecimento da realidade. (PROJETO PASSO FUNDO ANO 2000, 1989, p.7).

Entre as primeiras constatações feitas pela comissão organizadora do seminário, é possível destacar a menção ao grande potencial de Passo Fundo como cidade polo do crescimento regional, o que restabelece o clima de confiança no “futuro”. O futuro ainda está presente no discurso das entidades que estão relacionadas com o desenvolvimento urbano da cidade, nas portas da década de 1990, período em que a cidade tem seu patrimônio histórico definido e tombado. Outras citações a respeito da identidade ancorada no futuro da cidade estão dispostas nos discursos de abertura do seminário, do então reitor da UPF, Elydo Alcides Guareschi:

Pela primeira vez na história desta cidade, as suas instituições representativas resolveram unir-se em torno do projeto comum de pensar o futuro de Passo Fundo, às vésperas da virada do século. Uma visão

de futuro é necessária a quem se propõe a interpretar o processo de urbanização e desenvolvimento do Município. A antecipação dos problemas poderá evitar o desordenamento deste irreversível processo de desenvolvimento. (PROJETO PASSO FUNDO ANO 2000, 1989, p.29).

E no trecho do discurso do então vice-prefeito, Carlos Armando Salton:

UPF, ACISA, Poder Legislativo e Prefeitura Municipal, ao provocarem este evento, em conjunto, buscam o objetivo maior que é o de melhorar a vida, detectando a tendência natural de nosso progresso como cidade e conhecendo as vertentes de nosso desenvolvimento. (PROJETO PASSO FUNDO ANO 2000, 1989, p. 29).

Analisando esses documentos, é notória a visão de progresso e de modernização por parte do poder público e dos intelectuais da sociedade passo-fundense, concepções alimentadas pelos resquícios do ideário desenvolvimentista que marcou o século XX. Afinal, esse ideário foi a base do imaginário de uma cidade moderna e progressista, impulsionou a busca pela modernização e verticalização, bem como tornou o centro de Passo Fundo digno de uma “capital regional”.

Nesse sentido, o seminário constitui-se como um importante documento histórico, com posições políticas de representantes do poder público e de intelectuais. Ainda, por ser uma bibliografia, converte-se numa obra de referência que ajuda a sustentar a ideia de que a cidade, durante os últimos cinquenta anos, através de suas lideranças políticas e econômicas, buscou o status de “capital regional”. Convém destacar que essa procura se manifestou por meio do crescimento populacional, econômico e valorização do espaço urbano, es-

pecialmente da área central. Em contrapartida, adquiriu problemas e contradições sociais características de uma cidade de médio porte, como a conferência de Alonso, publicada nos anais do seminário, demonstra:

Esse é o caso de Passo Fundo, importante cidade localizada no Planalto do Rio Grande do Sul, que há várias décadas vem desempenhando, inegavelmente, o papel de uma **capital regional**, situação cujos atributos positivos – crescimento e potencial econômico – são encarados com orgulho. Já o outro lado dessa situação – a pobreza e a descontinuidade social – é visto com apreensão por alguns segmentos da comunidade. (ALONSO, 1989, p. 37).

O trabalho de Alonso, economista e, na época, professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), retrata uma condição de contraste entre a “capital regional” e sua pobreza interna, disparidade presente ainda hoje. Assim como Passo Fundo cresceu, cresceram também os problemas internos, apontados nesse seminário e na documentação já analisada. Comentando a expansão do setor terciário, caracterizado como comércio e serviços, o autor considera que “os setores urbanos de Passo Fundo tiveram desempenho ainda mais destacado, pois cresceram a taxas semelhantes ou superiores às correspondentes ao Rio Grande do Sul” (ALONSO, 1989, p. 44-45). A análise do autor se baseia em dados disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao período de 1950-1980, e sua pesquisa resulta em conclusões chamadas de “positivas” e “negativas”.

Entre as conclusões positivas, encontram-se aspectos como o crescimento da construção civil, que “renovou” a paisagem urbana, e o próprio crescimento da economia urbana, da indústria, do co-

mércio e dos serviços privados. Já entre as conclusões negativas, nas palavras do autor, está a “outra face do crescimento”, na qual a oferta desses elementos positivos foi “insuficiente” para atender a toda a população, culminando na expansão de periferias urbanas. Em outras palavras, trata-se de áreas em que o cenário difere radicalmente do espaço urbano central, já que falta infraestrutura necessária às condições sociais básicas de existência, como luz, água tratada e calçamento. Além disso, há carência de uma dinâmica comercial próxima àquela que é vivenciada no centro, provocando a exclusão desses grupos sociais, pois o comércio e a prestação de serviços estão, em sua maioria, localizados no centro da cidade.

Outro aspecto interessante a ser analisado, no que diz respeito ao crescimento econômico da cidade, está nos resultados dos debates, nos quais se percebe a presença muito forte da busca pela industrialização. Esse é um elemento que pode ser interpretado tanto do ponto de vista dos benefícios econômicos que traria ao município, quanto pelo seu lado simbólico, ou seja, a ideia de que um parque industrial acarretaria grande prestígio. Com o tema “Caracterização do Crescimento Econômico de Passo Fundo”, no Painel I, intitulado “Agricultura, Pecuária e Indústria em Passo Fundo”, chega-se às seguintes considerações:

ÁREA INDUSTRIAL

1 – Situação Atual:

- 595 indústrias no município;
- 26 em fase de implantação;
- potencial energético favorável ao desenvolvimento de indústrias.

2 – Situação Desejada:

- implementação da industrialização no município.

2.1 – forças impulsoras:

- potencial energético disponível;

- mão-de-obra disponível abundante;
 - escolas profissionalizantes.
- (PROJETO PASSO FUNDO ANO 2000, 1989, p.77).

Desde 1950, percebe-se o propósito de industrializar o município e de construir um parque industrial sólido. Todavia, o setor industrial não possuía uma base consolidada, já o setor do comércio, da prestação de serviços, a base da economia do município em 1989, eram elementos considerados, paradoxalmente, “forças restritivas” para a expansão industrial da cidade, juntamente pela falta de mão de obra qualificada, muito embora instituições como o Senac e o Senai já estivessem instaladas há quase 20 anos no município com intuito de resolver esse problema. É evidente que existiu um avanço no setor industrial, tendo em vista a atenção que foi dedicada à construção de um centro digno de uma “capital regional”, mas a área do comércio sempre foi o motor do “progresso” na cidade, como exposto no Painel II do evento, com o tema “Setor Terciário em Passo Fundo”:

SETOR DO COMÉRCIO E SERVIÇOS

1 – Situação Atual:

Passo Fundo é reconhecida hoje no contexto estadual, como um dos municípios de maior expressão comercial e de prestação de serviços. Graças ao seu comércio bastante diversificado e aos serviços de elevada especialização, o município passou a ser um pólo de atração da população regional.

a) Quanto à Estrutura Empresarial

- existe crescimento real nas atividades comerciais e prestadoras de serviços;
- o Setor Terciário do Município polariza a região;
- as micros e pequenas empresas de capital local predominam.

(PROJETO PASSO FUNDO ANO 2000, 1989, p.81)

Entre os aspectos negativos, é destacado o crescimento desordenado do comércio e da prestação de serviços, visto que não havia trabalhadores qualificados para acompanhar esse desenvolvimento. Já como elementos positivos, salienta-se o fato de a atividade comercial ocupar o primeiro lugar na geração de empregos. No item que se refere à “Comercialização e Prestação de Serviços” existe um ponto contraditório, pois se menciona que a “elevada concorrência é apontada como o principal obstáculo à comercialização”. É, certamente, no mínimo intrigante que a concorrência seja um empecilho à expansão desse setor. Não há maiores explicações nos anais do seminário sobre como se chegou a essa conclusão no painel, mas uma hipótese que pode ser formulada seria a de que o crescimento desordenado, de alguma forma, influenciou nessa concorrência, e que, talvez, nos setores referidos (o painel não faz referência a alguma atividade comercial específica) existisse uma grande loja que tivesse maior peso na concorrência.

Outro aspecto levantado nesse tópico do painel, que também é interessante para a análise, aponta que a “falta de fornecedor local incentiva a compra de mercadorias fora do município”. Essa conclusão justifica o comércio ser um empecilho, um entrave para industrialização, no entanto, demonstra a força dessa atividade, que caracterizou – e ainda caracteriza – a paisagem urbana do centro da cidade, reforçando a identidade de “capital regional”, e, ao mesmo tempo, a descaracteriza, tendo em vista a poluição visual gerada por essa atividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os documentos analisados para investigar os discursos de industrialização em Passo Fundo ao longo da segunda metade do

século XX, é possível perceber a presença e a força do ideário desenvolvimentista. Isto é, a “mentalidade econômica desenvolvida e progressista”, mencionada por Salim Buaes, é uma síntese do conjunto de ideias que forma essa tendência de pensamento. O intervencionismo pró-crescimento, em âmbito municipal, pode ser exemplificado pela própria criação dos conselhos de desenvolvimento apresentados na introdução. O Conselho de Desenvolvimento Econômico, mesmo agregando empresários, era liderado pelo prefeito, portanto se constituía em um instrumento de intervenção do poder público. O Conselho Diretor de Desenvolvimento Integrado, criado na década de 1970, também pode ser encarado dessa forma. Ambos eram instrumentos para orientar, planejar e intervir no município para implementar um processo de industrialização efetivo.

Esse é outro elemento fundamental do ideário desenvolvimentista: a defesa da industrialização. A transformação do país só seria alcançada quando um processo de industrialização concreto fosse desencadeado, tal defesa é notória nos discursos das autoridades políticas e intelectuais atuantes em Passo Fundo na segunda metade do século XX. A industrialização era o motor do desenvolvimento: por meio dela os problemas sociais seriam resolvidos e a autonomia nacional e internacional seria alcançada. O imaginário da industrialização fomentava visões de futuro que orientavam o pensamento político naquele contexto, produzindo consequências para a sociedade. Dessa forma, os conselhos – instrumentos de ação sob a égide do poder público – em parceria com empresários e intelectuais legitimaram esse ideário, cimentado por um imaginário progressista. Nessa perspectiva, este artigo abordou alguns problemas e, por conseguinte, as consequências dessa busca pela industrialização.

Enquanto a industrialização era um objetivo, uma utopia política a ser conquistada prontamente, a cidade enfrentava problemas

estruturais com crescimento populacional. Falta de água e esgoto, falta de transporte público adequado foram alguns problemas identificados na imprensa, embora as imagens de um futuro transformado pela industrialização estivessem presentes, alimentando, inclusive, a organização dos festejos do Centenário em 1957. Além da imprensa, outra fonte analisada foram os anais do “Projeto Passo Fundo Ano 2000”, seminário realizado em um momento que assinalava o começo da crise das políticas desenvolvimentistas em nível nacional. Entre outros pontos, esse seminário já indicava o setor terciário, o comércio e a prestação de serviços, como uma grande força da economia local, embora a industrialização ainda figurasse nos painéis como um ponto central para o futuro do município e da região.

Concluindo, é possível observar que a busca pela industrialização mobilizou o poder público, que tentou estabelecer políticas públicas para sua implantação no município, apoiado por empresários e intelectuais. Essa busca foi fundamentada pelo pensamento desenvolvimentista em vigor naquele contexto, mas reforçada e embasada por um imaginário progressista de muita força no Rio Grande do Sul, visto suas raízes positivistas. Tal imaginário nutriu representações como a “capital do Planalto” em Passo Fundo, cidade progressista que deveria ocupar o lugar de um centro na região. No entanto, o processo de industrialização local não levou em consideração problemas urbanos que constituíram entraves para seu próprio desenvolvimento efetivo. Outros setores da economia despontaram, especialmente a partir da década de 1970, como o comércio, a prestação de serviços e a construção civil, impulsionados pelo crescimento populacional, e acabaram se tornando forças significativas para o município nas décadas seguintes.

REFERÊNCIAS

ALONSO, José Antônio Fialho. Reflexões Sobre o Desenvolvimento de Passo Fundo-RS: 1939-87. In: PROJETO PASSO FUNDO ANO 2000. **Anais do Seminário Sobre Urbanização e Desenvolvimento de Passo Fundo** 26 a 28 de julho de 1989.

BACZKO, Bronislaw. **Los imaginarios sociales** memorias y esperanzas colectivas. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora da Unesp, 2012a.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Do progresso ao desenvolvimento: Vargas na Primeira República. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora da Unesp, 2012b.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. **Modernização do espaço urbano e patrimônio histórico: Passo Fundo/RS**. (Mestrado em História). Passo Fundo: UPF, 2007.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. **Passo Fundo e a construção do imaginário de capital do planalto: comemoração, memória, visualidade e políticas públicas**. (Doutorado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2016.

LIVRO DE ATAS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO do Município de Passo Fundo – 1960. **Ata Nº 8 – Ata da provável instalação de uma indústria de Tecelagem nesta cidade**. (25 de julho de 1960). (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo.)

LIVRO DE ATAS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO do Município de Passo Fundo – 1960. **Ata nº 10 – Ata da reunião do Conselho para estudar a possibilidade da Instalação de uma fábrica de Alpargatas nesta cidade**. (29 de agosto de

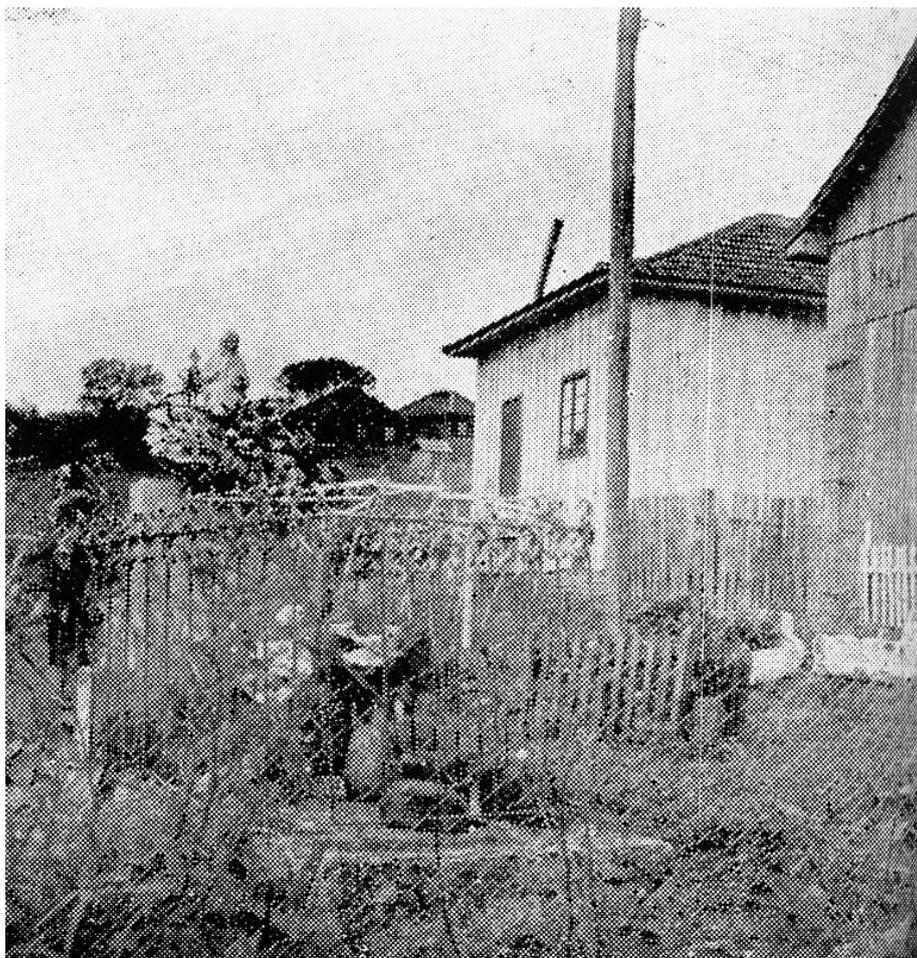
1960). (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo.)

LIVRO DE ATAS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO do Município de Passo Fundo – 1960. Ata nº 15 – **Ata da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico, para tratar de assuntos de interesse ao Município.** (17 de outubro de 1960). (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo.)

LIVRO DE ATAS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO. – CDDI. **Ata Nº 1**, 1974. (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo.)

PROJETO PASSO FUNDO ANO 2000. **Anais do Seminário Sobre Urbanização e Desenvolvimento de Passo Fundo** 26 a 28 de julho de 1989.

Ao lado, o Cemitério da Cruzinha, no início da década de 1950. Fonte: Plano Diretor, 1953, p. 44.



NO MEIO DO CAMINHO TINHA UM TÚMULO:

GOMERCINDO DOS REIS, PLANEJAMENTO URBANO E
O CEMITÉRIO DA CRUZINHA (DÉCADA DE 1950)

*Alex Antônio Vanin
Djiovan Vinícius Carvalho*



Era noite. Em uma mesa do Café Elite, vendo as luzes da Praça Marechal Floriano tremeluzirem pela janela, Gomercindo dos Reis matutava sobre sua próxima preleção no Grêmio Passo-Fundense de Letras. O presidente do sodalício, Celso Fiori, lhe solicitara uma palestra, em tema de livre escolha, em prosa ou verso, o que lhe tornava as coisas mais difíceis. Tantas possibilidades...

Tamborilando os dedos na mesa e saboreando lentamente um gim, Gomercindo analisava as temáticas possíveis. Algo rápido, palpitante, expressivo, que fosse inédito e tivesse como fundo a história de sua amada Passo Fundo. A hora correu rapidamente, os rapazes do Café colocavam sobre as mesas as cadeiras já vazias. Passando seu olhar pelo salão, antes povoado de vozes, fumaça e música, Gomercindo viu-se só. Nada lhe veio a memória, a não ser suas lembranças do velho Boqueirão.

Ao acertar a conta e despedir-se de alguns conhecidos na porta, desceu a rua General Netto, pensando que talvez uma ida à sua chácara pudesse apresentar-lhe alguma ideia... Deitando-se ao lado da esposa, que ressonava calmamente, Gomercindo dormiu e dormindo sonhou... Em seus sonhos maravilhosos, Gomercindo viu o túmulo e a cruz de Maria Pequena em esplendores. Sua sepultura toda azul, da cor do céu. Sobre ela uma mulher sentada, sorridente, trajando um vestido lindo e comprido, de mangas largas, cor de rosa, em completo contraste com o azul da sepultura.

Pela manhã, após um rápido desjejum, Gomercindo saiu à rua e encontrou a cidade deserta, ainda despertando. Com passos rápidos atravessou a rua Moron, no exato momento em que davam sete horas. Passando pela Casa Pretto, tomou a rua Independência e rapidamente chegou à rua Coronel Chicuta. Atravessando os trilhos da estrada de ferro,

Gomercindo logo alcançou o prolongamento da via, em direção à sua chácara. Caminhando, agora vagorosamente, Gomercindo observava os jardins, as flores, os passarinhos que se movimentavam entre as camélias, saudando os raios de sol que atingiam os galhos, até que, de repente, parou. Ali estava um antigo cemitério, o cemitério de Maria Pequena!

Sobressaltado, lembrando-se do sonho da noite anterior, Gomercindo fitava o local. Ali estava, como no sonho, a sepultura e a cruz, tal qual vira em sua visão maravilhosa. As rolinhas voavam por cima do túmulo de Mariazinha, pousando na cruz. Aproximando-se da sepultura, Gomercindo viu velas, cartões e lírios. Cobertos pelo orvalho da manhã, os ramalhetes de rosas jaziam em frente à lápide que dizia: Maria Pequena, três vezes apunhalada e degolada, a vinte e oito de novembro de 1894. Paz à sua alma. Fez um esforço para lembrar-se da tragédia.

Eis o assunto palpitante que buscava! Não mais para uma palestra no Grêmio de Letras, mas para um trabalho maior – um livro. Escutando os gorjeios dos sabiás, Gomercindo refletia: por mais que o nome de Maria Pequena vivesse de boca em boca e no coração do povo, tão pouco sobre sua vida e morte era comentado. Ali, prostrado dentro do pequeno cemitério, de olhos fixos na cruz da sepultura de Maria Pequena, o poeta Gomercindo dos Reis tomou a resolução de reverenciar a memória daquela morta, mas de alma viva e iluminada pelo Senhor (ZANOTTO; CARVALHO; VANIN, 2019).

A narrativa acima foi elaborada pelos autores Zanotto, Carvalho e Vanin (2019) com base nas descrições realizadas por Gomercindo dos Reis, autor do romance inacabado *A Tragédia da Cruzinha* [195?], acerca de como a ideia para a composição da obra havia surgido¹. Distante do *métier* do historiador, por se tratar de um tema

¹ REIS, Gomercindo dos. *A Tragédia da Cruzinha*. [195?]. Acervo da Escola Estadual Gomercindo dos Reis.

mais vinculado à literatura e à produção de seu autor, optamos por iniciar de uma forma *límpica, literária, épica*, tal como Gomercindo descreveu sua produção literária supramencionada. Dito isso, faz-se necessário afirmar que nosso intento neste texto é o de explorar alguns elementos constantes na produção do autor em correlação a aspectos concernentes às mudanças ocorridas no planejamento urbano da cidade de Passo Fundo nos anos 1950. Nesta análise, o Cemitério da Cruzinha, localizado nos subúrbios da cidade, é o nosso protagonista principal, e não Maria Meirelles Trindade, a Maria Pequena, sujeito central da narrativa de Reis.

Em realidade, para além dos relatos de Gomercindo dos Reis, poucas são as fontes que fazem referência ao Cemitério da Cruzinha, de modo que estes escritos são fundamentais para a compreensão de aspectos da historicidade daquele local, habitualmente vinculado à narrativa acerca de Maria Meirelles Trindade. Ademais, acercamos-nos de fontes referentes à urbanização de Passo Fundo na metade do século XX, momento de importantes mudanças nas demandas e perspectivas da administração municipal sobre a organização e modernidade da cidade, evocado pela comemoração do Centenário de Emancipação Político-Administrativa do município de Passo Fundo, em 1957.

GOMERCINDO DOS REIS: UM POETA, VÁRIOS INTERESSES

Gomercindo dos Reis nasceu na Fazenda Capão Bonito, 4º Distrito de Passo Fundo (RS), no dia 4 de fevereiro de 1898, filho de Fernando José dos Reis e de Clarinda Dornelles. Com cerca de 18 anos, Reis transferiu-se para Santa Maria (RS), onde trabalhou no comércio, na Viação Férrea e atuou como professor. Mais tarde, já instalado em Porto Alegre (RS), atuou no comércio como guarda-

-livros e dedicou-se à arte de escrever poemas. A principal atividade econômica de Reis foi a corretagem: em 1931, em Passo Fundo, fundou o *Birô Reis*, para corretagem em geral, e dirigiu o escritório, um dos primeiros do segmento, por mais de 30 anos na compra e venda de imóveis (SANTOS, 1963).

No âmbito da política, Reis foi filiado ao Partido Federalista (PF)², tendo participado de comícios e reuniões políticas em 1922, apoiando os liberais na candidatura de Joaquim Francisco de Assis Brasil. Em 1923, tomou parte da campanha revolucionária, integrando o quadro social do Grêmio Cívico Rio-grandense³, de Porto Alegre (RS)⁴. Após o fim da guerra-civil, Reis mudou-se definitivamente para Passo Fundo, tornando-se, não muito tempo depois, um dos primeiros líderes comunitários de Passo Fundo. A saber, Gomerindo dos Reis engajou-se, entre 1928 e 1932, em uma campanha na imprensa local que reverteu a venda da área de uma praça em Passo Fundo⁵.

² O Partido Federalista Brasileiro foi fundado em 31 de março de 1892, em Bagé (RS), sob o comando de Gaspar Silveira Martins, em oposição ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), liderado por Júlio de Castilhos. Dentre os ideais defendidos pelos federalistas, estavam o sistema parlamentar, o federalismo e a revogação da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1891, de inspiração positivista. Foi a principal oposição aos governos de Castilhos e Antonio Augusto Borges de Medeiros, tendo tomado parte nas guerras civis de 1893-1895 e de 1923. O referido partido foi extinto em 1928, em prol da formação do Partido Libertador (PL).

³ O Grêmio Cívico Rio-grandense foi fundado em 1922, e “destinava-se a trabalhar pelo reavivamento das tradições rio-grandenses e combater os errôneos processos que porventura, sejam empregados pela política, no Estado” (A NOITE, 15 de agosto de 1922, p. 2).

⁴ A “Revolução de 1923” se estendeu entre os meses de janeiro e novembro de 1923, no território do estado do Rio Grande do Sul, opondo os partidários de Joaquim Francisco de Assis Brasil – os assististas – rebelados, em linhas gerais, em função da manutenção do Governo Estadual sob o comando de Antonio Augusto Borges de Medeiros, o que alijava e afastava, por meio da fraude eleitoral, a oposição da possibilidade de participar da política dominada pelo Partido Republicano Rio-Grandense. Gomerindo dos Reis, ainda antes de incorporar-se à movimentação revolucionária, já havia se posicionado enquanto oposição, fraudando votos em distritos de Porto Alegre, na eleição estadual ocorrida em fins do ano de 1922 (RIO GRANDE DO SUL, 1923, p. 266).

⁵ A Praça Brasil, localizada na Vila Rodrigues, empreendimento de Faustino Rodrigues da

Contudo, suas atividades profissionais e políticas foram sempre acompanhadas de uma produção intelectual. A partir de 1915, Reis passou a ter poemas e textos publicados em revistas e jornais, como *O Malho*, *Fon-Fon*, *Vida Chic* e *Ilustração Pelotense*. Já nos anos 1930, passou a colaborar regularmente com os periódicos passo-fundenses *O Nacional* e *Diário da Manhã*, além de outros jornais de Santa Catarina e do Paraná⁶.

Ao longo de sua trajetória, foi membro do Grêmio Passo-Fundense de Letras (mais tarde Academia Passo-Fundense de Letras)⁷ e do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), tendo publicado os livros *Defendendo a Verdade* (1947) *Nuvens e Rosas* (1957) e *Jardim de Urtigas* (1957), deixando inacabado o romance *Tragédia da Cruzinha* [195?]. A obra incompleta, que era qualificada por Reis em publicações de jornal como *histórica, lírica, literária, épica, humorística e com fundo religioso*, tem seu início marcado por questio-

Silva, teve reconhecimento público em 1922. Entretanto, o local permaneceu com ares de abandono, servindo de refúgio para animais, sem condições de ser utilizado como espaço de lazer. Nesse contexto, Gomercindo dos Reis tornou-se líder comunitário na Vila Rodrigues e, junto a outros moradores, como Américo Pippi, reivindicava do poder público o cumprimento da promessa de Rodrigues. Em 1928, Faustino Rodrigues manifestou interesse em ceder parte do território da praça a uma congregação religiosa, para que fosse construída uma escola. A população da Vila foi contrária à atitude, pois temia que Faustino, como dono original da área, pudesse vir a vender até mesmo as ruas do bairro. Pouco tempo mais tarde, a doação foi anulada, pois as autoridades municipais se manifestaram favoráveis à vontade dos moradores em ver sua praça concluída.

⁶ Segundo Paulo Monteiro: “Gomercindo dos Reis formou seu estilo literário na primeira metade do século XX, lendo os grandes poetas da chamada ‘Belle Époque’, fundamentalmente os parnasianos. A exemplo de outros poetas passo-fundenses, que foram seus contemporâneos, como Antonio Donin e André Pitthan, permaneceu fiel à poemática dos seus modelos. Assim, majoritariamente, encontramos em sua obra a poesia metrificada. Praticou, de preferência, a redondilha maior e o decassílabo. Cultuou, dentre os poemas de forma fixa, o soneto e o sonetinho, práticas que o filiam como um continuador da poesia da ‘Belle Époque’” (MONTEIRO, 2008, s/p).

⁷ Entidade civil, sem fins lucrativos e sem caráter político partidário, fundada em 7 de abril de 1938 com o nome de Grêmio Passo-Fundense de Letras, com a finalidade exclusivamente literária-cultural. Em 7 de abril de 1961, o Grêmio foi transformado em Academia Passo-Fundense de Letras.

namentos sobre a figura histórica da mulher assassinada, obra escrita “com fidelidade e emoção a história de aventuras e sofrimentos, de romance e do amor da lendária, iluminada e pura Maria Pequena, juntamente com a narrativa de sua mãe” (REIS, [195-], fl. 6). O próprio autor enfatizava que o texto seria composto por elementos ficcionais, mas sua base seria feita a partir de “acontecimentos verídicos” e documentos, bem como de declarações do neto de Maria Pequena. Além disso, a escrita seria firmada pela “lúcida memória” de um “cidadão respeitável” que conhecera a santa em vida, assim como sua família, e que foi testemunha do enterro de Maria Pequena, quando de seu assassinato.

Gomercindo dos Reis investiu muito de suas energias ao tema da santinha de Passo Fundo. Ainda na década de 1950, e já prenunciando os festejos do Centenário do município, em 1957, ateu-se (pelo menos intelectualmente) à divulgação da história da “heroína cívica” para além-fronteiras. Em artigo publicado no jornal *O Nacional*, Reis nos informa que Maria Meirelles Trindade tinha fama de “vidente”. Nesse sentido, sua constituição como pessoa singular, uma mediadora dotada também de dons premonitórios, lhe particularizava perante a comunidade local e mesmo regional. Segundo Reis, “Maria Pequena, que falava com Nossa Senhora, era vidente antes de morrer. Consultada por comandantes de corpos em 1893, ela previu a derrota das forças legalistas nos combates de Valinhos e Três Passos”⁸.

Casada, já “nos tempos da Revolução”, Maria Pequena teria resistido aos martírios com coragem cívica e fé. Ante os 43 revolucionários que a interrogavam sobre o marido, o filho e demais soldados, manteve-se em silêncio, sendo então apunhalada três vezes e depois

⁸ O NACIONAL. 1º jun. 1955, p. 2. Acervo AHR.

degolada – trucidada por motivos políticos (REIS, [195-], fl. 3). À vista do ocorrido, Maria Pequena começou a ser cultuada, e uma das formas com que a devoção e crença em Maria Pequena mostrou sua efetividade diante dos fiéis foi através da constituição, ao redor de seu túmulo, de um cemitério de “anjinhos” – crianças falecidas antes dos sete anos que foram enterradas no “espaço sagrado” do cemitério, que ficou conhecido como Cemitério da Cruzinha. Ali se buscava proteção para as almas dos “inocentes”, que seriam apoiados pela mãe mártir que defendeu seu próprio filho até a morte. Seu culto perdurou, se consolidou, pois, tido como eficaz, “Maria Pequena é estimada por milhares de pessoas, que admiram a sua memória e acreditam nos seus milagres”⁹.



Romaria ao túmulo de Maria Meirelles Trindade, a Maria Pequena, no Cemitério da Cruzinha. Fonte: DIÁRIO DA MANHÃ. Passo Fundo, 3 jun. 1955. Acervo IHPF.

O espaço de devoção à Maria Pequena era, portanto, o lugar onde ela havia sido sepultada em 1893, no cemitério que, devido

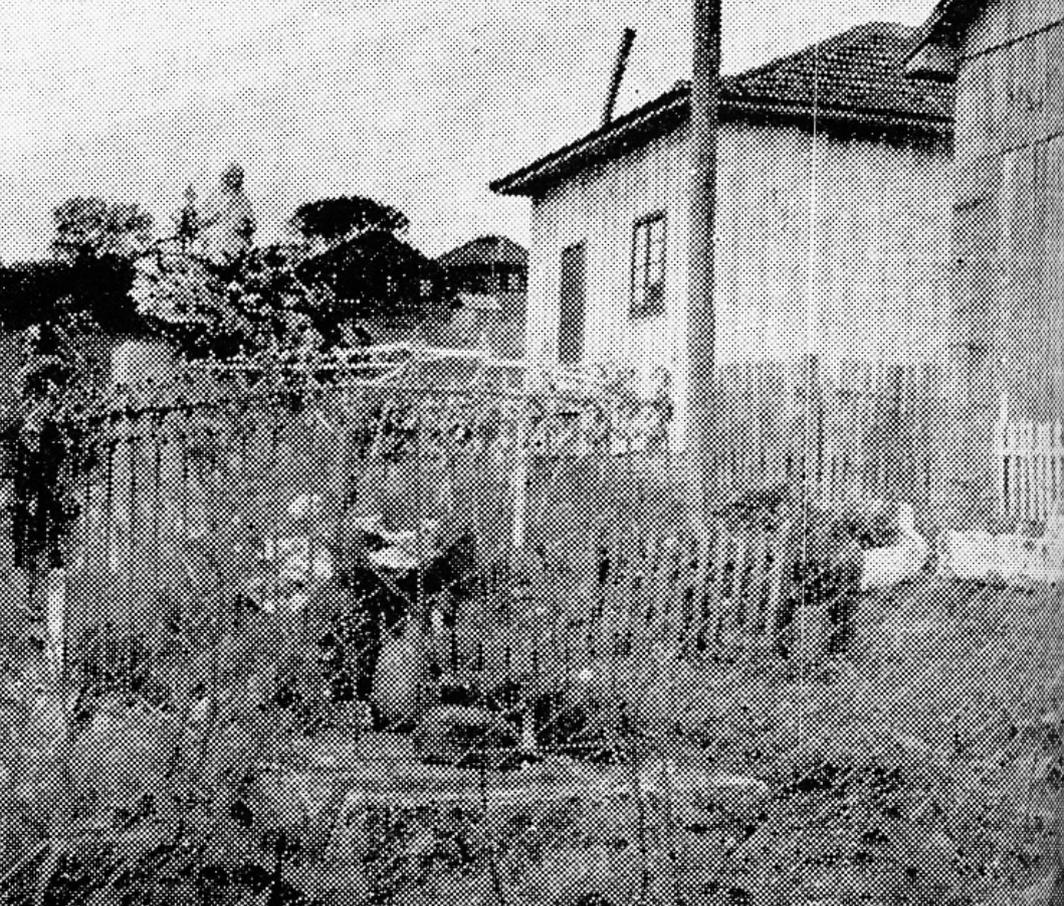
⁹ O NACIONAL. 1º jun. 1955, p. 2. Acervo AHR.

à cruz que encimava seu túmulo, passou a ser conhecido como *da Cruzinha*. Localizado às margens do arroio Rachel, junto à passagem da ponte sobre o mesmo arroio, o Cemitério da Cruzinha ali permaneceu por mais de seis décadas, até tornar-se um óbice ao planejamento urbano daquela área, na década de 1950.

UM CEMITÉRIO EM PLENA RUA: PLANEJAMENTO URBANO E A CRUZINHA

Nos primeiros anos da década de 1950, Passo Fundo se encontrava em pleno processo de expansão urbana. A gestão do prefeito Daniel Dipp (1952-1955) foi marcada pela dinamização de diversas obras públicas, ocorrendo um investimento na infraestrutura. Em 1952, foi iniciada a elaboração do primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Passo Fundo, que ficou a cargo do engenheiro Edvaldo Pereira Paiva. A partir do Plano Diretor, com “diretrizes de zoneamento”, foi proposta a criação de locais específicos para certas atividades, como centro cívico, estádio e mercado municipal. Contudo, no mesmo período, segundo Knack (2016, p. 293), “os loteamentos eram concedidos sem serem abertas as ruas, tamanho era o ritmo de expansão da cidade”. Não obstante, a criação de loteamentos nos subúrbios da cidade se apresentava como uma empresa rentável, tendo em vista o aumento populacional da urbe.

Aliás, desde o final da década de 1920, a área onde se localizava o Cemitério da Cruzinha, apesar de corresponder aos subúrbios da cidade, já contava com empreendimentos privados de loteamento, como a Vila Carmen, pertencente à sociedade *Empresa Villa Carmen Ltda*; o planejamento urbano da área que era singrada pela rua Coronel Chicuta, principal via de condução direta do centro para aquela parte ainda em desenvolvimento da cidade, necessitava, en-



Cemitério da Cruzinha, no início da década de 1950. Fonte: Plano Diretor, 1953, p. 44.

tretanto, ser conformado pela administração pública. De acordo com *O Nacional*, aquele traçado da Cel. Chicuta, para além do arroio Rachel, foi aberto em 1929 por iniciativa privada da sociedade, para legar acesso aos mais de 478 lotes e 19 chácaras que haviam sido demarcados e colocados à venda, tendo sido adquiridos do espólio da herança de Lucas José de Araújo¹⁰. Na figura a seguir, propaganda do sobredito loteamento, vê-se o arroio Rachel, no cruzamento com a Cel. Chicuta, onde ficava localizado o Cemitério da Cruzinha, embora esse não seja referenciado. O empreendimento anunciava, des-

¹⁰ O NACIONAL. *A Villa Carmen*. Passo Fundo, 19 jun. 1930, p. 21. Acervo do AHR.

de aquele momento, que pretendia atender “aos modernos processos urbanistas, sendo as ruas traçadas de acordo com a topographia do terreno, evitando as ruas em fortes declives, e sem a monotonia dos longos alinhamentos”¹¹, expressando uma racionalidade do processo de urbanização conduzido por particulares, realizado sob antigas propriedades rurais que margeavam os arrabaldes do centro urbano (DINIZ; ALMEIDA, 2021).



O NACIONAL. A Villa Carmen. Passo Fundo, edição 648, 19 jun. 1930, p. 21. Acervo do AHR.

A expansão e modernização urbana, observadas a partir da abertura dos supramencionados loteamentos privados, continuou nos anos seguintes. Nos anos de 1930, destaca-se a criação da Vila Vera Cruz, da Vila Santa Terezinha, hoje Vila Fátima, da Vila Santa Maria e da Vila São João, além da Vila Vergueiro, já na década de 1940.

Em *O Nacional* de março de 1951, antevedendo as necessidades de uma reorganização urbana, o poeta, escritor e corretor de imóveis, Gomercindo dos Reis fez as seguintes declarações: “O futuro prefei-

¹¹ *O NACIONAL. A Villa Carmen. Passo Fundo, 19 jun. 1930, p. 21. Acervo do AHR.*

to deve gastar 74 milhões de cruzeiros para a urbanização da cidade, que devem ser gastos em obras de duração secular”¹². Gomercindo dos Reis, naquele momento, propunha a abertura da rua Teixeira Soares e asseverava a necessidade de que “o futuro administrador deveria desapropriar as casas existentes na quadra do Posto de Higiene para a construção do Mercado Público, Universidade de Passo Fundo ou Palácio Municipal”¹³. Nas palavras de Reis: “A rua Teixeira Soares, [...] está na hora de ser transformada, facilmente, numa grande e bela Avenida, partindo do Cemitério, até a Vila Carmen”¹⁴.

Reis, naquele período, também defendia a importância de Passo Fundo contar com um Plano Diretor. Prontamente, as discussões – influenciadas, ou não, por Gomercindo dos Reis – sobre a elaboração de um Plano Diretor para Passo Fundo tiveram início em outubro de 1951, na gestão do prefeito Armando Annes (1947-1951)¹⁵. Com o fim do mandato de Annes e a eleição do petebista Daniel Dipp, ainda em 1951, manteve-se a proposta.

A necessidade de abertura de ruas para acesso aos novos loteamentos colocou em evidência o Cemitério da Cruzinha, localizado no cruzamento das ruas Cel. Chicuta e Mato Grosso, “prejudicando as obras administrativas”. Segundo o jornal, a obra estava sendo acolhida com satisfação por diversos moradores, entretanto, os trabalhos precisavam de um fôlego maior, “visto que meia quadra abaixo do local onde se encontram atualmente os trabalhos de calçamento, existe um regato, com uma ponte estreita sobre a rua e, no lado, o pequeno cemitério de Maria Pequena, objeto de devoção dos

¹² O NACIONAL. *O futuro prefeito deve gastar 74 milhões de cruzeiros para a urbanização da cidade, que devem ser gastos em obras de duração secular*. Passo Fundo, 29 mar. 1951, p. 3. Acervo do AHR.

¹³ Idem.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ O NACIONAL, 10 dez. 1951, p. 4. Acervo do AHR.

A Vila Reis, no início da década de 1950, contava com vias de ligação ao núcleo central da cidade não muito acessíveis: as principais ruas que ligavam as vilas Carmen, Schell, Zacharias e Lucas Araújo, possuíam como ponto de confluência a rua

Cel. Chicuta, que passava pelo centro e, depois pela estação ferroviária, seguia em direção à região considerada, à época, suburbana e insalubre, onde se localizavam as supracitadas vilas. Percebe-se que as colocações de Reis mostram, além de suas preocupações com o futuro da urbe, um possível interesse na valorização de sua propriedade e mesmo com a movimentação imobiliária que seria seguida da implantação de qualquer uma das propostas submetidas por ele ao Executivo Municipal.

Retornando ao que concerne ao Cemitério da Cruzinha, é fato que essa mudança se tornou um problema para a administração municipal, pois “profanar os restos de Maria Pequena, lançando-os numa tumba qualquer, num dos cemitérios da cidade, causaria espécie entre o bom povo daquelas redondezas”¹⁸. Essa questão encontrou rapidamente uma solução, apresentada pelo vereador Angelino Rafael Jacini, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que entrou em entendimento com o casal Floriano Schroecker e Olinda Schmidt, proprietários de um terreno próximo ao Cemitério da Cruzinha,



VILA REIS

Esta vila foi organizada há poucos meses, achando-se em franca prosperidade.

Eis os motivos porque deveis adquirir chacaras e terrenos na mesma:

1.º) — Porque é uma das vilas mais próximas do centro da cidade, levando-se apenas 10 minutos para atingi-la a pé.

2.º) — Porque está situada na zona colonial, em lugar sãto, saudavel, magnífico panorama, sendo um pitoresco bairro ferroviário.

3.º) — Porque já possui rede de luz electrica, tem um grupo escolar do município e suas terras são férteis.

4.º) — Porque a empresa está vendendo os terrenos a baixos preços e facilitando os pagamentos. Quem adquirir, enfim, terras na Vila Reis, terá o seu capital dobrado muitas vezes num curto prazo.

Mais esclarecimentos, com Gomerindo dos Reis, na **AGENCIA COMERCIAL, à Avenida General Neto, 891.**

Anúncio da Vila Reis. Fonte: O NACIONAL, 28 nov. 1949. Acervo AHR.

¹⁸ O NACIONAL, 5 jan. 1954, p. 4. Acervo do AHR.

no intuito de que doassem parte de sua propriedade à municipalidade para a construção de uma capela com a finalidade de depositar os ossos do Cemitério da Cruzinha:

LEI Nº 565/55

AUTORIZA O EXECUTIVO A RECEBER A DOAÇÃO DE UM TERRENO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSO FUNDO, no uso de suas atribuições, confere o art. 53, Inc. II, da Lei Orgânica, faz saber que o Legislativo decretou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal autorizado a receber em doação, do casal Floriano Schroecker, uma área de terras com até 24 m², nesta cidade, à rua Cel. Chicuta, constante da transcrição 38.152, fls. 147 do livro 3-yy - do Cartório de Imóveis deste município, e destinada a construção de uma capela para depósito dos ossos do Cemitério da Cruzinha.

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua promulgação; revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 7 de março de 1955.

MÁRIO MENEGAZ
Prefeito Municipal.¹⁹

Assim, em 7 de março de 1955, foi assinada a doação de uma área de terra com 24 m², localizada à rua Cel. Chicuta, no cruzamento com a rua Mato Grosso. O terreno doado era uma fração de uma propriedade maior, adquirido por Olinda Schmidt do casal Nicola

¹⁹ PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. Lei nº 565/55. *Autoriza o executivo a receber a doação de um terreno.* 07 mar. 1955.

Gallicchio e Anna Lang Gallicchio, no ano anterior²⁰. Contudo, em consulta ao Cartório Registro de Imóveis de Passo Fundo, descobrimos que, ao fim e ao cabo, a doação nunca foi efetiva ou, se o foi, foi revertida, tendo em vista que a área em questão retornou a seus proprietários e foi transferida por inventário aos descendentes de Olinda Schmidt em 1977. Anunciava-se que a inauguração da capela se daria no aniversário de morte da “santa”, em 28 de novembro quando então a “memória de Maria Pequena será reverenciada pelos seus crentes, admiradores e tradicionalistas de Passo Fundo”²¹.

Logo após a assinatura da lei que autorizou a doação, em março de 1955, foi organizada a demolição do túmulo de Maria Pequena. Em 19 de maio de 1955, às 14 horas, o túmulo, “uma relíquia e uma tradição da cidade”²², foi demolido. O trabalho de escavação foi feito por funcionários da prefeitura, serviço dirigido pelo Tenente João Pedro Bueno, chefe de Obras Públicas do Município²³. O trabalho de remoção dos ossos foi realizado sob o olhar atento de muitos devotos, repórteres e personalidades, como Gomercindo dos Reis. O ato foi assistido por 75 pessoas e, conforme noticiou o periódico, “era grande a expectativa das pessoas que desejavam ver os restos mortais da milagrosa, os quais estavam colocados dentro de uma carneira com paredes de tijolos”²⁴.

Os restos mortais de Maria Meirelles Trindade foram acondicionados em uma urna de latão, juntamente com os ossos dos “anjinhos” ali sepultados e “apesar de transcorridos 62 anos de seu fale-

²⁰ REGISTRO DE IMÓVEIS DE PASSO FUNDO. Certidão de transmissão de propriedade de Nicola Gallicchio e Anna Lang Gallicchio à Olinda Schmidt. Passo Fundo, 3 ago. 1954.

²¹ REIS, O Nacional, 5 jan. 1954, p. 2. Acervo AHR.

²² O NACIONAL, 1º jun. 1955, p. 2. Acervo AHR.

²³ Idem.

²⁴ REIS, O Nacional, 5 jan. 1954, p. 2. Acervo AHR.

cimento, foram retirados diversos ossos em perfeito estado, como gambia, antebraço, vértebras, partes do crânio e quatro dentes perfeitos”²⁵. Em seguida, os despojos de Maria Pequena e dos anjinhos foram encaminhados até a Catedral, onde permaneceram até ser construída a capela na qual seus ossos seriam depositados de modo definitivo. No entanto, em 1954, o espaço da Catedral Nossa Senhora Aparecida, ainda em construção, impedia o acesso dos fiéis, assim os devotos ficaram distanciados de seu objeto de culto, algo significativo para a relação entre o objeto do crer e o crente. Tendo em vista a sucessão de acontecimentos envolvendo a demolição do cemitério, a abertura da rua, os melhoramentos, a doação não efetivada e a deliberada ocultação dos restos mortais de Maria Pequena, contribuíram para o gradual esquecimento da mesma. Acreditamos que foi intencional a ocultação dos restos mortais da santinha, no intuito de arrefecer e findar seu culto. Afinal, como o cemitério foi demolido, dando lugar a uma rua, os fiéis viram-se desprovidos de espaço para devoção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao acompanhar a participação de Gomercindo dos Reis no jornal *O Nacional* na década de 1950, muitos esclarecimentos acerca de sua atividade são possíveis de serem percebidos: enquanto corretor, através dos diversos anúncios de venda de terras e lotes urbanos; como literato, principalmente a partir da publicação de séries de poemas de temáticas diversas. Ademais, ao cotejarmos os diversos registros concernentes às questões envolvendo os projetos de urbanização da zona central de Passo Fundo e as narrativas de santidade

²⁵ O NACIONAL, 5 de janeiro de 1954, p. 2. Acervo AHR.

envolvendo Maria Pequena, a pretensa santinha popular, vê-se que ambas não estão de todo desligadas entre si e possuem, ao fim e ao cabo, um ponto em comum: Gomercindo dos Reis, que alia sua profissão de corretor à de literato. Nessa perspectiva, defender a honra e memória de Maria Pequena, bem como dedicar-lhe um espaço condigno seriam, para além de bandeiras literárias e históricas do literato, formas de viabilizar para a cidade – e talvez para si próprio, pois era parte interessada – a tão quista modernização e a urbanização passo-fundense.

No caso do Cemitério da Cruzinha, em Passo Fundo, como mencionado, poucos são os registros que permitem a identificação do local. O espaço de culto à Maria Pequena, situado em uma área marginal da cidade, com a expansão urbana, foi demolido, invisibilizado e gradualmente esquecido. Desse modo, há de se considerar também o caráter histórico que as obras literárias assumem com o passar do tempo. Ao se estudar obras de cunho literário-memorialístico, produzidas em âmbito local, pode-se apreender diversos vestígios do passado que permitem a constituição de narrativas acerca do tempo pretérito e, conseqüentemente, a compreensão da ação de homens e mulheres no tempo.

REFERÊNCIAS

DINIZ, Pedro Henrique Carretta; ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. (Re)escrevendo a história da cidade: o mercado de terras de Passo Fundo (1920 – 1950). *arq.Urb*, ed. 30, jan-abr. 2021, p. 17–28.

GUGGIANA, Miguel (Coord.). DU BOIS, Tânia (Org.). *Dispersos de Maria Pequena*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2014.

GUIA Geral de Passo Fundo. Passo Fundo: Tipografia Nehls, 1940.

GUIA ILUSTRADO Comercial, Industrial e Profissional do Muni-

cípio de Passo Fundo. Comemorativo da 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa, 1939.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. As comemorações do centenário de Passo Fundo e a construção do imaginário de capital do planalto em 1957. In: *XXVII Simpósio Nacional de História*, 2013, Natal. Anais... Natal: Associação Nacional de História – ANPUH Brasil, 2013, p. 1-12.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. *Modernização do espaço urbano e patrimônio histórico: Passo Fundo/RS*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História UPF, Passo Fundo, 2007.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. *Passo Fundo e a construção do imaginário de capital do planalto: comemoração, memória, visualidade e políticas públicas*. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História PUCRS, Porto Alegre, 2016.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Urbanização e Industrialização no Centenário de Passo Fundo. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 64, n.1, p. 251-276, jan./jun. 2016a.

MONTEIRO, Paulo. Gomercindo dos Reis: o Poeta de Passo Fundo. *Projeto Passo Fundo*, 2008. Disponível em: http://projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=5078&tipo=texto. Acesso em: 10 ago. 2019.

O NACIONAL. Vila Reis. Passo Fundo, *O Nacional*, edição 6371, 28 nov. 1949, p. 3.

O NACIONAL. Opina o líder libertador Gomercindo dos Reis. *O Nacional*, edição 6763, 29 mar. 1951, p. 3.

O NACIONAL. Ressaltaram importantes as vantagens de um Plano Diretor para Passo Fundo. *O Nacional*, edição 6969, 10 dez. 1951, p. 4.

O NACIONAL. Será construída uma capela em honra a Maria Pequena. *O Nacional*, edição 7.558, página 04, 05 de janeiro de 1954.

O NACIONAL. Menos política e mais trabalho. *O Nacional*, edição 7662, 03 abr. 1954, p. 3.

PAIVA, Edvaldo, et al. Passo Fundo - Plano Diretor 1953. Prefeitura Municipal de Passo Fundo, Administração Dr. Daniel Dipp, 1953.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. Lei nº 565/55. *Autoriza o executivo a receber a doação de um terreno*, 07 mar. 1955.

REIS, Gomercindo dos. *Tragédia da Cruzinha*. [195-]. 20 fls. Datilografado – rascunho com correções. Acervo Gomercindo dos Reis – Escola Estadual de Ensino Fundamental Gomercindo dos Reis – Passo Fundo/RS.

REIS, Gomercindo dos. *Um grande filme de Passo Fundo*. [195-] e c. 3 fls. – duas versões. Datilografado – rascunho com correções. Acervo Gomercindo dos Reis – Escola Estadual de Ensino Fundamental Gomercindo dos Reis – Passo Fundo/RS.

REIS, Gomercindo dos. Aniversário de morte de MARIA PEQUENA. *O Nacional*, edição 7.553, página 02, 27 nov. 1953, p. 2.

REIS, Gomercindo dos. A Tragédia da Cruzinha. *O Nacional*, edição 7558, 27 nov. 1953, p. 2.

REIS, Gomercindo dos. Acontecimentos da Revolução de 1893. *O Nacional*, edição 8.003, 01 jun. 1955, p. 2.

REIS, Gomercindo dos. Cancioneiro da Serra. Passo Fundo. *O Nacional*, edição 6659, 22 nov. 1950, p. 4.

REIS, Gomercindo dos. *Defendendo a Verdade*. Passo Fundo. Empresa Gráfica-Editora, 1947.

REIS, Gomercindo dos. *Jardim de Urtigas*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas Imprensa Oficial, 1957.

REIS, Gomercindo dos. *Nuvens e Rosas Versos Líricos*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1957a.

REIS, Gomercindo dos. Martir da Cruzinha (Prece). *O Nacional*, edição 7558, 27 nov. 1953, p. 04.

SPERHACKE, Elmo. *Mapa de Passo Fundo – II Efrica*. Passo Fundo, 1968.

SANTOS, Sabino. *Os Imortais de Passo Fundo*. Passo Fundo: Instituto Social Padre Berthier, 1963.

*Foto aérea da região central de
Passo Fundo, década de 1970. Foto
de Deoclides Czamanski.
Acervo família Czamanski.*



ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO INTRAURBANO DE PASSO FUNDO:

DA DIFERENCIAÇÃO À
FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL

Diego Ferretto



Esta obra, constituída por uma coletânea de textos dedicados a resgatar a história de Passo Fundo a partir de seu processo de urbanização, além de avançar na compreensão de suas particularidades, apresenta uma contribuição importante no campo dos estudos urbanos voltados aos espaços não metropolitanos, nos quais as cidades médias assumiram protagonismo ao longo das últimas décadas, pois à medida que passaram a crescer em ritmos mais acelerados que as metrópoles, reforçaram suas funções regionais e complexificaram seus espaços internos.

A noção de cidade média extrapola o critério exclusivamente demográfico e se relaciona aos papéis de intermediação que desempenham na rede urbana (Sposito, 2007). Sobarzo (2010) caracteriza Passo Fundo como cidade média com funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio. Ou seja, estabelece simultaneamente relações horizontais com a região, a partir da oferta de comércio e serviços especializados, sobretudo nas áreas da saúde e educação superior, e relações verticais, que extrapolam a região, como cidade de apoio ao agronegócio, inserindo-se em circuitos nacionais e internacionais da produção de alimentos.

Segundo o estudo de Regiões de Influência (IBGE, 2020), Passo Fundo está entre as 97 capitais regionais brasileiras – no mesmo nível de cidades como Caxias do Sul e Chapecó – e sua região de influência abarca 135 cidades e quase 1,2 milhão de habitantes. Em 2020, o IBGE estimava a população passo-fundense em cerca de 205 mil pessoas.

Dito isso, este texto oferece uma contribuição à compreensão do processo de urbanização de Passo Fundo com ênfase na escala intraurbana¹ e reforça a necessidade de ampliação desse recorte analítico sobre as cidades médias, tradicionalmente estudadas em escala regional. Do ponto de vista teórico-metodológico, esta intervenção se ancora na perspectiva teórica da produção do espaço, de matriz marxista, inaugurada por Henri Lefebvre, na década de 1970, que enfatiza o papel determinante do espaço no sistema capitalista, entendido, dialeticamente, como produto que se utiliza e se consome, e também como meio de produção. Segundo Carlos (2015 [2011]), essa perspectiva permite ultrapassar a percepção objetiva do espaço como localização dos fenômenos, para percebê-lo como produção social, evoluindo da compreensão da “organização do espaço” à “produção do espaço”.

À luz dessa perspectiva, a compreensão do espaço intraurbano se realiza através de sua concretude e de suas especificidades, considerando que o lugar “define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente” (Santos, 2005, p. 158). Outrossim, conforme Milton Santos (2008 [1985], p. 68), o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente transformação, que somente pode ser apreendido mediante “a acurada interpretação do processo dialético entre formas, estrutura e funções através do tempo”. A saber, a forma é o aspecto visível de uma coisa, a função diz respeito à atividade ou à tarefa esperada de uma forma (instituição, pessoa ou coisa), a estrutura refere-se à inter-relação de todas as partes de um todo, e o processo é relativo à variável tempo, abarcando o desenvolvimento contínuo de uma atividade qualquer.

¹ As discussões aqui apresentadas sintetizam e atualizam resultados de pesquisas realizadas em nível de pós-graduação, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (Ferretto, 2012, 2018).

Villaça (1988) adverte que a especificidade do espaço intraurbano não está na produção de edifícios e/ou infraestruturas, mas na produção de localizações, assumidas como produtos do trabalho social humano, e não como um dado da natureza. A produção dessas localizações, compreendidas como atributos de algo material (edifícios, vias, parques e praças), confundem-se com o processo de estruturação intraurbana porque, em última instância, o determina, evidenciando conflitos, contradições e disputas em torno da apropriação das melhores localizações.

Como subsídio à compreensão das localizações intraurbanas, dos elementos espaciais e suas relações, a noção de estrutura, aplicada ao espaço intraurbano, apresenta-se como uma possibilidade analítica. Villaça (2001 [1998]) utiliza a categoria estrutura com o objetivo de perceber a localização relativa de elementos espaciais e suas relações, reiterando que a mudança de um elemento ou de uma relação altera todos os demais elementos e todas as demais relações. Dentre os principais elementos da estrutura intraurbana, o autor destaca as áreas centrais – o que inclui o centro principal, os sub-centros e os centros especializados –, as áreas industriais e as áreas residenciais, segundo classes sociais.

Corrêa (2013) argumenta que a produção do espaço urbano deriva da ação (isolada ou combinada) de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, contraditórias e conflituosas. Segundo o autor, esses agentes podem ser classificados em cinco grupos: proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e grupos sociais excluídos. Aliás, é com base nas ações desses agentes que derivam os processos sociais e suas respectivas formas espaciais, sendo a segregação um desses processos. A segregação socioespacial é assumida como um dos fundamentos da produção do espaço ur-

bano, em sua dimensão negativa, a partir da propriedade privada, sendo instrumental à dominação social e traduzida em privilégios locacionais para as elites (Sabatini, 2003; Villaça, 2001 [1998]). Empiricamente, a segregação é entendida como algum nível (ou grau) de separação ou de afastamento físico de um grupo social relativamente homogêneo em relação aos demais (Marques, 2005).

A partir desses pressupostos teóricos e categorias analíticas, este texto tem como fio condutor o estabelecimento de uma periodização acerca do processo de estruturação intraurbana de Passo Fundo, assumida como uma premissa metodológica fundamental à apreensão da dialética tempo-espço. A periodização aqui apresentada se ampara nas dinâmicas socioeconômicas e demográficas que definem o processo de urbanização de Passo Fundo com o objetivo de reconhecer regimes e rupturas nas lógicas de produção do espaço intraurbano, em sua dimensão espacial concreta, expressa nas formas, funções, localizações e estruturas socioespaciais, buscando sempre elucidar as forças que os animam.

Com base em ampla pesquisa que envolveu consulta a fontes primárias e secundárias, foi possível reconhecer quatro períodos referentes ao processo de estruturação interna da cidade, que perfazem quase dois séculos de história e contemplam desde a formação do primeiro núcleo urbano até o presente. O primeiro período remete ao século XIX, quando ocorre a formação paulatina do núcleo urbano; o segundo e terceiro períodos abarcam o século XX, registrando expressivo crescimento da mancha urbana e a constituição de uma estrutura socioespacial marcada por processos de segregação da população de baixa renda em áreas periféricas; já o quarto período, associado a um processo de reestruturação, evidencia a fragmentação socioespacial com emergência de novos padrões de segregação das camadas de média e alta renda em áreas periféricas.

O mapa a seguir (Figura 1) destaca elementos de referência da estrutura intraurbana atual (perímetro urbano, principais eixos viários, localização do centro e nomenclatura dos 22 setores urbanos definidos pela prefeitura – conjuntos de vilas, bairros e loteamentos) e apresenta as direções da expansão urbana de Passo Fundo, sendo subsídio, portanto, à compreensão dos períodos analisados.

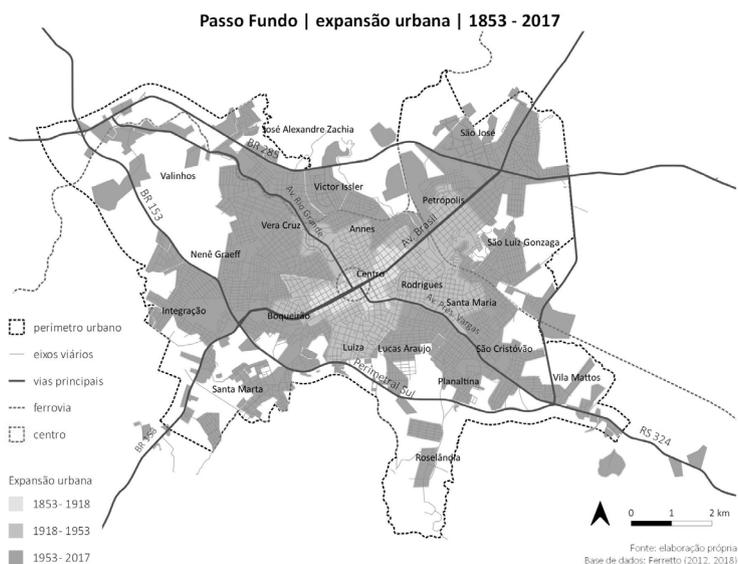


Figura 1. Fonte: elaboração própria com base em Ferretto (2012, 2018)

FORMAÇÃO URBANA E DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL

O período de formação urbana de Passo Fundo remete ao século XIX, no contexto da sociedade pecuarista, anterior à colonização estrangeira, caracterizado pelo transporte de animais muars para a feira de Sorocaba e pela exportação de erva-mate e de pedra ágata (Dal'Moro e Ruckert, 2004). O povoado que deu origem à cidade

tem início em 1827, a partir da doação de terras a um militar da Companhia Cisplatina, o Cabo Neves, fundador de uma fazenda pastoril e agrícola na região. Em 1857, a vila é elevada à categoria de município, emancipada de Cruz Alta. Já em 1890, apresenta uma população de cerca de 21 mil habitantes.

A planta da freguesia, de 1853, registra poucas dezenas de edificações dispostas ao longo da antiga Estrada das Tropas, rota de comércio regional responsável pelo surgimento de diversos povoados, denominada, em 1858, rua do Comércio e, posteriormente, em 1913, avenida Brasil, principal eixo viário da cidade até hoje. O primeiro casario desenvolve-se afastado da capela (localizada na mesma posição da atual Catedral), a oeste, em direção ao Boqueirão. Essa localização se justifica em função da proximidade de água e da topografia plana da área, além disso, a ocupação no sentido leste-oeste deriva também da necessidade de proteção das invasões indígenas, cuja porta de entrada eram as matas nativas existentes ao sul e ao norte da estrada. Até o final da década de 1880, registram-se pequenos movimentos de expansão urbana, sobretudo na direção oeste, sentido Boqueirão (Miranda e Machado, 2005).

Relativo à estrutura socioespacial, a inexistência de fontes dificulta as análises, no entanto, pressupõe-se que nesse período, dada a forma compacta do núcleo urbano, não ocorre distanciamento físico significativo entre as classes sociais, mas sim uma diferenciação socioespacial (Sposito, 2013), como uma etapa anterior à segregação, caracterizada pelas diferentes tipologias residenciais, tamanhos de lotes e oferta de infraestrutura urbana. Pode-se afirmar, contudo, que as residências das famílias mais abastadas concentram-se na avenida Brasil.

EXPANSÃO URBANA E EMERGÊNCIA DO PADRÃO DE SEGREGAÇÃO CENTRO-PERIFERIA

O período que se estende do final do século XIX à metade do século XX se caracteriza por significativas transformações relativas às estruturas sociais, econômicas e espaciais de Passo Fundo, com crescimento econômico e incremento demográfico, no contexto de transição da agricultura de subsistência para a agricultura comercial desenvolvida através de subsídio federal e do trabalho de imigrantes europeus, realizado em pequenas propriedades.

Esse processo é dinamizado pela implantação da ferrovia na região, na década de 1890, sendo Passo Fundo o ponto final do ramal que parte de Santa Maria, no centro do estado. Ao longo da linha férrea, fundam-se colônias europeias e o município efetiva-se como polo de desenvolvimento para a região. Nessa perspectiva, surge a figura do colono, pequeno agricultor imigrante que recebe incentivos governamentais para a produção de alimentos e aquisição de terras. A produção de trigo, subsidiada pelo Governo Federal, torna-se a primeira cultura da região, fornecendo as bases para uma agricultura comercial (Tedesco e Sander, 2005). Em 1920, a população chega a 65 mil habitantes e, em 1950, já ultrapassa os cem mil.

Do ponto de vista espacial, em decorrência da inauguração da estação ferroviária, em 1898, ao sul da capela, ocorre a inversão da direção preferencial da expansão urbana de oeste (sentido Boqueirão) para sudeste (sentido estação – implantada onde atualmente se situa o parque da Gare). As primeiras décadas do século XX registram a profusão de estabelecimentos industriais, comércios e serviços que caracterizam a formação do centro nas proximidades da estação ferroviária, da capela e da atual praça Marechal Floriano; a avenida Brasil, no entanto, permanece como eixo indutor da expansão urbana, articulada à estação pela avenida General Netto.

Em paralelo à formação da área central, observa-se o crescimento expressivo da mancha urbana (Figura 1), com a implantação dos primeiros bairros e vilas, através do loteamento de propriedades rurais, ao longo dos principais caminhos regionais: avenidas Brasil (leste-oeste) e Presidente Vargas (sudeste). No início do século XX, a expansão ocorre prioritariamente na porção sul-sudeste da cidade: na década de 1920, nas imediações da estação, surge o bairro operário Vila Rodrigues, lindeiro à ferrovia; em continuidade a essa ocupação, na direção sudeste, estruturam-se as vilas Cruzeiro (década de 1920) e Santa Maria (década de 1930); ao sul da estação formam-se as vilas Luiza e São João (décadas de 1910 e 1920); ao norte, as vilas Santa Terezinha, atual Vila Fátima (década de 1930), Vergueiro (década de 1940) e Vera Cruz (nos anos 1950).

Em detrimento ao crescimento para oeste, a expansão a leste ultrapassa o rio Passo Fundo em função da consolidação da estrada para Lagoa Vermelha e Vacaria (BR-285), alternativa de acesso a Porto Alegre, neste eixo forma-se a Vila Petrópolis (década de 1930). Já a expansão a sudeste, ao longo da avenida Presidente Vargas, resulta das boas condições técnicas da estrada de acesso a Porto Alegre (RS-324) e da concentração de serrarias e depósitos nesse setor, a partir da estação. A seu turno, a via de acesso ao norte, futura avenida Rio Grande (sentido Nonoai e Pontão), teve importância secundária no momento (Gosh, 2002).

Em 1919, registra-se o primeiro plano urbano de Passo Fundo, o Plano de Saneamento elaborado pelo engenheiro sanitário Saturnino de Brito. O texto, embora não repercuta espacialmente, traz algumas considerações sobre a estrutura intraurbana, enfatiza o desenvolvimento da ocupação ao longo da avenida Brasil, num eixo de três quilômetros aproximadamente, e indica a necessidade de melhorias nessa via. Já sobre a expansão urbana, aponta a área entre a

ferrovia e o rio Passo Fundo como setor adequado à expansão, pelas características geográficas, um contraforte ladeado por duas sangas; em contraponto, rejeita a ocupação a oeste da estação, pelas condições da topografia acidentada, área em que se formariam os bairros Vila Luiza e Vila São João.

A expansão urbana horizontal da cidade é resultado, principalmente, da ação particular de empreendedores a partir do loteamento de áreas rurais, são registrados 26 loteamentos populares no período, à exceção da Vila Vergueiro, voltada às famílias mais abastadas. Em paralelo, ocorre a consolidação e valorização da área central do ponto de vista material e simbólico como local das elites. Emerge, portanto, o padrão de segregação centro-periferia.

PERIFERIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PADRÃO DE SEGREGAÇÃO CENTRO-PERIFERIA

O terceiro período abarca a segunda metade do século XX e segue repercutindo na atualidade, é caracterizado pelo processo de reestruturação produtiva da agricultura, com a adoção da prática da monocultura (especialmente trigo e soja) em grandes propriedades mecanizadas. Nesse contexto, o município passa a se inserir em circuitos econômicos mais amplos, atuando na exportação de soja, máquinas agrícolas e outros produtos do setor. No início do século XXI ocorre a diversificação da economia, com a instalação de indústrias multinacionais na cidade, vinculadas ao agronegócio, além da dinamização do setor de serviços, especialmente nas áreas de saúde e educação superior.

O processo de urbanização se intensifica a partir da década de 1970, resultado, principalmente, da expulsão dos trabalhadores do campo em consequência da modernização agrícola. À vista disso, a

população salta de 65 mil habitantes, em 1950, para cerca de 168 mil, em 2000. Já em 2010 registra-se aproximadamente 184 mil habitantes, com um total de 97,4% de população urbana. Ademais, o exercício de estruturação intraurbana se caracteriza pela significativa expansão horizontal da cidade, com o espraiamento das áreas residenciais, o adensamento e verticalização da área central, o surgimento de novas expressões da centralidade e novas dinâmicas de localização industrial. No campo do planejamento urbano e das políticas públicas, assiste-se à elaboração de três Planos Diretores e à execução de algumas políticas habitacionais relevantes, sobretudo no âmbito do Banco Nacional de Habitação (BNH), entre as décadas de 1960 e 1980, e, mais recentemente, do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV).

Dentre os Planos Diretores, o primeiro, elaborado em 1953 pela equipe do urbanista gaúcho Edvaldo Paiva (Paiva, Ribeiro e Macedo, 1953) e sancionado em 1957, reconhece a importância regional do município e apresenta preocupação estética especialmente com a área central, registrando a indesejável presença de imóveis obsoletos na área. No entanto, o plano tem repercussão espacial praticamente nula, limitando-se a um registro histórico importante, uma vez que o zoneamento e os grandes equipamentos propostos não são executados.

Os outros dois Planos Diretores, o II PDDU (II Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano), elaborado em 1979 e aprovado em 1984, e o PDDI (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado), aprovado em 2006, atualmente em processo de revisão participativa, apresentam repercussões mais significativas na cidade, principalmente através dos respectivos zoneamentos, conforme será destacado a seguir.

A expansão urbana (rever a Figura 1) ocorre em todas as direções, porém evidencia-se o alongamento da ocupação através dos

eixos viários principais, sentido noroeste (Pontão), sudoeste (Tio Hugo), sudeste (Marau) e nordeste (Coxilha). Aos caminhos primitivos, sobrepõe-se, a partir da década de 1970, um sistema rodoviário regional, composto pela BR-285 (norte) e pelas Perimetrais Sul e Leste, conformando um anel viário, não inteiramente ocupado em seu interior, mas que já apresenta, na década de 1980, extravasamento nas direções sudoeste (bairro Santa Marta), norte (Cohab José Alexandre Zachia) e nordeste (bairro São José). A implantação de loteamentos se intensifica em 2010, quando a Secretaria de Planejamento de Passo Fundo registra 127 loteamentos, sendo 101 (quase 80%) aprovados a partir de 1950.

Em paralelo à expansão horizontal, ocorre a verticalização da área central e dos principais eixos viários, processo que se inicia timidamente na década de 1940 e se acentua nas décadas seguintes, promovendo o adensamento e a valorização fundiária e imobiliária da área central, motivado pelos dois últimos Planos Diretores. O II PDDU (1984) permite altos índices de aproveitamento (IA) no centro, chegando a sete vezes a área do lote; a seu turno, o PDDI (2006) estabelece IA 4 no centro e 3.6 em bairros do entorno, o que outorga, também, maior potencial construtivo ao longo das principais vias e dos chamados eixos indutores.

Ao passo que o centro se consolida como área de grande concentração de comércios e serviços, assim como de habitações, sobretudo de edifícios de apartamentos que substituem gradativamente o casario, surgem novas expressões da centralidade na cidade, manifestadas através dos subcentros de bairro, de um centro especializado na área da saúde e, mais recentemente, por meio dos grandes equipamentos, como os *shopping centers*. Os subcentros, caracterizados pela concentração relativamente diversificada de comércio e serviços, localizam-se nos principais eixos viários, dois deles nas extremidades

da avenida Brasil, no Boqueirão (oeste) e Petrópolis (leste), um na Presidente Vargas, no bairro São Cristóvão, a sudeste, e o último, ao norte, junto à avenida Rio Grande, no bairro Vera Cruz. Cabe ressaltar que embora cumpram papéis importantes nos bairros em que se inserem, não competem com o centro principal, que ainda se destaca na oferta de comércio, serviços e, principalmente, de emprego. Sendo assim, a consolidação de um polo de saúde nas imediações do Hospital São Vicente de Paulo configura uma especialização do centro na direção norte, dinamizada no final da década de 1960 com a instalação da Faculdade de Medicina da Universidade de Passo Fundo em frente ao hospital, na rua Teixeira Soares, e reforçada com a posterior abertura de clínicas, consultórios, laboratórios e hospitais especializados. Relativo aos grandes equipamentos, o *shopping center Bella Città* tem pioneirismo na cidade, inaugurado em 1998, localizado no coração da área central, reforça sua centralidade. Todavia, de certa maneira, sobrepõe-se ao comércio de rua e às galerias comerciais, populares na cidade nas décadas de 1980 e 1990. Recentemente, em 2018, a implantação do *Shopping* Passo Fundo, na avenida Presidente Vargas, fortalece o subcentro São Cristóvão e reafirma os novos padrões de sociabilização e de consumo em espaços controlados.

Quanto à localização industrial, na segunda metade do século XX, as indústrias, sobretudo do setor agroindustrial, instalam-se às margens das rodovias, nas saídas da cidade, em detrimento da área central: entre 1950 e 1980, nas saídas sudeste (bairro São Cristóvão) e sudoeste (bairro Santa Marta), e a partir da década de 1980, na zona norte (bairros Vera Cruz, Valinhos e Petrópolis). A priorização da zona norte é motivada pela proximidade da ferrovia e da rodovia BR-285, por investimentos públicos na criação de distritos industriais e condicionada pelos zoneamentos de 1984 e 2006. Em todos

os casos, a concentração industrial em determinados setores urbanos constitui-se como um fator determinante à expansão urbana das camadas de baixa renda.

O intenso processo de urbanização amplia o déficit habitacional, as políticas habitacionais (mesmo insuficientes) presentes nas décadas de 1970 e 1980, sob financiamento federal do extinto Banco Nacional de Habitação, produzem conjuntos periféricos, a exemplo dos bairros Cohab I e II, setor oeste, e José Alexandre Zachia, setor norte. Depois de um período de arrefecimento de investimentos em habitação social nas décadas de 1990 e 2000, o programa federal Minha Casa Minha Vida (MCMV), instituído em 2009, dinamizou o setor da construção civil na cidade. No entanto, no campo da habitação de interesse social, para famílias de baixa renda, reproduziu o modelo de habitação periférica, concentrado essencialmente na porção sudoeste da cidade, no setor Santa Marta, área que, embora atualmente seja objeto de um plano urbanístico local, historicamente acumula carências e vulnerabilidades socioespaciais.

No que se refere à estrutura socioespacial intraurbana, a expansão periférica das áreas residenciais, concomitante à verticalização e valorização do centro, consolidou o padrão de segregação que se estabelece paulatinamente desde o início do século XX, pautado pela dicotomia centro rico *versus* periferia pobre, perceptível na paisagem urbana a partir das discrepantes condições das edificações, de infraestrutura e equipamentos urbanos.

Isso posto, e com o objetivo de demonstrar a estrutura socioespacial intraurbana, recorreu-se a métodos estatísticos a fim de mapear a distribuição residencial da população segundo as variáveis socioeconômicas e espaciais. A técnica adotada insere-se no campo das análises tipológicas, com objetivo de agrupar unidades espaciais em tipos, classes ou *clusters*, que se constituem como subconjuntos

definidos em função de similaridades dos perfis de distribuição das categorias sociais agrupadas por unidades (Preteceille, 2004)².

A análise de *clusters* utiliza dados do último Censo Demográfico do IBGE, realizado em 2010, e assume os setores censitários como unidades geográficas de análise. Para tanto, foram selecionadas 20 variáveis que mesclam dados socioeconômico, relativos aos indivíduos, e espaciais, referentes às características dos domicílios e do entorno, articulando, portanto, as dimensões social e espacial, o que permite a identificação de grupos e espaços sociais relativamente homogêneos.

Após algumas tentativas, a análise de *clusters* identificada como a mais pertinente à realidade apontou a existência de quatro grupos/ espaços sociais homogêneos, especificados na Tabela 1. Os grupos apresentam uma gradação crescente nos indicadores socioeconômicos e nas condições de acesso à infraestrutura urbana, sendo o grupo 1 o mais vulnerável e o grupo 4 o mais privilegiado. O rendimento da população apresenta-se como variável-chave na definição das condições de moradia e nos indicadores sociais. O grupo 1, em que quase 90% da população, recebe até três salários mínimos mensais³, é o que detém a maior taxa de analfabetismo, a maior densidade de ocupação dos domicílios e as mais expressivas carências de infraestrutura urbana, visto que mais da metade dos domicílios não tem calçada, cerca de 15% das ruas não são pavimentadas e mais de 5% dos domicílios convivem com esgoto a céu aberto. Já o grupo 2 apresenta índices superiores ao grupo 1, com renda média de cerca de 2.800,00 reais, além de melhores condições de infraestrutura urba-

² Técnica semelhante foi utilizada para analisar comparativamente as estruturas socioespaciais de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria, cujos procedimentos metodológicos são descritos de forma detalhada em Ferretto (2018).

³ Em 2010, o valor do salário mínimo mensal era de R\$ 510,00.

na. A seu turno, o grupo 3 pode ser considerado intermediário, com renda média de aproximadamente 4.800,00 reais mensais e com boas condições de acesso à infraestrutura. Por fim, o grupo 4, associado à elite local, apresenta renda média de quase 6 mil reais, em que cerca de 15% da população recebe mais que 15 salários mínimos, e conta com os melhores indicadores socioeconômicos e espaciais.

PASSO FUNDO - ESTRUTURA SOCIESPACIAL (CENSO 2010 DADOS DO UNIVERSO)					
Características dos indivíduos					
	Variável	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
V1	Renda média domiciliar	1711,26	2845,09	4181,80	5911,33
V2	Renda média domiciliar per capita	545,85	1004,90	1677,73	2347,34
V3	% de responsáveis com renda de até 3 s.m.	88,04	67,39	49,04	38,14
V4	% de responsáveis com renda superior a 15 s.m.	0,40	2,18	6,36	14,59
V5	% de responsáveis não alfabetizados	6,41	2,10	0,81	0,41
V6	% de mulheres responsáveis com renda de até 3 s.m.	87,80	64,83	55,70	55,66
V7	% de pretos e pardos	20,35	10,37	7,39	4,81
V8	% de crianças de até 11 anos de idade	20,33	14,27	11,65	11,86
V9	% de idosos acima de 60 anos de idade	11,87	15,65	16,03	16,92
Características dos domicílios					
	Variável	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
V10	Densidade média do domicílio	3,19	2,90	2,55	2,54
V11	% de domicílios sem banheiro	1,45	0,60	0,11	0,13
V12	% de domicílios sem água da rede geral	9,67	4,16	5,45	12,38
V13	% de domicílios sem energia elétrica	0,36	0,03	0,03	0,00
V14	% de domicílios com lixo coletado	96,13	99,75	99,95	99,96
V15	% de dom. do tipo casa, casa de vila ou em condomínio	96,83	81,97	44,51	35,22
V16	% de domicílios do tipo apartamento	3,11	17,59	55,44	64,75
Características do entorno dos domicílios					
	Variável	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
V17	% de domicílios sem iluminação pública	4,14	3,16	3,57	0,07
V18	% de domicílios sem pavimentação	14,04	3,20	0,84	0,16
V19	% de domicílios sem calçada	51,75	12,85	4,02	1,54
V20	% de domicílios com esgoto a céu aberto	5,37	0,47	0,08	0,00

Tabela 1. Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (2010)

Com relação às condições dos domicílios, a cobertura de energia elétrica e de coleta de lixo são praticamente universais em todos os grupos. No entanto, chama a atenção o grupo 4 apresentar o maior percentual de domicílios, cerca de 12%, sem acesso à rede geral de água, fato que precisaria ser melhor investigado. No tocante às tipologias residenciais, destaca-se a predominância de apartamentos nos grupos mais privilegiados (3 e 4), nos dois casos a incidência é superior à metade de seus domicílios, fato que comprova a relevân-

cia do processo de verticalização, sobretudo da área central, voltado às classes de média e alta renda. No que diz respeito à raça, observa-se que o percentual de pretos e pardos é inversamente proporcional aos níveis de renda da população, chegando a mais de 20% no grupo 1 e somente a 5% no grupo 4.

Do ponto de vista quantitativo, dentre as 267 unidades espaciais classificadas (equivalentes aos setores censitários válidos), a maioria, quase 53%, corresponde ao grupo 1 (141 casos), seguido do grupo 2 (25% - 67 casos) e do grupo 3 (17% - 45 casos). Finalmente, o grupo 4 aparece como o menos representativo, com somente 5% dos casos.

Espacialmente (Figura 2), a distribuição dos grupos sociais confirma o padrão de segregação centro-periferia: os grupos 1 e 2 são periféricos, já os grupos 3 e 4 estão melhor centralizados. O grupo 1, mais vulnerável, é o que predomina no território, sempre associado a localizações periféricas, abarcando grandes setores urbanos, como Santa Marta e Integração (sudoeste); Vera Cruz, Nenê Graeff, Victor Issler e Zachia (noroeste-norte); São Luiz Gonzaga e São José (leste-nordeste); Planaltina, Roselândia e Vila Matos (sudeste). O grupo 2 corresponde a bairros mais próximos do centro e dos principais eixos viários, são exemplares, ao longo da avenida Brasil, o bairro Petrópolis (leste) e Boqueirão (oeste), uma porção do bairro Vera Cruz (norte), ao longo da avenida Rio Grande, e o bairro São Cristóvão (sudeste), junto à avenida Presidente Vargas. O grupo 3 abarca boa parte do centro e de bairros do entorno, (Boqueirão, Vila Rodrigues, Vila Annes e Vila Fátima) e parte do bairro Lucas Araújo, incluindo o Bosque, ao sul. O grupo 4, mais privilegiado, concentra-se em trecho da área central e bairros do entorno imediato, como Vergueiro e trecho da Vila Rodrigues, e um pouco mais afastada, uma parcela do bairro Lucas Araújo.

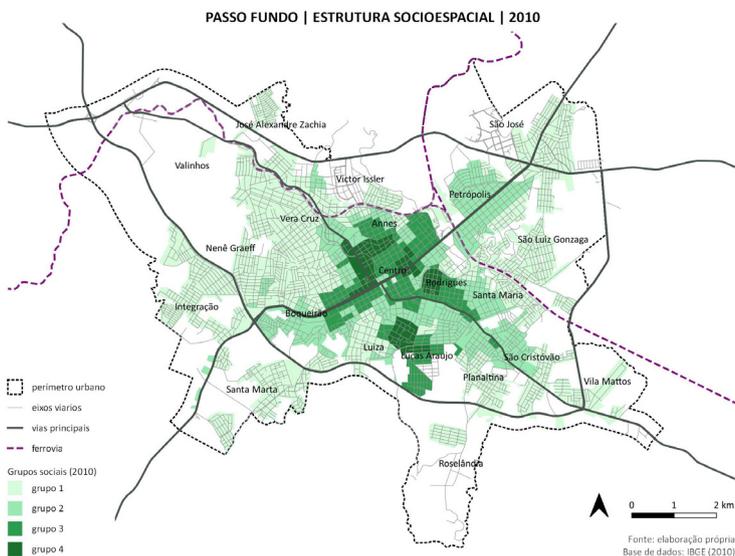


Figura 2. Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (2010).

REESTRUTURAÇÃO INTRAURBANA E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL

Assiste-se, na última década, a emergência de novas dinâmicas de produção do espaço intraurbano de Passo Fundo, representadas pela disseminação de novos produtos imobiliários: os condomínios horizontais fechados e os bairros planejados periféricos voltados às classes de média e alta renda.

Corrêa (2010, p. 150) associa os condomínios fechados, assim como os *shopping centers*, a inovações espaciais que propiciam a formação de “setores seletivos, dotados de amenidades e apropriados pela classe média alta e pela elite”, instrumentais à reprodução capitalista a partir de estratégias de destruição e obsolescência programada. Já Caldeira (2011, p. 258) caracteriza essas tipologias como

“enclaves fortificados”, juntamente aos conjuntos de escritórios e outros espaços adaptados, como centros de lazer e parques temáticos, caracterizados pela propriedade privada de uso coletivo, o isolamento por muros e, principalmente, a negação da dimensão do espaço público, que promove rupturas com a cidade.

Em Passo Fundo, os novos produtos imobiliários denotam a emergência de um processo de reestruturação, que se sobrepõe (sem superar) a lógica de estruturação intraurbana predominante até então, caracterizada pelo padrão de segregação centro-periferia, constituído durante o século XX. De acordo com Sposito e Góes (2013), é possível associar esse processo à fragmentação socioespacial, posterior e mais complexa do que a segregação, pois extrapola o uso residencial, envolve a formação de policentralidades (como nos bairros planejados), a conformação de territórios descontínuos, e a ocorrência de contiguidade sem continuidade (a exemplo dos condomínios fechados). Considerando somente empreendimentos de grande porte, de caráter comercial, anunciados na mídia local ou já lançados, foi possível identificar cinco condomínios horizontais⁴ e quatro bairros planejados.

Os condomínios de luxo surgem na cidade a partir de 2009, sendo o Vivenda das Palmeiras o primeiro, localizado no setor São José, nas proximidades da Universidade de Passo Fundo (UPF); no ano seguinte, em 2010, são lançados os condomínios Bosque *Village*, no setor Lucas Araújo, com acesso pela Perimetral Sul, e *Villa Palladio*, em área rural, na porção sudoeste do município, às margens da RS-324 (km 106), saída para Marau. Em seguida, em 2012,

⁴ Dentre os condomínios horizontais são destacados somente aqueles considerados de alto padrão ou de luxo, uma vez que foram identificados 18 empreendimentos com a mesma tipologia na cidade, porém, de diferentes portes e padrões, incluindo condomínios populares produzidos no âmbito do programa habitacional Minha Casa Minha Vida, concentrados na periferia sudoeste, no bairro Santa Marta.

é lançado o condomínio *La Barra*, junto ao loteamento Cidade Nova, com acesso pela BR-285; por fim, em 2019, entra em fase de pré-lançamento o condomínio *Terrano*, vizinho ao condomínio Vivenda das Palmeiras, no setor São José.

Os empreendimentos têm área entre 11,2 e 30 hectares, variando de 46 a 157 lotes, nos cinco casos. Além dos lotes residenciais, estão presentes edifícios de uso comum, como clubes, salões de festas, bem como áreas livres de lazer e prática esportiva. O valor médio do m² construído é de 5.240,00 reais⁵, superior à média da cidade⁶ (4.414,00 reais) e de bairros vizinhos periféricos, mas equipara-se à média de preços da área central e fica abaixo somente dos bairros Vila Fátima e Vila Santa Terezinha, que oscilam entre 5.801,00 e 6.300,00 reais o m², patamar que, se considerado isoladamente, o condomínio Bosque *Village* atinge. Sob a ótica das estratégias de marketing do setor imobiliário, é comum a todos os empreendimentos a associação dos condomínios à modernidade, exclusividade, segurança e contato com a natureza, além da boa acessibilidade ao centro da cidade e equipamentos de interesse (*shopping*, universidade etc.).

Do ponto de vista espacial, os condomínios horizontais têm em comum sua inserção periférica em setores populares pouco valorizados, no entanto, há algumas especificidades. Os condomínios *La Barra*, Vivenda das Palmeiras e *Terrano*, situados na porção norte-nordeste, possuem alguns diferenciais locais derivados da proximidade com a Universidade de Passo Fundo (UPF) e do bairro planejado Cidade Nova, tendo a BR-285 como eixo de conexão

5 Valores obtidos a partir dos anúncios de casas à venda no mês de julho de 2020. Na ocasião, foram localizados cinco anúncios referentes ao condomínio Vivenda das Palmeiras, um ao Bosque *Village* e um ao *Villa Palladio*. Não foram encontradas casas à venda no condomínio *La Barra* e a pesquisa não se aplica ao condomínio *Terrano*, em fase de lançamento.

6 Guia de imóveis 2018 - edição 1161 (15/05/2018). Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/sul-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 07 jul. 2020.

viária, diferente dos condomínios Bosque *Village* e *Villa Palladio*, implantados no setor sul-sudeste. Relativo ao Bosque *Village*, se evidencia na nomenclatura do condomínio a tentativa de associação do empreendimento ao bairro nobre vizinho, o Bosque Lucas Araújo, como estratégia de marketing imobiliário. Já o condomínio *Villa Palladio*, o mais periférico entre os cinco, talvez seja o menos atrativo em termos locacionais, pois tem a menor taxa de ocupação, com menos de uma dezena de casas construídas num universo de 115 lotes. Os demais condomínios, à exceção do *Terrano* (em fase de lançamento), apresentam altas taxas de ocupação.

Em paralelo aos condomínios horizontais, o surgimento de bairros planejados tem início em 2011 na cidade, sendo pioneiro o bairro Cidade Nova, na zona norte, seguido dos bairros Altos da Boa Vista (2017) e Reserva São Cristóvão (2018), na porção sudeste, e mais recentemente, do bairro *Central Park*, lançado em 2019, com previsão de entrega dos lotes com infraestrutura no final de 2021, localizado na periferia noroeste. Os quatro empreendimentos apresentam características distintas, em função do porte, programa de usos e inserção urbana. Os bairros Cidade Nova, com 81 ha e 702 lotes, e *Central Park*, com área total de 147 ha, caracterizam-se como empreendimentos de grande porte voltados à urbanização de glebas vazias em áreas periféricas, já os bairros Altos da Boa Vista, com 13 ha e 200 lotes, e Reserva São Cristóvão, com 10 ha e 151 lotes, promovem a ocupação de vazios urbanos inseridos na malha, menos periféricos em relação aos dois primeiros.

À exceção do bairro Reserva São Cristóvão, os demais empreendimentos oferecem uso misto, sendo o bairro Cidade Nova o que apresenta o programa mais diversificado, pois contempla comércio e serviços (com área reservada para um *shopping center*), uso logístico (situado às margens da BR-285) e o uso residencial (unifa-

miliar e multifamiliar, horizontal e vertical). Tornando-se, portanto, o empreendimento que apresenta maior potencial de constituição de uma nova expressão da centralidade intraurbana. Ainda, cabe mencionar que as estratégias de marketing dos empreendimentos enfatizam a qualidade de vida, o fácil acesso ao centro da cidade e, amparados nos preceitos da cidade compacta, realçam o uso misto, destacando as facilidades de acesso ao comércio e a serviços no próprio bairro, além de segurança monitorada.

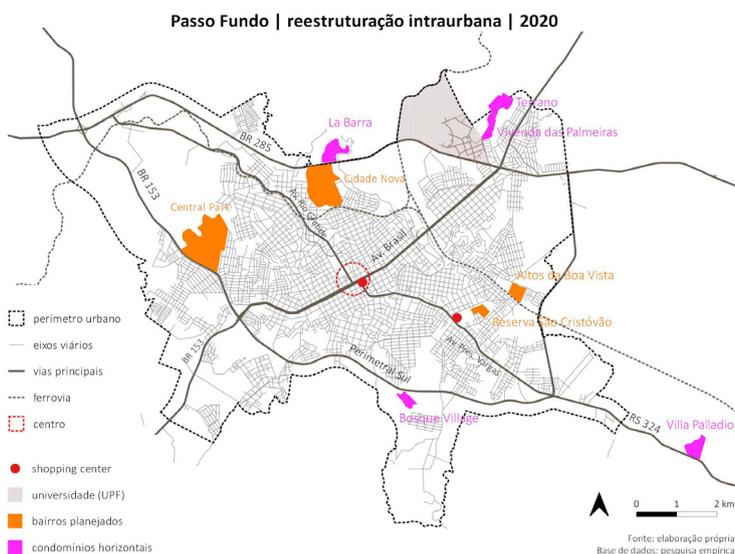


Figura 3. Fonte: elaboração própria

A partir de pesquisa por meio eletrônico em anúncios imobiliários, seguindo a mesma metodologia dos levantamentos referentes aos condomínios horizontais, obteve-se a média de valor do m^2 dos lotes nos quatro empreendimentos, observando-se o maior preço no bairro Reserva São Cristóvão (cerca de 930,00 reais/ m^2),

seguido pelo Cidade Nova (aproximadamente 650,00 reais/m²); e com valores muito similares, em média 380,00 reais/m², aparecem os bairros *Central Park* e Altos da Boa Vista. Uma vez que não rompem drasticamente com o entorno imediato, como ocorre com os condomínios fechados, a variação de valores se explica pela dinâmica das localizações intraurbanas, dos níveis de acesso à infraestrutura e equipamentos, assim como pelo prestígio social dos bairros vizinhos. O elevado preço da terra no Reserva São Cristóvão se justifica pela inserção no bairro São Cristóvão, tradicional bairro de classe média em crescente valorização imobiliária, potencializada pela relação de vizinhança com o *Shopping* Passo Fundo, recentemente inaugurado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto buscou demonstrar, a partir de uma proposta de periodização, as principais dinâmicas que determinaram o processo de estruturação socioespacial intraurbana de Passo Fundo, em um período de quase dois séculos. Evidenciou-se, portanto, que o processo de formação urbana se circunscreve ao século XIX, associado a uma forma compacta em que se pressupõe uma estrutura socioespacial sem distanciamentos significativos entre as classes sociais; já no século XX, em um contexto de crescimento demográfico, transformações econômicas e um intenso processo de urbanização, a cidade se expande horizontalmente, caracterizando, na primeira metade do século, a emergência de um processo de segregação, com o surgimento dos primeiros bairros e vilas populares, tal processo se consolida na segunda metade do século XX, com a intensificação da periferação e ratificação do modelo de segregação centro-periferia.

Neste início de século, no entanto, se reconhecem novas lógicas de produção do espaço que denotam uma fragmentação so-

cioespacial, a partir da emergência de novos produtos imobiliários, os condomínios horizontais de luxo e os bairros planejados em áreas periféricas, esses espaços representam a ressignificação social da periferia e a possibilidade de constituição de novas centralidades. O processo em curso não significa, de forma alguma, a superação do padrão de segregação centro-periferia, mas sim a complexificação da estrutura intraurbana com a inserção de novos elementos. Contudo, dentre os diversos desdobramentos com base nessa constatação, considera-se relevante questionar se é possível reconhecer a adoção de um setor urbano prioritário de autossegregação das elites e em que medida esse processo pode repercutir na estrutura intraurbana.

Assim sendo, parte-se da hipótese de que a zona norte da cidade se apresenta como aquela com maior potencial de consolidação de um setor privilegiado, tendo como centralidade o bairro Cidade Nova, conectado ao centro principal por bairros valorizados e de prestígio social, como as vilas Fátima e Vergueiro, e cercado por condomínios de luxo, como o *La Barra*, Vivenda das Palmeiras e *Terrano*, além da proximidade com o campus da Universidade de Passo Fundo. A concentração de três dos cinco condomínios de luxo nesse setor e o desenvolvimento do bairro Cidade Nova motivam essa hipótese, a ser investigada nos próximos anos, diante da ação dos agentes que produzem o espaço urbano, a depender dos interesses do setor imobiliário e das diretrizes de planejamento urbano, por ora dependentes da revisão do Plano Diretor, atualmente em curso.

Ademais, vale ressaltar que o processo recente de reestruturação intraurbana de Passo Fundo reproduz dinâmicas recorrentes em diversas cidades médias brasileiras há décadas. A título de comparação, no estado do Rio Grande do Sul, pode-se citar os casos de Santa Maria e Pelotas, em que a constituição de setores privilegiados perpassa boa parte da segunda metade do século XX, no primeiro caso tendo

a implantação do campus da Universidade Federal como vetor de valorização da zona leste, já o segundo é caracterizado pela concentração de camadas de alta renda em direção do balneário Laranjal.

Em síntese, o reconhecimento de processos de reestruturação intraurbana em cidades médias reproduz dinâmicas de produção dos espaços metropolitanos, indicando processos de fragmentação e o aprofundamento das desigualdades socioespaciais. Contraditória e lamentavelmente, um modelo de desenvolvimento urbano equivocado e insustentável encontra terreno fértil nas cidades médias, reverberando nas formas de moradia, consumo e lazer, ideologicamente forjadas a partir de interesses econômicos e refratárias à dimensão pública da vida urbana e à urbanidade.

REFERÊNCIAS

CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2015 [2011].

CORRÊA, Roberto Lobato. Inovações espaciais urbanas – algumas reflexões. In: **Revista Cidades**. São Paulo: Expressão Popular, v. 7, n.11, 151-162, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro.; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 39-60.

DAL'MORO, Selina Maria; RUCKERT, Aldomar. A agricultura no processo de desenvolvimento do Planalto Médio rio-grandense. In: SILVA, Ana Maria et al. (Org.). **Estudos de geografia regional: o urbano, o rural e o rurbarno na região de Passo Fundo**. Passo Fundo: EDUPF, 2004, p. 26-68.

FERRETTO, Diego. **Passo Fundo: estruturação urbana de uma cidade média gaúcha**. 2012. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.16.2012.tde-17072012-143123. Acesso em: 2021-05-22.

FERRETTO, Diego. **Segregação socioespacial em cidades médias gaúchas: Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria**. 2018. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.16.2019.tde-19122018-172558. Acesso em: 2021-05-22.

GOSCH, Luiz Roberto Medeiros. **Passo Fundo, de Saturnino de Brito ao Mercosul: projetos e imagens urbanas**. 2002. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>. Acesso: 10 mar. 2021.

MACHADO, Ironita; MIRANDA, Fernando. **Passo Fundo: presentes da memória**. Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005.

MARQUES, Eduardo. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (Org.). **São Paulo, segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac, 2005, p. 19-56.

PAIVA, Edvaldo; MACEDO, Francisco; RIBEIRO, Demétrio. **Passo Fundo Plano Diretor**. Porto Alegre: Imp. Oficial do Est. do Rio Grande do Sul, 1953.

PASSO FUNDO. **Lei nº 2.133, de 13 de dezembro de 1984**. Aprova o II Plano Diretor De Desenvolvimento Urbano De Passo Fundo; dispõe sobre as normas do I Plano Diretor da cidade que permanecerão vigentes; e dá outras providências. Passo Fundo, 1984.

PASSO FUNDO. **Lei complementar nº 170, de 09 de outubro de**

2006. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI do município de Passo Fundo. Passo Fundo, 2006

PRETECEILLE, Edmond. A construção social da segregação urbana: convergências e divergências. **Espaço & Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, v.24, n.45, p. 11-23, jan./jun. 2004.

SABATINI, Francisco. **La segregación social del espacio en las ciudades de América Latina**. Banco Interamericano de Desarrollo. Departamento de Desarrollo Sostenible. Division de Programas Sociales, 2003.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008 [1985].

SOBARZO, Oscar. Passo Fundo: cidade média com funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio. In: SPOSITO, Maria Encarnação; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 29-100.

SPOSITO, Maria Encarnação (Org.). **Cidades Médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPOSITO, Maria Encarnação. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A cidade contemporânea**: segregação socioespacial. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 61-94.

SPOSITO, Maria Encarnação; GOÉS, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. Presidente Prudente: Editora Unesp, 2013.

TEDESCO, José Carlos.; SANDER, Roberto. **Madeireiros, comerciantes e granjeiros**: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960). 2.ed. Passo Fundo: UPF, 2005.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001 [1998].

VILLAÇA, Flávio. **Sistematização crítica da obra escrita pelo Prof. Dr. Flávio José Magalhães Villaça sobre espaço urbano.** 1988. Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1988.

Ao lado, foto aérea do Frigorífico Z. D. Costi, em 1970. Na foto, observa-se os prédios fabris em primeiro plano e as três etapas da vila operária à esquerda e aos fundos. Foto Czamanski. Fonte: Acervo Digital do IBGE.



**O PROCESSO DE FORMAÇÃO
DA GRANDE SÃO CRISTÓVÃO:**

INFLUÊNCIAS DA VILA OPERÁRIA Z. D. COSTI

Pedro Henrique Carretta Diniz



Muitos bairros e cidades brasileiras tiveram sua gênese ou se desenvolveram a partir da construção de agrupamentos habitacionais por parte de industriais, donos de fábricas e rentistas, sobremaneira entre o fim do século XIX e a primeira metade do século XX. Esse processo é tido por diversos autores, a citar Correia (1998) e Timm (2015), como um dos fenômenos derivados da urbanização de nossas cidades, e possui relação com a necessidade de retenção de mão de obra advinda do meio rural em busca de trabalho nas fábricas que se instalavam nos centros urbanos à época. A importância do estudo desses agrupamentos está ligada à sua representatividade, ou seja, diz respeito ao montante de unidades construídas, aos programas e tipologias habitacionais concebidas, assim como ao impacto na organização social e urbana das regiões onde foram implantados os conjuntos.

A problemática que balizou o desenvolvimento desta pesquisa envolve a não identificação ou reconhecimento da produção habitacional voltada ao operariado como parte integrante do patrimônio industrial e da paisagem cultural da cidade de Passo Fundo e, conseqüentemente, da sua história. Nessa perspectiva, a especulação imobiliária aliada ao processo de verticalização da cidade – intensificado a partir da década de 1990 (FERRETTO, 2012) – e às mudanças socioespaciais ocorridas ao longo dos anos contribuíram substancialmente para que este patrimônio sofresse abandono, modificações e/ou uma significativa descaracterização, chegando ao extremo da demolição, como é o caso do Frigorífico Z. D. Costi e sua

vila operária. Este objeto, especificamente, não foi sequer registrado iconograficamente pela historiografia local, e o seu valor histórico-cultural cedeu espaço para a construção de um shopping center de abrangência regional. Ademais, vale destacar que, em Passo Fundo, nenhum conjunto ou residência operária possui qualquer tipo de proteção legal.

À vista disso, o objetivo principal deste artigo é analisar o processo de implantação do Frigorífico Z. D. Costi, sobretudo das três etapas da sua vila operária, bem como a sua inserção urbana e a arquitetura resultante, com o intuito de registrar e verificar a importância deles para a conformação do parque habitacional do bairro passo-fundense São Cristóvão a partir de meados do século XX.

Para tanto, foram realizados procedimentos de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. Nesse sentido, vale destacar que este artigo de natureza qualitativa foi baseado, especialmente, em dados primários e oficiais (periódicos locais em circulação à época, documentos de aprovação, projetos arquitetônicos e urbanísticos do Frigorífico e da vila operária em questão etc.), encontrados no amplo levantamento realizado no Arquivo Histórico Regional (AHR) e no Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF). Dentre os principais periódicos analisados, destaca-se o jornal independente *O Nacional*, fundado em 1925 e ainda em circulação na cidade. Ao todo, foram mais de 2.000 exemplares de periódicos levantados e analisados.

Acerca da pesquisa de campo, realizou-se visitas *in loco* e conversas informais com três antigos funcionários e moradores da referida vila operária. Os encontros tiveram duração média de 30 minutos, ocorreram de forma voluntária e sem ônus financeiro para nenhuma das partes, e foram antecedidos por esclarecimentos acerca da condução do processo de pesquisa e pela assinatura do Termo de Con-

sentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Com exceção do primeiro funcionário, que não permitiu a gravação, as outras duas conversas foram gravadas em formato MP3 (áudio). Além disso, o registro das informações também se deu por meio de anotações. Para preservar a identidade e a privacidade dos envolvidos, serão omitidos dos excertos de fala os nomes dos antigos funcionários. Desse modo, as citações ocorrem da seguinte maneira: F1 (para as informações verbais obtidas em conversa com o funcionário de n. 1); F2 (para as informações verbais obtidas em conversa com o funcionário de n. 2); e F3 (para as informações verbais obtidas em conversa com o funcionário de n. 3).

Sendo assim, espera-se que este artigo contribua para o conhecimento da história da habitação voltada à classe operária em uma cidade de porte médio, localizada no interior do estado do Rio Grande do Sul, destacando a importância do Frigorífico Z. D. Costi e de sua vila operária para a conformação do parque habitacional na localidade ao trazer novos elementos para o debate sobre o assunto, contribuindo para a rememoração da história da cidade e do bairro São Cristóvão, bem como por apresentar novos subsídios para o reconhecimento do valor patrimonial das antigas fábricas e vilas operárias de Passo Fundo.

FRIGORÍFICO Z. D. COSTI: HISTÓRIA E PIONEIRISMO

Tal como ocorreu em diversas outras cidades do Brasil, os últimos anos da década de 1940 marcaram o início de um período de grande desenvolvimento econômico em Passo Fundo. Nos anos subsequentes, após a elaboração do primeiro Plano de Ordenamento e Expansão da cidade, datado de 1953 e outorgado em 1957, a então avenida Mauá e o bairro São Cristóvão, na região sudeste da

cidade, se tornaram vetores de crescimento urbano, propiciando a instalação de grandes fábricas (GOSCH, 2002), como as Indústrias Planaltina S/A, a Semeato e a Pepsi Cola. O Frigorífico Z. D. Costi, por sua vez, foi precursor neste processo, sendo considerado a primeira fábrica de grande porte a ser instalada no referido bairro (MENÇÃO..., 1979).

Zeferino Demétrio Costi, fundador do Frigorífico Z. D. Costi, foi agricultor, bancário, comerciante e diretor da Costi S/A – Indústria e Comércio, empresa de sua família em Encantado (RS), nesta cidade também foi prefeito entre os anos de 1936 e 1938. Uma década depois, tendo larga experiência na fabricação de produtos de origem pecuária, decidiu se instalar em Passo Fundo e inaugurar sua própria fábrica, em novembro de 1948 (MENÇÃO..., 1979).

A gleba onde foi construído o frigorífico estava localizada na antiga Vila Exposição (atualmente bairro São Cristóvão), às margens da avenida Mauá, atualmente conhecida como avenida Presidente Vargas (TEDESCO *et al.*, 2005). Entretanto, em fins da década de 1940, o bairro São Cristóvão ainda estava se consolidando e a própria avenida, tão importante para o desenvolvimento da região sudeste de Passo Fundo, estava sendo ampliada e pavimentada.

Para além da carência de infraestrutura e serviços na localidade, a instalação do Frigorífico Z. D. Costi implicou na superação de outro obstáculo: a escassez de mão de obra. Nas palavras de Costi e Ribeiro (2003), muitos dos funcionários foram trazidos do campo para a cidade ainda jovens, sendo necessário fixá-los perto da fábrica porque não havia transporte para a cidade à época. O relato do ex-funcionário F1 (2018) corrobora essa informação. Segundo ele, dois anos antes da inauguração da fábrica, em 1946, o Sr. Costi e sua esposa, a Sra. Alice Costi, foram ao Distrito de São Roque, localizado a 10 km de Passo Fundo, em busca de pedras e operários. Na

ocasião, F1 foi convidado a se mudar para Passo Fundo, e se instalar em uma casa nas proximidades de onde estava sendo construído o matadouro, para ajudar na construção dos demais prédios fabris. Ele trabalhou na construção e, posteriormente, no setor de desossa, até meados da década de 1950, quando se desligou do frigorífico. A casa onde ele residiu até então estava localizada ao lado esquerdo da fábrica, na primeira das três etapas da vila operária (informação verbal)¹; como se verá mais detalhadamente a seguir.

Seguindo a tendência observada em inúmeras localidades do país, os empresários da família Costi perceberam, ainda nos primeiros anos da implantação da fábrica, a necessidade de fixar os operários que estavam chegando da zona rural e não possuíam moradia. Era preciso ensinar-lhes um novo ofício, pois grande parte deles cresceu no campo, possuía estreita relação com as atividades agrícolas e raramente havia trabalhado no setor frigorífico, evidenciando a falta de mão de obra qualificada em Passo Fundo naquele período. Havia também a necessidade de mantê-los por perto, proporcionando-lhes melhores condições de vida e, assim, produzindo e gerando mais lucro para a empresa, como destacado nas conversas informais realizadas e na bibliografia consultada. Dessa maneira, entre os anos de 1948 e 1959, as três etapas da Vila Z. D. Costi foram construídas, totalizando em torno de 115 casas.

Em relação à implantação da estrutura fabril, a entrada principal do Frigorífico Z. D. Costi se dava pela então chamada avenida Mauá, por meio de uma edificação pré-existente de alvenaria, que foi refuncionalizada. A volumetria resultante das primeiras edificações do frigorífico remetia à estética fabril, com características comuns às construções erguidas por donos de fábricas e industriais no Brasil,

¹ Conversa informal com o funcionário F1, realizada pelo autor. Passo Fundo, out. 2018.

sobretudo nas primeiras décadas do século XX, fundamentada em noções de economia, eficiência, utilidade e funcionalidade, conforme colocado por Correia (1998). O pavilhão principal do Frigorífico Z. D. Costi foi projetado praticamente sem elementos decorativos, com embasamento em pedra, paredes externas com tijolos aparentes, esquadrias de ferro e coroamento com platibanda simples (Figura 1).



Figura 1: Foto aérea do Frigorífico Z. D. Costi (1970), por meio da qual se observa os prédios fabris em primeiro plano e as três etapas da vila operária à esquerda e aos fundos, como assinalado. Foto Czamanski. Fonte: Arquivo Histórico Regional (2018), adaptação do autor.

Segundo Costi e Ribeiro (2003), inicialmente a gleba possuía diversas vertentes de água, que foram drenadas em direção ao ponto mais baixo do terreno, onde se formou um açude em sua porção posterior. Esses movimentos de terra ocorreram para dar espaço para a edificação dos prédios fabris. Não se sabe ao certo o porquê de os

prédios terem sido construídos apenas na porção frontal do terreno, mas acredita-se que isso tenha relação com o fluxo das linhas de produção, de entrada e saída de mercadorias, que era facilitado pela proximidade da fábrica à avenida Mauá. Ademais, tanto os prédios fabris quanto os conjuntos de moradias foram sendo construídos conforme se dava o crescimento da produção e a expansão do complexo frigorífico em Passo Fundo e região. Sendo assim, os setores do terreno não ocupados possibilitavam o aumento da capacidade instalada da fábrica e a construção de novos agrupamentos residenciais, quando necessário.

De acordo com a prancha de implantação do complexo, o terreno no qual foi construído o frigorífico tinha uma área total de 241.628,19 m². No entanto, os prédios fabris ocupavam apenas parte desta área, em torno de 70.000 m² (30%). Mais especificamente, observa-se que a porção frontal do terreno concentrava o setor administrativo (22)², o refeitório (19), as alas destinadas à produção de banha (20/21), o matadouro (25), a sala de desossa (26), a salga (28) e os refrigeradores (27). Nas proximidades do pavilhão principal construiu-se a cozinha industrial (17), a sala de oficina (12), o depósito de lenha (13), as caldeiras (14) e o vestiário (15). Na porção oeste do pavilhão principal foram construídos o departamento de Recursos Humanos (23) e o departamento de Inspeção Federal (24), além de uma guarita de segurança (11). A leste estavam localizados os transformadores (30), o poço artesiano (34) e as salas destinadas à cura de salames e de outros embutidos (31/32). Já na parte posterior do pavilhão principal foram dispostos o almoxarifado (9), a caixa d'água (10), a sala para desinfecção dos suínos (41), o setor de pesagem (39/40), os compressores (36), a câmara de estocagem

² Foi mantida a mesma ordem de numeração encontrada na planta original.

(35), entre outros espaços de serviço. Por fim, mais próximo ao açude, nos fundos da gleba, ficavam os setores de carpintaria (4) e de tratamento de efluentes (3), bem como as três lagoas de aeração (2) (Figura 2).



Figura 2: Esquema de implantação do Frigorífico Z. D. Costi (sem escala). Fonte: Elaboração própria com base nas plantas levantadas no Arquivo Histórico Regional.

Retifica-se que os prédios foram sendo edificados conforme a produção e o porte da fábrica aumentavam, resultando em uma disposição que não seguia um padrão regular das construções. Apesar de as edificações estarem isoladas uma das outras e sem um zoneamento bem definido, a sua disposição seguia a lógica formal da linha de produção, iniciando com o setor administrativo e a recepção dos animais, passando pelo setor de desinfecção, abate e desossa, seguindo para os setores de produção de carnes e banha, e finando nas câmaras de estocagem.

Matérias publicadas nos jornais locais da época demonstram que os principais produtos fabricados e comercializados pelo frigo-

rífico eram: banha de porco; congelados de suínos; presuntos cozidos; salames; copas; subprodutos para alimentação animal; couro curtido; e carnes frescas, todos registrados com o *slogan* da marca Deliciosa. As mercadorias da “Organização Z. D. Costi”, além de serem muito populares em Passo Fundo e na região Noroeste gaúcha, eram amplamente distribuídas nos principais centros consumidores do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro, como também exportadas para outros países, a exemplo dos Estados Unidos, Chile, Grécia e Bélgica (MENÇÃO...,1979).

Para além das contribuições para a consolidação do bairro São Cristóvão e para a economia passo-fundense, o frigorífico também contribuiu consideravelmente para a dimensão social e para a cultura da cidade. Nesse sentido, vale ressaltar que a diretoria do Z. D. Costi realizava festas para os operários no Clube Industrial, um dos mais antigos da cidade, bem como nos espaços públicos de Passo Fundo. Tratava-se de churrascos, desfiles comemorativos, palestras e comemorações religiosas que eram oferecidos ao longo do ano, sobremaneira nos feriados. Os eventos mobilizavam não somente os funcionários da empresa e suas famílias, mas também a população de uma maneira geral, principalmente quando ocorriam nos espaços públicos da cidade, como era o caso das comemorações do Dia do Trabalho. Havia, também, uma equipe desportiva chamada Grêmio Esportivo Costi, que participava de torneios de futebol na região (COSTI; RIBEIRO, 2003).

Mais de mil funcionários foram empregados pelo Frigorífico Z. D. Costi no ápice de sua produção, que ocorreu na década de 1970. O encerramento das atividades da fábrica se deu 45 anos após a sua inauguração, no ano de 1993, quando também se iniciou o processo de desmonte da sua vila operária. Em 2014, toda a massa falida da empresa, inclusive as casas, foi demolida e deu lugar às obras do mais

novo shopping center da região, o Passo Fundo Shopping (DINIZ; ALMEIDA, 2017). Quanto aos motivos da falência, a política econômica inflacionária daquele período foi uma das principais causas. Tedesco *et al.* (2005) colocam, também, a diminuição do consumo de banha em detrimento ao óleo de soja ao longo da década de 1980 como fator fundamental. Destacam, ainda, o papel preponderante das modificações das regras sanitárias e problemas internos de gestão como motivos que resultaram na decadência da fábrica.

O fato de a cidade ter se desenvolvido em direção ao bairro São Cristóvão também dificultou as atividades fabris. De acordo com F2 (2018), que trabalhou no setor de abate e desossa entre os anos de 1973 e 1993, e viveu em unidade pertencente à segunda etapa da vila operária, o mau cheiro proveniente da produção passou a incomodar os moradores locais, que começaram a solicitar providências à administração pública em relação ao funcionamento da fábrica. Além disso, por mais que houvesse equipamentos para o tratamento de efluentes e lagoas de aeração, conforme observado na implantação do empreendimento, os rejeitos derivados da sua produção acabavam poluindo o arroio Santo Antônio, existente no local; o que também gerou reivindicações populares (informação verbal)³.

Desse modo, como anteriormente citado, entraves jurídicos, aspectos econômicos, mudança no contexto produtivo, questões ambientais e relacionadas ao conforto da população tornaram as atividades fabris insustentáveis e culminaram no encerramento das atividades do Frigorífico Z. D. Costi. Outras indústrias do mesmo ramo instaladas na região, de característica familiar, tampouco conseguiram acompanhar o processo de modernização da produção alimentícia e, aos moldes do caso estudado, entraram em crise e de-

³ Conversa informal com o funcionário F2, realizada pelo autor. Passo Fundo, out. 2018.

cretaram falência nas décadas de 1980 e 1990, como é o caso do Frigorífico Sarandi S/A e do Frigorífico Planaltina S/A (TEDESCO *et al.* 2005).

VILA Z. D. COSTI:

ASPECTOS URBANOS E ARQUITETÔNICOS

A primeira etapa da Vila Z. D. Costi foi construída ao lado esquerdo do frigorífico e ficou conhecida à época – final da década de 1940 – como “Beco Costi”. Anos mais tarde, conforme mencionado por Costi e Ribeiro (2003) e por Tedesco e Souza (2016), a segunda etapa foi construída, implantada em lotes urbanizados do lado direito da empresa, próximo à rua Camilo Ribeiro:

Foram construídos dois conjuntos de casas para operários feitos pelos marceneiros da fábrica: um, em lotes urbanizados sem área de convívio coletivo, exigindo do trabalhador uma caminhada mais longa até o trabalho [segunda etapa]; o outro, mais antigo, cujo acesso era e continua sendo entre duas casas de alvenaria - chamado Beco do Costi pelos moradores do bairro - localizado bem próximo à fábrica [...] (COSTI; RIBEIRO, 2003, p.09, grifo próprio).

A terceira etapa da Vila Z. D. Costi também foi construída em terreno localizado à esquerda do frigorífico, em torno de uma via principal que foi denominada de rua Leopoldo Vila Nova; nomenclatura mantida até os dias atuais. É importante mencionar que esta terceira etapa não foi sequer citada por nenhum dos autores que abordaram o processo de formação e transformação da cidade e do bairro São Cristóvão e/ou a história da família Costi e dos frigoríficos em Passo Fundo e região. A sua identificação só foi possível por

meio dos levantamentos documentais realizados, nos quais foram encontrados o Ato de Aprovação e a planta baixa do empreendimento, datados de 16 de junho de 1959. Por esta razão, considera-se que a vila operária neste artigo estudada foi concebida em três etapas, entre os anos 1948 e 1959, em terrenos situados à esquerda e aos fundos do Frigorífico Z. D. Costi (Figura 3).

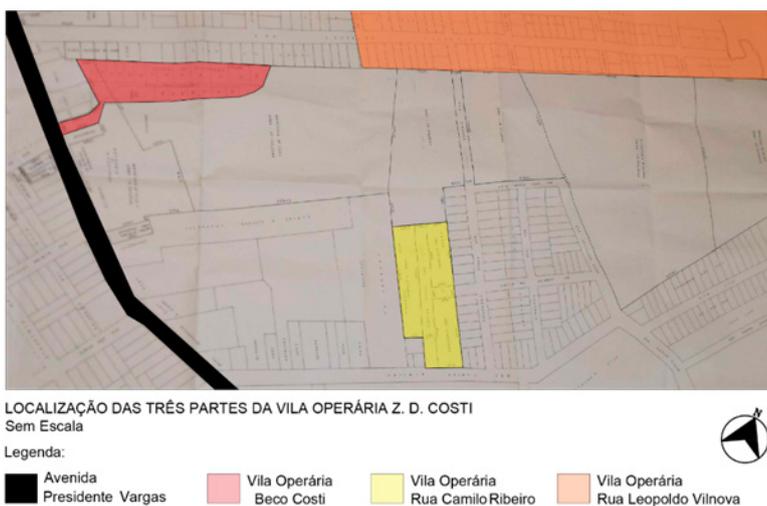


Figura 3: Planta de situação e localização das três etapas da Vila Operária Z. D. Costi (s/d). Fonte: Arquivo Histórico Regional (2018), manipulado pelo autor.

As plantas do chamado “Beco Costi” (Figura 4) revelam que a primeira etapa da vila foi construída de maneira mais improvisada, provavelmente em caráter imediatista e emergencial, para abrigar os primeiros funcionários do frigorífico que chegaram em Passo Fundo, ainda durante a construção dos prédios fabris. Mais precisamente, essa etapa consistia em um agrupamento de 20 casas dispostas em ambos os lados de uma ruela estreita, sem saída e sem pavimentação, com acesso pela mencionada avenida Mauá. A ruela, identificada

nos registros originais do empreendimento como rua Particular, possuía largura de apenas 3,15 m na sua maior extensão. As áreas dos lotes variavam em formato e dimensão, sendo os de número 13 e 26 o maior e o menor, respectivamente. A planta encontrada nos arquivos não possui identificação das áreas de cada lote, mas pode-se observar que, proporcionalmente, o lote 26 era quatro vezes menor do que o lote 13. A largura da via, associada à dimensão dos lotes, pode sugerir um sistema hierárquico, considerando o cargo ocupado pelo trabalhador na fábrica, como especificado pela historiografia.

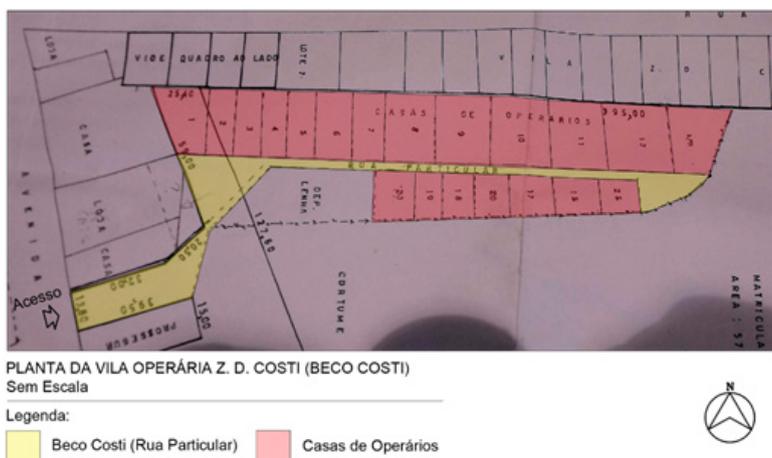


Figura 4: Planta da primeira etapa da Vila Z. D. Costi - “Beco Costi” (s/d). Fonte: Arquivo Histórico Regional, manipulação própria (2018).

A segunda etapa da Vila Z. D. Costi, construída em meados da década de 1950, foi identificada em uma área aos fundos da fábrica, à direita da gleba principal. Ao analisar a planta (Figura 5), verifica-se que o acesso principal se dava por meio da rua Camilo Ribeiro, tal como descrito por Tedesco e Souza (2016). Todavia, o terreno onde as casas foram implantadas se localizava na rua Pedro Bonafé,

que possuía ligação com a referida rua Camilo Ribeiro, mas terminava sem saída, assim como no caso anterior, mantendo a lógica de implantação de vilas operárias especificada na bibliografia analisada.

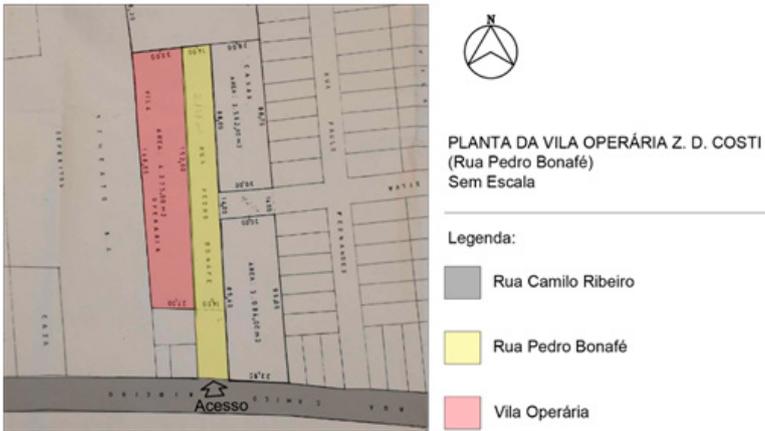


Figura 5: Planta da segunda etapa da Vila Operária Z. D. Costi - Rua Pedro Bonafé (s/d).
Fonte: Arquivo Histórico Regional, manipulação própria (2018).

Percebe-se que essa parte da vila era mais bem estruturada, uma vez que foi concebida em uma segunda etapa. Nesse caso, manteve-se a largura de 14 m da via em todo o seu comprimento. A área total do terreno onde foram edificadas as habitações operárias era de 4.275 m². Entretanto, na planta não consta de que maneira essa área foi ocupada pelas edificações, nem há a especificação dos seus recuos, impossibilitando também a identificação exata do número de residências. Por outro lado, conforme os relatos dos funcionários e como especificado por Tedesco e Souza (2016), o número total de habitações construídas nas duas primeiras etapas da Vila Z. D. Costi era de 40 unidades. Considerando o número de lotes do chamado “Beco Costi”, pode-se inferir que a segunda etapa da vila também possuía em torno de 20 casas, com terrenos de, aproximadamente, 200 m² cada.

No final da década de 1950 começou a ser construída a terceira, a maior e a mais bem estruturada etapa da vila: um loteamento com 76 terrenos, distribuídos em 10 quadras ao longo de uma via principal que foi denominada rua Leopoldo Vila Nova. Diferentemente das etapas anteriores, esse loteamento não era de propriedade da família Costi, mas sim de um investidor, identificado como André Rebecchi. Vale mencionar que, além dos donos de fábricas, a prática da construção de vilas operárias por investidores, chamados de rentistas, era muito comum à época (TIMM, 2015). Em Passo Fundo, diversos outros agrupamentos habitacionais operários foram construídos dessa forma, sobretudo a partir dos anos de 1950, período em que a cidade passou por um processo de significativa expansão horizontal graças a abertura de mais de cem loteamentos desse tipo (FERRETTO, 2012).

A gleba utilizada para a construção da terceira etapa da Vila Z. D. Costi tinha uma área total de 52.928,31 m² (Figura 6). Destes, 33.624,31 m² (63,5%) foram destinados aos 76 lotes residenciais, 14.011,17 m² (26,5%) foram incorporadas ao patrimônio municipal pelas ruas, e 5.292,83 m² (10% da área total) conformaram a área pública obrigatória. Cabe destacar que não há um projeto paisagístico ou a indicação de nenhum tipo de uso para essa área pública (PASSO FUNDO, 1959).

O eixo estruturador do loteamento, conformado pela rua Leopoldo Vila Nova, foi projetado com 16 m de largura, enquanto as vias transversais (rua Bahia, rua Pernambuco, rua Santa Catarina, rua Paraná e rua Rio de Janeiro) possuíam larguras de 12 a 14 m. Quanto aos terrenos, observa-se que os lotes apresentavam diferentes tipologias e dimensões, variando de 360 m² (12 m x 30 m) até lotes com mais de 1.000 m², como é o caso dos terrenos A e B, próximos da área pública, e do terreno de n. 4 (quadra 8). É provável



Figura 6: Planta da terceira etapa da Vila Operária Z. D. Costi - Rua Leopoldo Vila Nova (1959). Fonte: Arquivo Histórico Regional, manipulação própria (2018).

que esses lotes tenham sido pensados para o uso comercial/serviço, ou para residências maiores de famílias mais abastadas, seguindo o mencionado sistema de hierarquização fabril.

Como visto anteriormente, a terceira etapa da vila em questão foi construída com investimentos de André Rebecchi, como consta no Ato de Aprovação e na planta do empreendimento. Nesse sentido, aos moldes do que ocorria em diversas outras cidades e diante do crescimento do frigorífico ao longo da década de 1950, acredita-se que o mencionado rentista decidiu construir a terceira etapa da vila ao lado da fábrica, utilizando-se, inclusive, do nome Z. D. Costi para denominar o seu loteamento. Entretanto, vale ressaltar que os lotes construídos por Rebecchi não eram destinados exclusivamente aos funcionários do matadouro, e as casas ali construídas pertenciam aos seus moradores e não possuíam um projeto padrão. Por outro lado, nas duas primeiras etapas, tanto os terrenos quanto as casas eram de propriedade do frigorífico, e existia um projeto padrão para as habitações.

O local onde foi construído o Frigorífico Z. D. Costi e sua vila operária era um descampado e a então chamada avenida Mauá ainda estava sendo estruturada. Corroborando essas informações, F1 (2018) relatou que, nos primeiros anos de funcionamento da fábrica, a localidade contava apenas com o armazém de secos e molhados da

família Lazaretti, algumas residências, a Capela Santo Antônio e um campo de futebol por eles mesmos construído. Não havia nenhum outro equipamento social ou de lazer dentro ou perto da referida vila (informação verbal)⁴. Em contrapartida, conforme Costi e Ribeiro (2003), havia um ambulatório disponível para os funcionários e seus familiares, construído nas dependências do próprio frigorífico.

Desse modo, é importante destacar que havia, à época, a necessidade de locomoção dos funcionários da fábrica e de suas famílias até o centro de Passo Fundo para acessar os estabelecimentos comerciais e de serviço mais essenciais, tais como mercados, lojas de roupa, bancos, correios etc. Para tanto, F1 (2018) destacou que alguns veículos de uso coletivo estavam à disposição dos operários, a exemplo do ônibus da empresa Morbini, que fazia o trajeto da fábrica e de suas proximidades até o centro de Passo Fundo a cada duas horas (informação verbal)⁵.

AS RESIDÊNCIAS OPERÁRIAS DO FRIGORÍFICO

Na planta do “Beco Costi”, algumas informações a respeito das características e materiais das residências do Frigorífico Z. D. Costi foram encontradas (Figura 7). Mais precisamente, as casas possuíam dimensões médias de 7 m x 15 m (105 m²), as fundações e os pilares eram construídos com alvenaria de tijolos maciços, enquanto as paredes externas e internas, as esquadrias e a estrutura dos telhados e pisos eram de madeira. A pintura era feita com tinta óleo e cal, as entradas de energia eram bifásicas, os encanamentos aparentes e havia fossa séptica.

⁴ Conversa informal com o funcionário F1, realizada pelo autor. Passo Fundo, out. 2018.

⁵ Conversa informal com o funcionário F1, realizada pelo autor. Passo Fundo, out. 2018.



Figura 7: Casas da primeira (à esquerda) e segunda (à direita) etapas da Vila Z. D. Costi (2003). Fonte: Costi e Ribeiro (2003, p.10).

Também foi possível identificar algumas informações acerca de melhoramentos que estavam sendo realizados nas unidades habitacionais do Beco Costi, como a construção de coberturas para servir como garagem e a anexação de banheiros em alvenaria ao corpo das residências⁶. Em linhas gerais, as casas do Frigorífico Z. D. Costi eram muito simples e sem ornamentos, possuíam paredes duplas de madeira com fiação elétrica exposta, e cobertura em duas águas com revestimento de telhas francesas (COSTI e RIBEIRO, 2003).

O quarto do casal e a sala estavam situados na porção frontal da planta e, em alguns casos, existia uma pequena varanda demarcando a entrada principal. Os outros dois quartos menores e a cozinha ficavam situados aos fundos. A cozinha se conformava como o principal ambiente da casa, onde a família e amigos se reuniam, as crianças faziam as tarefas escolares e a vida familiar ocorria junto ao fogão a lenha, especialmente no inverno. Inicialmente, de acordo com F1 (2018), havia apenas uma latrina, os sanitários foram anexados às casas com o passar dos anos. As plantas originais das residências não previam garagem no programa de necessidades, que foram sendo

⁶ Não se encontrou nenhuma planta do projeto arquitetônico das casas, dificultando maiores análises, por exemplo, a distribuição espacial dos cômodos e suas dimensões.

construídas conforme os operários foram adquiridos veículos particulares (informação verbal)⁷.

Quanto à espacialidade dos cômodos, verifica-se uma similaridade com o padrão organizacional das casas operárias edificadas no período do Brasil Colônia, distanciando-se dos modelos empreendidos em meados do século XX, remetendo às diretrizes arquitetônicas modernas. Em relação à tipologia construtiva, observa-se uma semelhança com o “modelo” comumente conhecido como chalé do tipo porta e janela, já para as unidades com varanda frontal, percebe-se uma aproximação com os bangalôs; ambas remetendo ao início do século XX (ALMEIDA, 2012).

F3 (2018), que também trabalhou no setor de desossa e residiu em residência da primeira etapa da vila operária entre os anos 1987 e 1992, destacou que todas as residências possuíam pátio aos fundos, utilizado para o cultivo de horta particular. Segundo ele, a relação com a vizinhança era muito boa, os funcionários consideravam-se pertencentes a uma grande família e, conseqüentemente, ajudavam-se na plantação de frutas e verduras. Ademais, registrou que as casas eram confortáveis e grandes, mas um pouco quentes no verão em virtude da madeira (informação verbal)⁸.

Tedesco *et al.* (2005) consideram que, naquele íterim, as casas analisadas promoveram grande inovação regional. Contudo, ao observar suas características arquitetônicas, pode-se dizer que a inovação trazida pela família Costi no que diz respeito à construção de suas casas foi menos expressiva e teve influência local. Afinal, na década de 1950, conforme colocado por Almeida (2012), grande parte dos agrupamentos habitacionais criados por fábricas no Brasil era, em linhas gerais, mais bem estruturada. A seu turno, a Vila Z.

⁷ Conversa informal com o funcionário F1, realizada pelo autor. Passo Fundo, out. 2018.

⁸ Conversa informal com o funcionário F3, realizada pelo autor. Passo Fundo, out. 2018.

D. Costi não possuía equipamentos de uso coletivo e as residências foram projetadas sem banheiro em um primeiro momento, algo incomum à época. Ademais, destaca-se que a construção das casas, que eram “emprestadas” aos funcionários, traduz o interesse dos donos do frigorífico acerca dos mais variados aspectos da vida de seus funcionários, produzindo relações sociais importantes, tais como o controle vertical do operariado pelo capital e a manutenção da força de trabalho nas proximidades.

Em se tratando da legislação construtiva, no ano de 1950, de acordo com o Código de Posturas vigente (Lei n. 164 de 1950), a cidade de Passo Fundo era dividida em três grandes zonas: Zona 1 – Urbana, que compreendia toda a área calçada da cidade; Zona 2 – Urbana, conformada pelas ruas da cidade em processo de pavimentação, que já apresentasse nivelamento, cordões de calçadas e/ou que estivesse situada até um quarteirão da primeira zona, independente das condições de urbanização; e Zona 3 – Suburbana, que representava os arrabaldes da cidade (PASSO FUNDO, 1950).

Tendo em conta que naquele período a região do Frigorífico Z. D. Costi era um descampado afastado do centro tradicional e comercial de Passo Fundo, pode-se afirmar que a área em que a vila operária estudada neste artigo começou a ser construída pertencia à Zona 3 – Suburbana. Para esses casos, o Código de Posturas possuía apenas três definições: eram permitidas construções em madeira ou alvenaria, implantadas com recuos frontal e lateral de, no mínimo, 2,0 e 1,5 metros, respectivamente; as construções sem aberturas para o terreno adjacente deveriam estar implantadas de modo a não invadir o plano vertical situado entre os lotes; e não eram permitidas construções de habitações, nem edificações comerciais e/ou industriais, caso a gleba em questão pertencesse à Zona 3 e não fosse loteada (PASSO FUNDO, 1950).

Sendo assim, por mais que os projetos arquitetônicos não estejam disponíveis, acredita-se que as duas primeiras etapas da vila, que possuíam habitações padronizadas e pertenciam aos proprietários do frigorífico, estavam de acordo com o Código de Posturas em vigor, tendo em vista que a gleba era loteada e havia recuos frontais e laterais mínimos entre as casas. Por fim, considerando que foi possível encontrar as plantas do loteamento, bem como seu Ato de Aprovação, pode-se afirmar que a terceira etapa, construída por André Rebecchi, em 1959, também estava de acordo com as leis municipais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, a instalação de fábricas, de fins do século XIX ao longo da primeira metade do século XX, contribuiu para a transformação das dinâmicas socioeconômicas e do traçado urbano de nossas cidades. Em alguns casos, é possível atrelar até mesmo surgimento de cidades inteiras à construção de conjuntos habitacionais operários, a exemplo do núcleo fabril da Companhia Melhoramentos S/A, que deu origem ao município de Caieiras (SP), na década de 1950. Tal processo, salvo as devidas proporções, também é percebido em Passo Fundo no que tange ao Frigorífico Z. D. Costi, sua vila operária e ao bairro São Cristóvão.

A implantação do frigorífico e sua vila operária no sudeste da cidade, às margens da então avenida Mauá, ocorreu de maneira concomitante ao processo de expansão horizontal da malha urbana de Passo Fundo, iniciado nos anos 1950, e à criação do Plano de Ordenamento e Expansão de 1953, que definiu o bairro São Cristóvão como um dos vetores de crescimento da cidade. Desse modo, por ter sido a primeira grande fábrica da localidade, o Frigorífico Z. D.

Costi possibilitou a instalação de novos moradores e inaugurou a vocação industrial do bairro, que passou a concentrar grande parte das fábricas de Passo Fundo nas décadas seguintes, a exemplo do Frigorífico Planaltina S/A, da Semeato, da Pepsi Cola e da fábrica de refrigerantes Irmãos Bernardon. Com a criação destas fábricas, conjuntos habitacionais operários e benfeitorias resultantes, como a abertura e/ou alargamento de vias, extensão de linhas de transporte público até o local etc., o bairro passou de periférico (início da década de 1950) para integrado à malha urbana.

A maioria dos operários que estava chegando à cidade precisava aprender o novo ofício e não possuía local para morar ou carro para percorrer grandes distâncias. Desse modo, semelhante às práticas observadas em inúmeras outras cidades, a construção da vila operária estudada surgiu como resposta a essas necessidades. Levando em consideração que as casas eram “emprestadas” aos funcionários, destaca-se o sistema de troca de favores, obrigações, ligações familiares e, para além disso, controle da força de trabalho, que se estabelecia na relação operário/patrão. Em outras palavras, a vila do Frigorífico Z. D. Costi proporcionou moradia adequada e higiênica aos operários e suas famílias, sem custos e nas proximidades da empresa, mas também os imputou certa dependência em relação ao empregador, fomentando ambiguidades nas relações trabalhistas, principalmente no que diz respeito à reivindicação de direitos por parte dos funcionários.

Ainda, ressalta-se a ausência de equipamentos de uso coletivo e de lazer, comércios e serviços, implicando na constante necessidade de deslocamentos ao centro da cidade por parte dos funcionários e suas famílias para atender a tais demandas. O programa de necessidades das 40 casas das duas primeiras etapas da vila, pertencentes ao frigorífico, era composto por três quartos, sala, cozinha e latrina, e fazia referência ao padrão organizacional dos chalés do tipo porta e

janela do período do Brasil Colônia. Além disso, a ausência de banheiro nessas unidades habitacionais revela certo atraso em relação ao que estava sendo construído para as moradias operárias em grande parte dos centros urbanos do país à época.

Paralelamente, diante do crescimento do frigorífico e de seu quadro de funcionários, o rentista André Rebecchi loteou a gleba situada à esquerda da fábrica, originando a terceira etapa da Vila Z. D. Costi, conformada por 76 lotes. Diferentemente do observado nas etapas anteriores, as casas construídas nesse loteamento pertenciam aos seus moradores, que as construíam conforme suas possibilidades por meio de investimentos próprios e/ou financiamentos. Vale mencionar que, por não pertencer à massa falida do frigorífico, essa terceira etapa não foi demolida para dar lugar ao já mencionado Passo Fundo Shopping, em 2014. Apesar de mantidas, essas residências se encontram significativamente descaracterizadas devido a reformas subsequentes resultantes, sobretudo, da mudança de vocação deste setor específico do bairro.

Isso posto, reafirma-se a importância de basear as pesquisas, sobretudo de ordem arquitetônica e urbana, em dados primários, considerando diferentes fontes e atores. Como apontado neste artigo, alguns dados importantes relacionados à história do Frigorífico Z. D. Costi foram perpetuados pela historiografia local, sendo apenas sustentados pela história oral. Nesse sentido, tem-se a revelação de uma terceira etapa de construção da Vila Z. D. Costi, que não havia sequer sido mencionada anteriormente. Esta, por fim, configura-se como vertente de investigação futura.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. Habitação social no Nordeste: a atuação das CAPs e dos IAPs (1930-1964). 2012. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2012. doi:10.11606/T.102.2012.tde-12042013-101921. Acesso em: 2020-05-16.

ARQUIVO HISTÓRICO REGIONAL (Passo Fundo, RS). Acervo Z. D. Costi. Passo Fundo, s/d. 6 fotografias.

CORREIA, Telma de Barros. Pedra: plano e cotidiano operário no Sertão. Campinas: Papyrus, 1998.

COSTI, Marilice; RIBEIRO, Celi Maria Costi. História de um núcleo fabril: Frigorífico Z.D. Costi Cia. Ltda, Passo Fundo RS. *Arquitextos*, São Paulo, ano 04, n. 043.07, Vitruvius, dez. 2003.

DINIZ, Pedro Henrique Carretta; ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. Passo Fundo shopping e os reflexos para uma cidade média no noroeste do Rio Grande do Sul. *Revista de Arquitetura IMED*, Passo Fundo, v. 6, n. 2, p. 149-165, dez. 2017. ISSN 2318-1109. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/arqimed/article/view/2188/1656>. Acesso em: 12 set. 2019.

FERRETTO, Diego. Passo Fundo: estruturação urbana de uma cidade média gaúcha. 2012. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.16.2012.tde-17072012-143123. Acesso em: 2020-07-10.

GOSCH, L. R. M. Passo Fundo, de Saturnino de Brito ao Mercosul – projetos e imagens urbanas. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

MENÇÃO empresarial: Z. D. Costi & Cia. Ltda. *O Nacional*, dez. de 1979, p.14.

PASSO FUNDO, Ato 7/59. Aprova a planta do Loteamento Vila Z. D. Costi. Diário Oficial, Passo Fundo, 1959.

PASSO FUNDO, Lei 164/50. Decreta e promulga o novo código de posturas do município de Passo Fundo. Diário Oficial, Passo Fundo, 1950.

TEDESCO, João Carlos et. al. Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo. Porto Alegre: EST, 2005.

TEDESCO, João Carlos; SOUZA, Sirlei de Fátima. Frigoríficos e olarias em Passo Fundo: dinâmicas industriais em sinergias - 1940 a 1980. Erechim: All Print Varella, 2016.

TIMM, Juliane Aimé. Habitações operárias no Brasil: arquitetura e urbanismo da habitação social na primeira metade do século XX. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Profa. Dra. Caliane C. O. de Almeida, docente e coordenadora do PPGARQ-IMED, pela orientação nesta pesquisa.

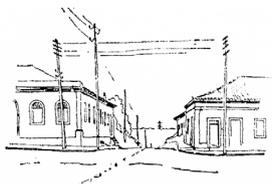
*Perspectiva do Edifício dos
Bancários, em Passo Fundo.
Fonte: Bonduki e Koury, 2014.
Arquivos do INSS-RS, 2019.*



HABITAÇÃO MODERNA:

O EDIFÍCIO DOS BANCÁRIOS EM PASSO FUNDO

Edgar de Souza



Nas primeiras décadas do século XX, diante da crescente onda de greves operárias por melhorias trabalhistas (assistência à saúde e previdenciária) e por condições e provimentos de moradias, o governo tomou efetivamente para si os serviços de concessão de previdência e habitação social por meio da criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) e, principalmente, dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Estes órgãos tiveram um caráter importante quanto à inovação do processo de estruturação das cidades brasileiras, incentivando o emprego de materiais e técnicas que remetiam à linguagem moderna em seus empreendimentos, bem como permitiam aos seus técnicos a adaptação das habitações aos diferentes materiais e contextos socioeconômicos de cada região (BONDUKI, 2017).

O presente artigo se insere na temática das políticas públicas habitacionais no Brasil, tendo como objeto de estudo o edifício dos Bancários, localizado na cidade de Passo Fundo, estado do Rio Grande do Sul, construído em 1953 e implementado dentro das ações do Instituto de Aposentadorias e Pensões, em especial no âmbito do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB). Para tanto, analisa-se o projeto arquitetônico do supracitado edifício, tal como a sua inserção na cidade em questão. A pesquisa tem sua importância justificada pela escassez de estudos que investigam, arquitetonicamente, as ações no contexto das Caixas de Aposentadorias e Pensões e dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, sobretudo em cidades de médio porte, fora da região Sudeste. Destaca-se que esta

pesquisa resulta da dissertação de mestrado desenvolvida pelo autor, defendida no ano de 2020, intitulada “Habitação social: a atuação das CAPs e IAPs em Passo Fundo, RS (1945-1964)”, orientada pela Prof. Dra. Caliane C. O. de Almeida ¹.

Quanto aos procedimentos metodológicos, este trabalho foi desenvolvido em três etapas principais: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; e análise gráfica. Na primeira etapa, pesquisou-se sobre a origem e a trajetória da produção e do financiamento de habitação social no Brasil até meados do século XX, bem como acerca da história urbana de Passo Fundo, com especial atenção à atuação da esfera pública no campo habitacional. A segunda etapa foi realizada com dados primários encontrados em arquivos de órgãos públicos e privados, principalmente nos arquivos das Gerências Executivas do INSS-RS, nas cidades de Passo Fundo e Porto Alegre. Por fim, as análises gráficas das relações arquitetônico-formais do edifício se fundamentaram nos elementos de análise desenvolvidos e/ou sistematizados por Clark e Pause (2004) e Florio (2008).

HABITAÇÃO SOCIAL: CAPs E IAPs

Em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o Brasil passava por processos de industrialização e urbanização aliados ao agravamento de problemas urbanos, como o inchaço populacional, a precariedade na infraestrutura e serviços, a alta da mortalidade, o desemprego e o déficit habitacional. Os habitantes das classes mais carentes acabavam por aceitar as precárias condições das poucas moradias ofertadas pelos rentistas, dependendo, assim,

¹ Pesquisa realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

uma grande parcela do seu ordenado para o pagamento do aluguel. Por outro lado, além de não contribuir para amenizar o déficit habitacional, as condições sub-humanas das ações empreendidas pelos rentistas comprometeram, dentre outros aspectos, a salubridade e a qualidade de vida da população, corroborando a insatisfação dos letrados e da classe média e baixa da época ante às más condições de higiene das habitações e do espaço urbano (BONDUKI, 2017; CORREIA, 2004).

As ações do Estado no campo da moradia eram, até então, essencialmente de legislação repressora, caracterizada pelos códigos para a edificação de habitações (FARAH, 1983). Nas décadas seguintes, atuou-se na construção e reforma de moradias a partir de parcerias com entidades privadas, através da criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) e dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), do custeio da construção de vilas operárias, da política de aluguel voltada à parcela carente e por meio da regulamentação das relações de aluguéis de imóveis urbanos a partir das Leis do Inquilinato, outorgadas na década de 1920 e ampliadas em 1940 (BONDUKI, 2017). Estas ações se aproximavam das soluções empregadas pelas sociais-democracias europeias no pós-Primeira Guerra, em especial, na Alemanha e Áustria, assim como das diretrizes do Movimento Moderno (BRUNA, 2015).

Não obstante, até meados da década de 1930, predominou no Brasil a produção de moradias voltadas aos trabalhadores sob a lógica rentista, na forma de vilas, casas geminadas ou residências isoladas no centro dos lotes, dispostos na malha urbana de forma tradicional, sem o apoio de equipamentos e, muitas vezes, de serviços básicos (CORREIA, 2004). Do mesmo modo, as primeiras ações das Caixas e dos Institutos de Aposentadorias ainda refletiam a influência dos higienistas, dando preferência à casa isolada, com recuos laterais

e frontal, em detrimento das moradias geminadas. A revisão desse modelo aconteceu com o emprego dos ideais modernos de Arquitetura e Urbanismo no setor habitacional brasileiro, não apenas por parte das decisões técnicas, mas também ligado aos objetivos do novo regime de modernizar a nação (PORTO, 1938).

Para que o então modelo de casa operária fosse superado, os arquitetos modernos propuseram não só a racionalização do projeto e das construções, mas também do comportamento dos habitantes para com as novas moradias, visando a renovação do modo de morar (BRUNA, 2015). Assim, foram fundamentais para o alcance desses pressupostos a racionalização da cozinha e demais áreas de serviço, muitas vezes tornadas coletivas; a reestruturação do mobiliário, adequando-se à unidade mínima habitacional; e o emprego de estruturas em concreto armado, que permitiram alcançar maiores vãos e separar os elementos estruturais das vedações (FRAMPTON, 2015). Nesse sentido, o processo de renovação chegou ao país por meio de profissionais brasileiros que estudaram ou trabalharam no exterior, pela influência de profissionais estrangeiros que visitaram ou atuaram no país, assim como pela difusão e análise de revistas, livros e publicações importados. Salienta-se que o contexto interno favorável à modernização, do ponto de vista ideológico, econômico e político, possibilitou tais ideias e sua concretização (CORREIA, 2004).

Dentre os profissionais que se destacaram no contexto de atuação das CAPs e dos IAPs, pode-se citar o arquiteto Rubens Porto, assessor técnico do Conselho Nacional do Trabalho (CNT), que desempenhou importante papel na adoção dos ideais modernos pelo governo Vargas, auxiliando na formulação das diretrizes para a atuação das Carteiras Prediais desses órgãos (BONDUKI, 2017). Porto defendia a construção de blocos coletivos em conjuntos habitacionais periféricos limitados a quatro pavimentos e, quando des-

providos de elevador, edificados sobre pilotis para melhor aproveitar o espaço térreo e proporcionar maior segurança nos pavimentos superiores. Para ele, o emprego dos apartamentos duplex era uma estratégia de economia e permitiria uma melhor distinção interna entre os diferentes setores. Desse modo, a construção deveria ser racionalizada e os conjuntos autônomos, dispondo de equipamentos e priorizando o fluxo de pedestres ao invés do trânsito de automóveis. Além disso, o planejamento dos conjuntos deveria ocorrer em conformidade com os planos urbanos, respeitando os eixos estruturadores e as preexistências naturais (PORTO, 1938).

Nessa nova produção habitacional, sobretudo a partir de 1930, houve esforços na diminuição do custo da construção por meio da verticalização, da industrialização dos componentes construtivos e da racionalização dos processos de projeto e de construção (BONDUKI, 2014). À vista disso, surgiram novas concepções urbanísticas e tipologias habitacionais, em geral, providas de diferentes equipamentos coletivos, baseadas na ideia de que a habitação deveria ir além da moradia individual. Contudo, o modelo de habitação individual e isolada, implantada convencionalmente, não foi totalmente substituído pelas tipologias modernas que compunham as produções das CAPs, dos IAPs – conjuntos habitacionais de blocos multipavimentos associados a equipamentos coletivos (BRUNA, 2015).

Quanto à atuação das CAPs e dos IAPs, estes contavam com uma estrutura organizacional complexa, dividida em escritórios federais, estaduais e municipais, onde diferentes corpos técnicos, compostos por arquitetos e engenheiros, dedicavam-se à reflexão e intervenção no contexto da moradia. Estas instituições não somente abrigaram profissionais pioneiros da Arquitetura e do Urbanismo moderno, como também concretizaram experiências precursoras, com diferentes programas, partidos, soluções projetuais e tecnoló-

gicas, as quais, à época, contribuíram para as transformações das cidades brasileiras e do modo urbano de morar (BONDUKI, 2014).

No que tange aos IAPs, mais especificamente ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB), conformado pela categoria com o maior salário médio dentre os trabalhadores do país, convém mencionar que o órgão teve a maior arrecadação per capita quando comparado aos demais institutos, o que acabou refletindo positivamente nas suas ações no setor habitacional. Logo, a produção habitacional empreendida pelo IAPB alcançou a melhor relação quanto às unidades produzidas e aos associados, totalizando 6.164 unidades, com destaque para o período entre 1945 e 1950, alcançando 2.325 unidades locadas em 15 conjuntos (BONDUKI, 2017; FARAH, 1983; GAP, 1985).

Ainda que o Estado brasileiro não tenha conseguido formular uma política habitacional consistente, a produção de moradias de elevado nível de projeto das CAPs e dos IAPs, em nível qualitativo, teve um importante impacto na definição de novos modos de morar, de processos construtivos e da ocupação do espaço urbano. Sendo assim, em virtude de seus elevados fundos de reserva, o IAPB se destacou ao produzir tipologias habitacionais inovadoras – com o emprego de formas geométricas puras, do concreto armado e da unidade mínima –, visando maior racionalidade e qualidade construtiva, tal como melhor aproveitamento do solo e das particularidades climáticas de cada local.

IAPB: O EDIFÍCIO DOS BANCÁRIOS EM PASSO FUNDO

A partir de 1950, o IAPB consolidou uma política particular para os seus projetos habitacionais, caracterizada por edifícios de grande altura ou blocos únicos de quatro pavimentos implantados

em terrenos de menores dimensões, integrados à malha urbana central das cidades, denominados “edifícios dos Bancários”, que acabaram se solidificando como um elemento de identidade da categoria (BONDUKI; KOURY, 2014). A arquitetura desses edifícios se configurou pelo emprego de elementos próprios do modernismo nacional, como a modulação estrutural, os cobogós, os pilotis, os quebra-sóis e a marcação das diferentes funções na volumetria. Foi assim, por meio dos edifícios dos Bancários, que o IAPB colaborou para o processo de verticalização e disseminação do modernismo no espaço urbano de diferentes cidades brasileiras (BONDUKI, 2014). Ainda, embora 43% das unidades edificadas pelo órgão tenham se concentrado no estado de São Paulo e 30% no Rio de Janeiro (FARAH, 1983), acredita-se que o protagonismo do IAPB no espaço urbano de cidades distantes do eixo Rio-São Paulo, por ora pouco estudado, pode ter causado um impacto ainda mais expressivo do que nos centros urbanos já consolidados.

Na década de 1950, a direção do Departamento de Engenharia do IAPB ficou a cargo dos arquitetos Carlos Azevedo Leão e Aldary Henriques Toledo; o primeiro, chefiando de 1940 a 1957, e o segundo, de 1957 a 1966. Entretanto, no ano em que o edifício dos Bancários de Passo Fundo foi projeto pelo IAPB, em 1953, o departamento era dirigido temporariamente por Aldary Toledo, visto que Carlos Leão se licenciou por motivos de saúde (BONDUKI, 2014). Conforme Marques (2018), Aldary Toledo e Carlos Leão, além de amigos, eram grandes colaboradores no desenvolvimento de projetos arquitetônicos. A título de exemplo, no mesmo ano em que ingressou no Departamento de Engenharia do IAPB, em 1940, Toledo projetou o edifício do Cine Teatro Edgard em Cataguases (MG) e contou com a parceria profissional de Carlos Leão no empreendimento.

Dentro do IAPB, Aldary Toledo e Carlos Leão também cola-

boraram em diferentes projetos. Na elaboração do projeto para a casa das Bancárias (Figura 1), de autoria de Leão, Toledo ficou encarregado pelo detalhamento da obra, assim como ocorreu no projeto do Cine Teatro Edgard em Cataguases, em virtude do afastamento de Carlos Leão das atividades do IAPB (MARQUES, 2018). Nesse sentido, ainda que grande parte dos projetos elaborados inteiramente pelo setor de Engenharia do Instituto tenha sido creditada ao próprio departamento (BONDUKI, 2014), caso do objeto de estudo deste artigo, os fatos supramencionados reforçam a hipótese de que o edifício do IAPB (Figura 1), construído em Passo Fundo, seja de autoria de Aldary Toledo e Carlos Leão.

Figura 1. Na primeira imagem, perspectiva da casa das Bancárias em Niterói (RJ). Na segunda imagem, perspectiva do edifício dos Bancários em Passo Fundo (RS). Fonte: Bonduki e Koury, 2014; Arquivos do INSS-RS, 2019.

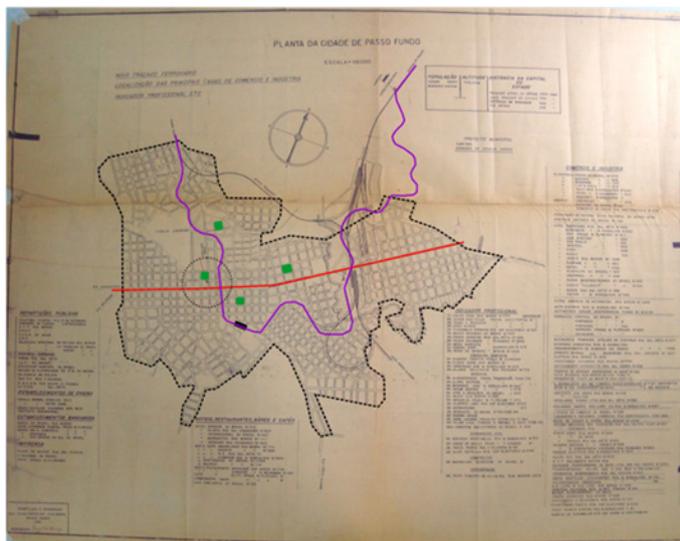


O município de Passo Fundo, localizado na região Norte do estado do Rio Grande do Sul, de modo geral, teve a estruturação do seu espaço urbano atrelada a três períodos intimamente relacionados aos acontecimentos regionais: o traçado de uma rota comercial; a implantação da linha ferroviária; e, por fim, a reestruturação produtiva e a intensificação da migração campo-cidade. Desse conjunto de fatores, resultaram, sobretudo, os processos de crescimento periférico e de alargamento e verticalização da área central. Convém destacar que a construção do edifício dos Bancários insere-se neste último processo (FERRETO, 2012).

No início da década de 1950 (Figura 2), a cidade de Passo Fundo contava com aproximadamente 6 mil prédios, muitos construídos em madeira e em más condições de conservação e salubridade (GOSCH, 2002). Quanto aos edifícios multipavimentos, em 1959, existiam apenas três edifícios com quatro pavimentos em Passo Fundo, sendo um deles o edifício construído pelo IAPB (IBGE, 1959). Nesse contexto, o edifício dos Bancários faria parte dos objetivos de reestruturação e modernização urbana expressos no primeiro Plano Diretor de Passo Fundo, de 1953.

Projetado em 13 de agosto de 1953² pelos técnicos do Departamento de Inversões e Serviços de Obras do IAPB locado na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal do Brasil, o edifício dos Bancários de Passo Fundo foi pensado para o uso misto, a fim de comportar a agência e o sindicato da categoria local, assim como as unidades habitacionais dos associados (INSS, 2019). O terreno urbano onde o edifício foi erigido se situa na rua Teixeira Soares, n. 1.045, esquina com a rua Paissandú. A área da gleba totaliza 680 m², medindo 20 m de frente por 34 m de frente a fundos, confrontando-se: ao norte com a rua Paissandu, onde faz frente e mede 20 m; ao

² Processo A-46 (INSS, 2019).



PLANTA DA ÁREA E URBANA DE PASSO FUNDO -
DÉCADA DE 1950
SEM ESCALA

— AVENIDA BRASIL
— LINHA FÉRREA
■ PRAÇAS
■ ESTAÇÃO FERROVIÁRIA

— ÁREA DE ANÁLISE

----- LIMITE URBANO



Figura 2. Planta da cidade de Passo Fundo (RS) na década de 1950. Fonte: Arquivos do INSS-RS, 2019 (adaptação própria).

sul com terrenos particulares; a leste com a rua Teixeira Soares, onde mede 34 m; e a oeste com terrenos particulares. O edifício, medindo 17 m de frente por 34 m de frente a fundos, soma 2.312 m² de área construída distribuída em quatro pavimentos e é composto por 18 apartamentos autônomos (Figura 3).

Com projeto estrutural da empresa construtora Ernesto Wolbcke S.A. Engenharia Civil, de Porto Alegre, foi adotado no edifício dos Bancários o sistema construtivo de alvenaria de vedação com blocos cerâmicos, sem função estrutural, aliado a uma estrutura de pilares e vigas em concreto armado moldadas no local (INSS, 2018). Destaca-se a presença de laje dupla no primeiro pavimento, possivelmente empregada pela necessidade de ocultar visualmente a



Figura 3. Edifício dos Bancários em Passo Fundo. Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

passagem da tubulação hidráulica e suportar o balanço dos andares superiores. Assim, em geral, deu-se preferência à disposição estrutural na qual os pilares estivessem integrados às paredes da edificação, com exceção das paredes externas das fachadas leste e oeste, a fim de proporcionar uma fachada livre, um dos principais elementos da arquitetura moderna *corbusiana*³.

Conforme o projeto arquitetônico da edificação (INSS, 2019), também encontrado no Núcleo Documental da Prefeitura Municipal de Passo Fundo (2019), no primeiro pavimento funcionavam as atividades administrativas da agência e do sindicato dos bancários, bem como o acesso aos apartamentos. Atualmente, a agência foi subdividida em três salas comerciais e o espaço dedicado ao sindicato passou a ser o salão de festas do edifício. Por conseguinte, o primeiro pavimento apresenta as maiores transformações em sua organização distributiva desde o processo de concepção do projeto.

³ Os cinco pontos da arquitetura de Charles-Edouard Jeanneret, Le Corbusier, são: a planta livre; a fachada livre; os pilotis; o terraço jardim; e a janela em fita (FRAMPTON, 2015).

A partir dos projetos encontrados nos arquivos do INSS-RS, identificaram-se três propostas diferentes para o primeiro pavimento: a primeira, de 2 de julho de 1953, corresponde à proposta preliminar; a segunda, conforma-se como o projeto inicialmente executado, com data de 8 de junho de 1955; e a terceira remonta ao dia 3 de abril de 1962 e condiz ao projeto posterior de modificações e acréscimos, no qual já é possível identificar a atual disposição espacial. Além disso, também foram encontradas duas propostas para as dependências do zelador, que datam dos anos de 1956 e 1957 (Figura 4).

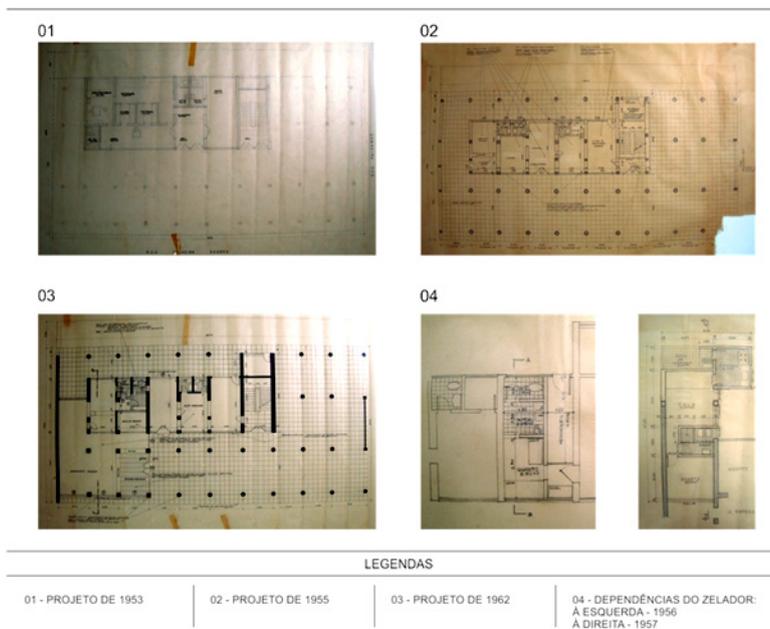


Figura 4. Diferentes propostas para o primeiro pavimento do edifício dos Bancários em Passo Fundo. Fonte: Arquivos do INSS-RS, 2019.

Quanto à distribuição dos ambientes (Figura 5), o projeto do primeiro pavimento é composto pelo acesso de pedestres junto ao playground/garagem (360 m²), acesso aos apartamentos (18 m²),

sala/depósito (7 m²), salão do sindicato (53 m²), banheiros do sindicato (5 m²), banheiros da agência (7 m²), sala do agente (12 m²), expediente da agência (82 m²), espera da agência (20 m²) e acesso de veículos (102 m²).

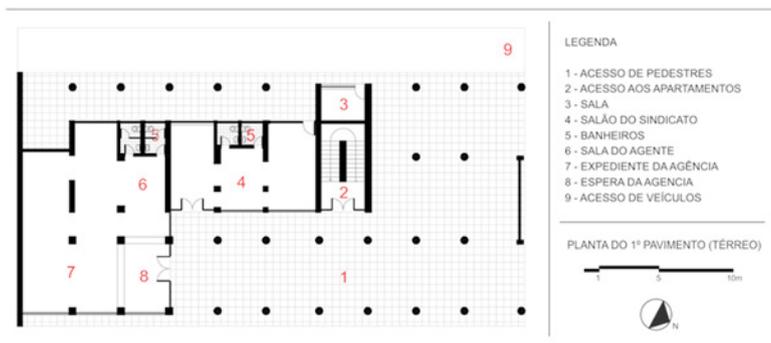


Figura 5. Planta do primeiro pavimento do edifício dos Bancários em Passo Fundo. Fonte: Arquivos do INSS-RS, 2019 (adaptação própria).

A planta do primeiro pavimento se divide em setor social (461 m²), setor íntimo (32 m²) e setor de serviço (182 m²). Com base na análise do projeto arquitetônico e estrutural, observa-se que a organização espacial dos ambientes foi determinada por uma malha formada a partir da distribuição estrutural ordenada com um espaçamento, em média, de 3 m longitudinalmente e de 5 m no sentido transversal. Ademais, a sequência de pilotis que define quase todo o perímetro do pavimento possibilitou a permeabilidade visual e física do primeiro pavimento com o exterior, gerando grande interação entre o espaço público e privado, sendo coerente com os intentos da arquitetura moderna. Contudo, esse sentido de integração, sobretudo física, é reduzido pela diferença de nível com o passeio público (Figura 3), assim como por um pequeno painel de cobogós junto ao limite norte do terreno, o qual marca o eixo central longitudinal da forma. A circulação interna e externa entre os ambientes, ainda

que bastante integrada, não apresenta uma lógica distributiva. E isso pode ser reflexo das diversas alterações efetuadas no pavimento em questão (Figura 6).

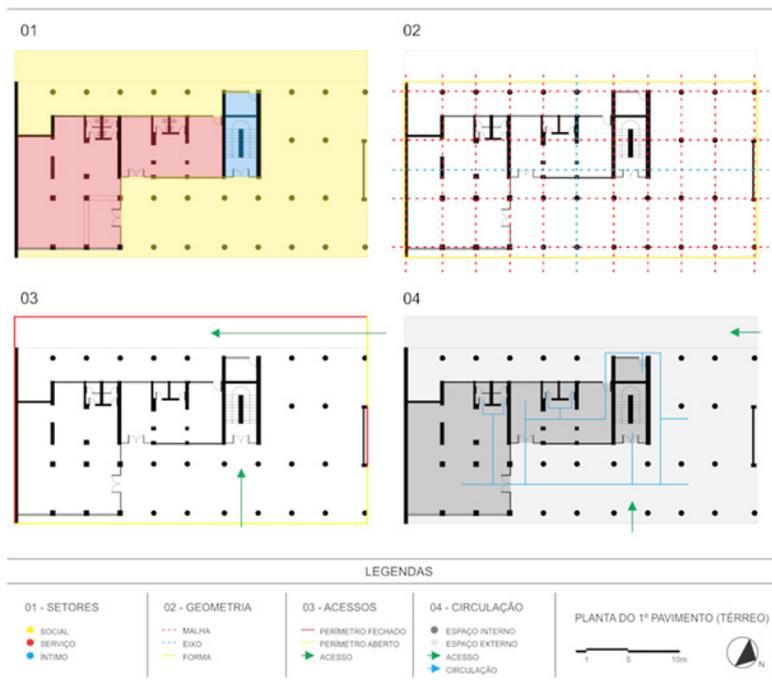


Figura 6 – Análises gráficas do primeiro pavimento do edifício dos Bancários em Passo Fundo. Fonte: Arquivos do INSS-RS, 2019 (adaptação própria).

São seis unidades habitacionais autônomas em cada pavimento tipo, divididas em duas tipologias: a primeira com dois dormitórios e a segunda com três dormitórios. Dentre os seis apartamentos em cada pavimento tipo, cinco possuem dois dormitórios (tipologia A - 74,90 m²; B - 85,00 m²; e C - 76,80 m²) e apenas um apresenta três dormitórios (101,20 m²). Além disso, das tipologias de apartamentos com dois dormitórios, há três diferentes configurações de planta, variando na área privativa e na oferta e disposição de alguns ambien-

tes. Cada apartamento possui dois acessos, de serviço e social, e são internamente iluminados e ventilados por quatro poços de luz que, quando associados às demais aberturas, também permitem a ventilação natural cruzada (Figura 7).

Quanto à distribuição dos ambientes, o pavimento tipo é composto pela escadaria (14 m²), circulação (40 m²), sala de estar (19/27 m²), cozinha (8/12 m²), dormitório de empregado (3 m²), banheiro de empregado (1,5 m²), área de serviço (3 m²), área de ventilação/poço de luz (6/10 m²), banheiro (3,6/4 m²), dormitório (9 m²) e varanda (9 m²). Os ambientes internos de serviços e as circulações externas aos apartamentos possuem revestimento de piso cerâmico ou em marmorite. Já os ambientes sociais e íntimos possuem revestimento de piso em lambris de madeira.



Figura 7. Planta baixa do pavimento tipo do edifício dos Bancários em Passo Fundo. Fonte: Arquivos do INSS-RS, 2019 (adaptação própria).

A planta tipo dos apartamentos é dividida em setor íntimo (124 m²), setor de serviços (248 m²) e setor social (174 m²). Da mesma forma que no primeiro pavimento, a organização espacial do pavimento tipo é definida a partir do arranjo estrutural e, por consequência, das divisórias. A distribuição de malha estrutural se-

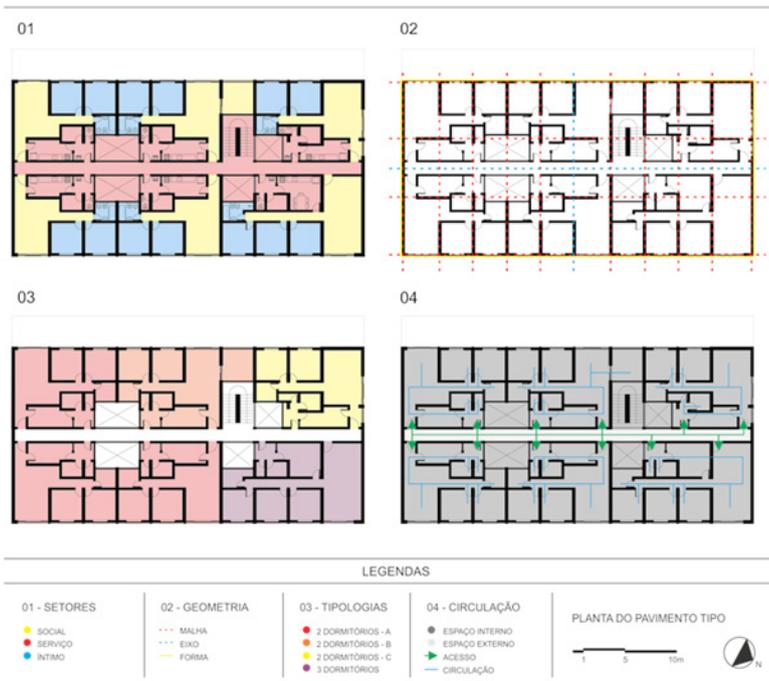


Figura 8. Análises gráficas da planta do pavimento tipo do edifício dos Bancários em Passo Fundo. Fonte: Arquivos do INSS-RS, 2019 (adaptação própria).

que o mesmo ordenamento e espaçamento do primeiro pavimento, mostrando uma concepção formal e construtiva baseada na funcionalidade interna, racionalização de dimensões e componentes, bem como na economia de materiais construtivos (Figura 8).

Nota-se que a tipologia de apartamentos com dois dormitórios “A” (74,90 m²) serviu de base para as demais composições, sendo replicada de forma espelhada nos sentidos longitudinal e transversal. A divisão explícita em três setores mostra a preocupação em racionalizar e distinguir as diferentes funções. Também é possível inferir a preocupação com a redução das circulações internas. Quanto à presença de dois acessos e ambientes voltados aos empregados, compreende-se que a edificação é dirigida para uma classe social mais

abastada, com condições de ter funcionários domésticos, ao passo que reproduz tradições da arquitetura colonial brasileira.

Para mais, a decisão por apenas quatro pavimentos, em geral, baseada nas experiências da arquitetura moderna alemã, permitiu a redução de custos ao suprimir a instalação de elevador. Contudo, a falta desse equipamento, associada à baixa dimensão de largura dos vãos de circulação e passagem, denota a despreocupação com a possibilidade de que houvesse moradores com mobilidade reduzida. Além disso, a planta do pavimento desenvolve-se a partir do eixo longitudinal de circulação que dá acesso aos apartamentos individuais e à circulação vertical. No interior das unidades habitacionais, a circulação principal desenvolve-se de forma linear em “T”, ramificando-se para cada ambiente.

Formalmente, o volume da edificação corresponde a um paralelepípedo quadrangular regular com predominância da horizontalidade. Nesta forma inicial, foi possível constatar a subtração da base, equivalente ao primeiro pavimento, e as adições em suas faces laterais, que correspondem aos frisos e revestimentos das fachadas. Tais transformações acentuam a sua horizontalidade, com destaque para as faixas horizontais que marcam a transição entre pavimentos e criam uma repetição nesse mesmo sentido. A porcentagem de áreas transparentes/vazias para opacas é de aproximadamente 20% no total das três principais fachadas, gerando uma repetição no sentido vertical, apenas alterada pela presença de aberturas tipo porta-sacada protegidas por peitoril horizontal.

A disposição dos elementos que compõem as fachadas do edifício segue a malha estrutural, que determina também as plantas baixas. Quanto à hierarquia formal, é possível distinguir claramente o embasamento de pilotis, o corpo da edificação, e o seu coroamento definido pela platibanda de fechamento da cobertura. Ademais, no-

ta-se a presença de proporção entre as fachadas, tendo as fachadas leste e oeste exatamente o dobro das dimensões das fachadas norte e sul (Figura 9).

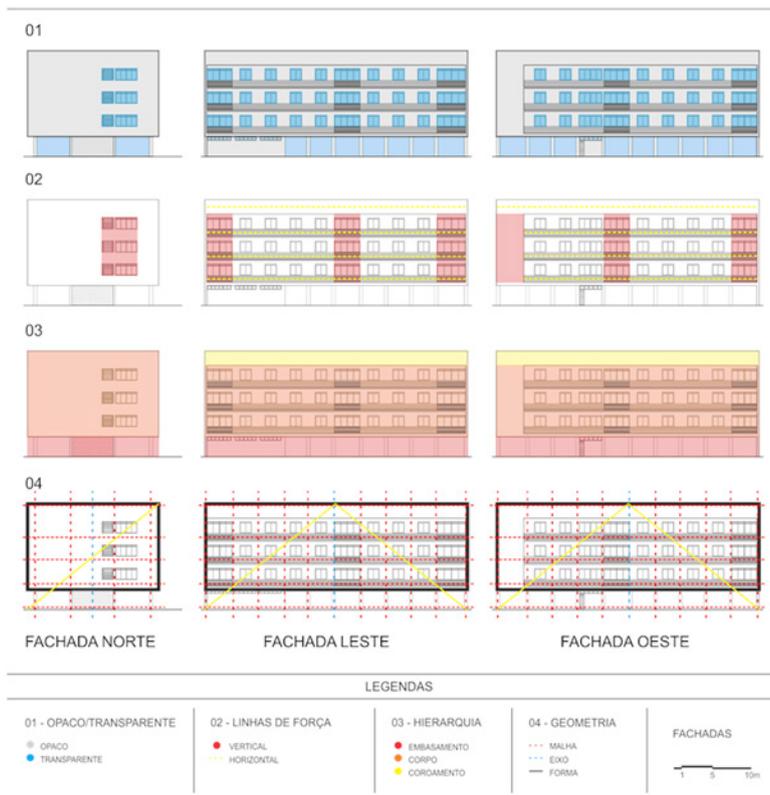


Figura 9. Análises gráficas das fachadas e volume do edifício dos Bancários em Passo Fundo. Fonte: Arquivos do INSS-RS, 2019 (adaptação própria).

Ainda, é possível perceber semelhanças formais e funcionais ao comparar o edifício dos Bancários em Passo Fundo com os projetos do IAPB para outras cidades sul-rio-grandenses. A saber, Santa Maria e Pelotas tiveram seus edifícios dos Bancários construídos, enquanto os projetos para as cidades de Porto Alegre e Erechim não foram executados (BONDUKI; KOURY, 2014; MARQUES,

2018). Ressalta-se que os projetos para Passo Fundo, Santa Maria e Pelotas datam do mesmo ano, 1953 (INSS, 2019; BONDUKI; KOURY, 2014; RIBEIRO, 2017).

Em todos os projetos dos edifícios dos Bancários para as cidades gaúchas supracitadas é possível notar a utilização de uma mesma planta base de apartamento como geradora para a concepção do pavimento tipo residencial (Figura 10). Do mesmo modo, como evidenciado no projeto do IAPB para Passo Fundo, constata-se que a tipologia de apartamentos com dois dormitórios e fosso de ventilação serviu de base para as demais composições. Por outro lado, em cada projeto, a planta base teve a disposição dos ambientes alterada, ou então ampliada para três dormitórios. Acredita-se que tais alterações ocorreram em função das diferenças no programa de necessidades ou em virtude das variações topográficas e de dimensões dos terrenos.

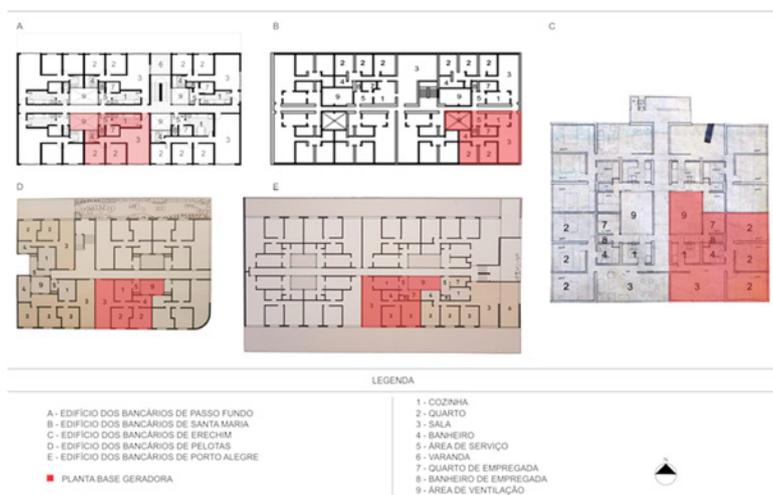


Figura 10. Análise das plantas de diferentes edifícios dos Bancários no estado do Rio Grande do Sul. Fonte: INSS, 2019; Marques, 2018; Ribeiro, 2017; Bonduki e Koury, 2014; (adaptação própria).

Formalmente, verifica-se que houve a tentativa de replicar o mesmo projeto do edifício dos Bancários para as cidades de Passo Fundo, Santa Maria e Porto Alegre, sendo que apenas o último não foi edificado (Figura 11). Assinala-se que nos edifícios de Santa Maria e de Passo Fundo, o primeiro pavimento abrigava as funções da agência do IAPB, tal como no projeto para Porto Alegre (BONDUKI; KOURY, 2014). Ainda, nos três projetos mencionados, as unidades residenciais se distribuem nos pavimentos superiores. No entanto, o edifício dos Bancários em Santa Maria apresenta dois pavimentos no subsolo, em virtude do grande desnível do terreno (RIBEIRO, 2017). Além disso, esse exemplar mantém conservado até os dias atuais as esquadrias originais em madeira, tipo guilhotina com venezianas, diferente do observado no caso de Passo Fundo. Por sua vez, o edifício dos Bancários em Pelotas assemelha-se aos demais pela predominância da horizontalidade e por também apresentar quatro pavimentos. Contudo, difere-se por possuir todos os pavimentos exclusivamente para o uso residencial.

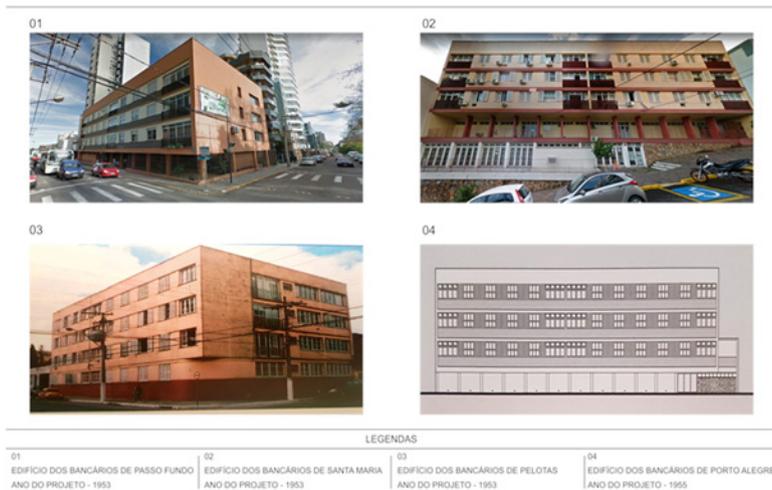


Figura 11. Edifícios dos Bancários no estado do Rio Grande do Sul. Fonte: Google Earth, 2011; Bonduki e Koury, 2014.

Atualmente, o edifício dos Bancários de Passo Fundo continua se destacando no contexto urbano local, não mais por contribuir na verticalização, mas sim pelo seu baixo gabarito e predominância da horizontalidade quando comparado à verticalidade das torres do entorno imediato, volumetricamente marcadas pela profusão de adições e subtrações, bem como pela grande quantidade de áreas envidraçadas e/ou revestidas com materiais cerâmicos.

Quanto à preservação, as principais alterações na edificação ficaram por conta do fechamento do primeiro pavimento com tela metálica por questões de segurança; da readaptação da antiga agência que, subdividida, deu lugar a três salas comerciais; da substituição das esquadrias originais de madeira por outras de alumínio e, sobretudo, da pintura externa, alterada para a cor azul. Portanto, de modo geral, a edificação apresenta um bom estado de conservação, visto que foi edificada há 62 anos, pois mantém os princípios modernos originais, como a permeabilidade, ainda que apenas visual, do primeiro pavimento; os elementos de marcação horizontal nas fachadas leste e oeste; a racionalidade das aberturas e dos espaços internos; tal como a sua volumetria marcadamente horizontal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construído na década de 1950, em uma época de importantes transformações socioeconômicas em nível nacional e local, o edifício dos Bancários contribuiu para a verticalização e introdução dos princípios modernos no espaço urbano de Passo Fundo. Afinal, contou com o primeiro pavimento livre sob pilotis, que integra os espaços público e privado; com o arranjo volumétrico predominantemente horizontal; e com a aplicação de novos materiais, técnicas

e processos construtivos, sendo necessária a contratação de uma empresa especializada de Porto Alegre para a execução da obra.

Ademais, ao analisar o projeto arquitetônico da edificação, tal como a sua inserção na cidade em questão, acredita-se que houve a preocupação dos técnicos do IAPB em implantar a edificação na área central da cidade, próxima aos principais equipamentos urbanos e ao local de trabalho dos bancários. Também percebe-se que a tipologia dos apartamentos, ao conter dependências para empregados, foi direcionada a uma parcela socialmente mais abastada de associados, visto que teriam condições financeiras de pagar pelos serviços diários de um funcionário doméstico.

Por fim, o estudo da atuação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões no campo habitacional, sobretudo em cidades distantes das capitais, é fundamental diante da necessidade do resgate histórico de suas ações e, especialmente, da salvaguarda do patrimônio arquitetônico moderno. Nesse sentido, este artigo contribui para as pesquisas acerca da habitação social promovida pelo poder público entre 1930 e 1964, assim como para o alargamento e registro da arquitetura moderna brasileira.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, N. G. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 7. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.

BONDUKI, N. G. *Os pioneiros da habitação social no Brasil: cem anos de política pública no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2014. v. 1.

BONDUKI, N. G.; KOURY, Ana Paula. *Os pioneiros da habitação social: inventário da produção pública no Brasil entre 1930 e 1964*.

São Paulo: UNESP, 2014. v. 2.

BRUNA, P. *Os Primeiros Arquitetos Modernos: habitação social no Brasil 1930-1950*. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

CLARK, R. H.; PAUSE, M. *Precedents in Architecture: analytic diagrams, formative ideas and parts*. 3. ed. New York: Wiley, 2004.

CORREIA, T. B. *A construção do habitat moderno no Brasil, 1870-1950*. São Carlos: RiMa Editores, 2004.

FARAH, M. F. S. *Estado, previdência social e habitação*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

FERRETTO, D. *Passo Fundo: estruturação urbana de uma cidade média gaúcha*. 2012. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-17072012-143123>. Acesso em: 10 fev. 2020.

FLORIO, A. M. T. *Os princípios orgânicos na obra de Frank Lloyd Wright: uma abordagem gráfica de exemplares residenciais*. Dissertação (mestrado em Arquitetura) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285151>. Acesso em: 5 mar. 2020.

FRAMPTON, K. *História crítica da arquitetura moderna*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

Grupo de Arquitetura e Planejamento - GAP. *Habitação Popular: inventário da ação governamental*. São Paulo: Finep, 1985.

GOSCH, L. R. M. *Passo Fundo, de Saturnino de Brito ao Mercosul – projetos e imagens urbanas*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censos demográficos 1940, 1950, 1960*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.

Processos de concessão de financiamentos CAPs/IAPs. 2019. Desenho técnico.

MARQUES, A. F. R. *Aldary Toledo: entre arte e arquitetura*. 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/3827>. Acesso em: 15 abr. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO – PMPF. *Documentos técnicos do Edifício dos Bancários*. 2019. Desenho técnico.

PORTO, R. *O problema das casas operárias e os institutos e caixas de pensões*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1938.

RIBEIRO, N. S. *Guia da arquitetura moderna em Santa Maria 1950-1960*. Curitiba: CRV, 2017.

*Foto área da região central de Passo
Fundo, década de 2010. Foto de Rafael
Czamanski. Acervo família Czamanski.*



PASSO FUNDO ADENTRA O SÉCULO XXI:

LEGISLAÇÃO E PLANEJAMENTO COMO
PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA

*Adriana Gelpi | Rosa Maria Locatelli Kalil
Wagner Mazetto de Oliveira | João Henrique Cenci*



O planejamento municipal através da Legislação Urbana e dos Planos Diretores revela-se como uma importante ferramenta na ordenação e apropriação do território. Os regramentos propostos sob a influência do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) trazem avanços na democratização do planejamento, na sua materialização e na sustentabilidade dos municípios. Como instrumentos de planejamento, de legislação e de organização da intervenção urbana, os Planos Diretores municipais apresentam e viabilizam novos paradigmas de renovação urbana em áreas centrais consolidadas, bem como de expansão regulamentada em áreas periféricas e fragilizadas.

Isso posto, o artigo aborda o município de Passo Fundo no contexto da revisão e da adequação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PASSO FUNDO, 1984), realizado em 1984, para adentrar ao século XXI em um novo momento de expansão urbana, através do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PASSO FUNDO, 2006), em 2006. Ali, documenta-se uma verticalização edilícia que abraça os tradicionais bairros de moradias e subcentros urbanos, mesclando ao uso residencial novos espaços comerciais e de serviços, diversificando, salutarmente, o mapa da cidade. Assim, novos centros de compras e loteamentos se espalham na malha urbana, sempre através de um cuidado ímpar com os parques e as áreas verdes tradicionais, que foram revitalizados e readequados com foco na sustentabilidade.

Dito isso, o trabalho tem como objetivo geral analisar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fun-

do (PDDI), a fim de verificar se a legislação reelaborada em 2006, realizada através de revisão do Plano Diretor de 1984, e após a promulgação do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), apresenta, em seu planejamento, avanços relativos à sustentabilidade municipal. Como objetivos específicos, a investigação define e compara indicadores que abordam a justiça social através de zoneamentos de uso do solo e de preservação ambiental, observando, em levantamento de campo, se a legislação proposta está sendo implementada.

METODOLOGIA: SELECIONANDO E COMPARANDO PARÂMETROS DE PLANEJAMENTO E SUSTENTABILIDADE

Para realizar a pesquisa, utilizamos como metodologia a identificação de parâmetros de sustentabilidade para, em seguida, comparar sua proposição em ambos os planos, verificando sua implantação no território municipal. Em relação aos parâmetros de sustentabilidade urbana, os Indicadores Comuns Europeus para a Sustentabilidade Local (EUROPEAN COMMUNITIES, 2001) exploram os temas: 1) satisfação dos cidadãos com a comunidade local; 2) contribuição local à mudança no clima global; 3) mobilidade local e transporte; 4) acessibilidade às áreas verdes e serviços; 5) qualidade do ar; 6) deslocamento casa-escola para crianças; 7) gestão sustentável de autoridades e empresas; 8) poluição acústica; 9) uso sustentável do território; e 10) produtos sustentáveis.

De acordo com Andrade (2005), foram identificados princípios de sustentabilidade associados à morfologia urbana que são observados nas políticas de ordenamento territorial e planejamento urbano das cidades europeias, entre eles: 1) equilíbrio entre desenvolvimento urbano e conservação do solo agrícola, florestal e de áreas verdes para lazer; 2) conservação do solo, dos ecossistemas e

dos entornos naturais; 3) mescla de funções urbanas e equilíbrio entre habitação/trabalho; 4) diversidade social nos bairros e nos edifícios; 5) controle dos deslocamentos e do tráfego rodado; 6) proteção do ar e da água; 7) redução de moléstias causadas pelo ruído; 8) gestão dos resíduos; e 9) preservação dos conjuntos urbanos de interesse e do património imobiliário.

Conforme Scussel (2007), quando os princípios de sustentabilidade são analisados, verifica-se que os padrões urbanísticos sempre estiveram presentes enquanto diretrizes formadoras do espaço das cidades. Jacobs (1967) já abordava que uma forma de sustentar viva e saudável a estrutura urbana é manter sua diversidade. Isto é, o bairro deve cumprir mais que uma função primária, portanto, não pode se especializar. Também, a maioria das quadras deve ser curta, com ruas frequentes, oportunizando a dobra de esquinas. Da mesma forma, o bairro deve mesclar edifícios de idade e condições variadas, bem como ser suficientemente denso, independentemente da hora do dia, sem áreas vazias e/ou desprovidas de animação urbana.

Então, entendemos que distribuir os serviços e equipamentos, promovendo a diversificação urbana, é um dos aspectos da cidade sustentável. É nesse sentido que o Plano Diretor deve contribuir, buscando cumprir seu instrumento de orientação da expansão e renovação urbana, na gestão dos investimentos e na diversificação do uso do solo.

Neste trabalho, como indicadores de sustentabilidade urbana, exploramos os seguintes aspectos: a) o planejamento que contempla um zoneamento equilibrado entre desenvolvimento urbano e conservação do solo dedicado às atividades agrícolas, florestais e de lazer; b) a existência de centralidades e subcentralidades urbanas que democratizam a acessibilidade e racionalizam deslocamentos; e c) os zoneamentos diversificados de uso do solo e os índices urbanísticos

que permitem a permeabilidade da água, do ar e do sol no tecido urbano.

ZONEAMENTO DE USO DO SOLO

Segundo Deák (2017), o uso do solo corresponde ao conjunto de atividades realizadas pela sociedade sobre a aglomeração urbana assentada em localizações individuais combinadas com padrões ou tipos de assentamento. Para o autor, o uso do solo é uma combinação de um tipo de uso (atividade) e de um tipo de assentamento (edificação). A seu turno, Del Rio (1990) coloca que o uso do solo trata de tipos de funções e intensidades de utilização do solo nas edificações. O autor afirma que a variedade e a mistura de funções compatíveis entre si e sua utilização nas 24 horas do dia, com densidades compatíveis, pode gerar áreas urbanas com vitalidade, postura diversa daquela preconizada pelo Movimento Moderno, em sua proposição de rigidez de usos, ou seja, a monofuncionalidade de setores urbanos.

De acordo com o Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP, 2014), a combinação equilibrada entre usos e atividades complementares, como uso residencial e comercial numa mesma edificação, promove espaços urbanos com mais vitalidade, trazendo a sensação de segurança, o que acaba atraindo pedestres e ciclistas para esses entornos. O uso misto reduz a natureza pendular dos deslocamentos casa-trabalho-casa, o que diminui o consumo de energia. Para mais, moradias de diferentes custos permitem que trabalhadores vivam mais perto do trabalho, evitando a dependência do transporte e de energia.

Numa revisão dos zoneamentos de usos urbanos, compreendemos que a multifuncionalidade do uso do solo, planejada de forma adequada visando a mistura de usos durante 24 horas por dia, torna

a cidade mais sustentável. Isso ocorre porque se utiliza da custosa infraestrutura urbana em todas as horas do dia, aproximando pessoas, evitando deslocamentos veiculares, promovendo a segurança e facilitando a mobilidade a pé e em ciclovias. Os multiusos urbanos também promovem a construção de lugares, a vivência dos espaços abertos, dos jogos e diversões ao ar livre.

CENTRALIDADES E SUBCENTRALIDADES URBANAS

De acordo com Villaça (1998), centralidades e subcentralidades urbanas são os centros e subcentros (existentes e incentivados) dispostos na área urbana do município e que fazem parte da estrutura da cidade. Ambos são entendidos como zonas de oferta bem distribuídas das facilidades urbanas, definidas pelo zoneamento do uso do solo, que assistem à comunidade nas necessidades básicas de trabalho, educação, comércio, serviços, transporte e lazer, bem como democratizam o acesso aos benefícios urbanos e diminuem a necessidade de deslocamentos onerosos e de consumo de energia. Portanto, cidades mais sustentáveis disponibilizam aos seus moradores uma diversidade de centros urbanos, criando lugares e atraindo usos diferenciados, que atendem à população, contribuem para deslocamentos racionais e, conseqüentemente, economizam tempo e energia.

OS ÍNDICES URBANÍSTICOS

Os índices urbanísticos são parâmetros norteadores e permissíveis da forma da construção e densidade urbana. Segundo Freitas e Lombardo (2007), estudos acerca do planejamento ambiental trazem novos paradigmas para o desenvolvimento sustentável. Os autores ressaltam que usos e ocupação do solo induzem a diferentes

condições de conforto ambiental, por exemplo, altas temperaturas são verificadas em áreas com crescimento vertical intenso, densidade demográfica excessiva e pouca quantidade de vegetação. Conforme Edwards (2004), o papel desempenhado por edifícios e cidades é fundamental na concepção do desenvolvimento sustentável, pois permitem, quando propostos adequadamente, a utilização máxima da infraestrutura ofertada, otimizando redes em função da monofuncionalidade sazonal ou por baixa demanda. Ainda, a ótima utilização dos insumos e redes disponíveis contribui para uma gestão qualificada, para a racionalização de custos e de investimentos municipais, liberando valores que serão investidos em áreas fragilizadas ou na extensão de equipamentos públicos para toda a população.

O PLANEJAMENTO MUNICIPAL DE PASSO FUNDO COMO ESTUDO DE CASO

Tomamos como estudo de caso Passo Fundo, município polo, localizado na região Norte do Rio Grande do Sul, com 200 mil habitantes. Como importante centro biomédico e estudantil no Sul do país, desenvolveu-se através da agroindústria e da prestação de serviços, destacando-se como significativo entroncamento rodoviário entre São Paulo e Buenos Aires (Figura 1).

A cidade recebeu seu primeiro Plano de Diretrizes Urbanas em 1919, realizado por Saturnino de Brito, que realçou o saneamento urbano através de infraestrutura sanitária, tratamento e abastecimento de água, além de diretrizes de embelezamento e de expansão urbana (GOSCH, 2002). Em 1953, seu primeiro Plano Diretor orientou o crescimento da cidade, localizando equipamentos coletivos no centro urbano que já ocupava 1.400 ha, sendo 80 deles na área central, mais adensada (PAIVA *et al.*, 1953).

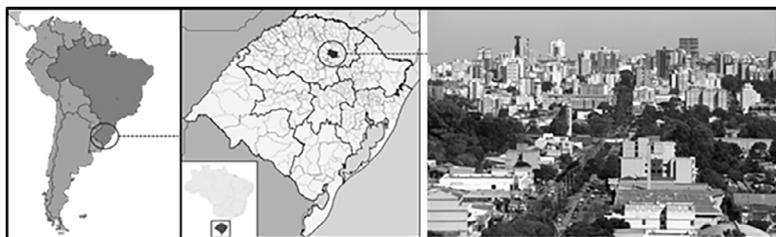


Figura 1: Localização de Passo Fundo, RS, Brasil e América Latina. Fonte: Wikipedia; blogosfero.cc/ipea

Em 1984, foi elaborado o II Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (II PDDU), que além de procurar conter a urbanização entre as vias Perimetrais Sul e Leste, incentivou o adensamento e a verticalização da área central, reforçando uma condição já existente no Plano de 1953. Essa tendência significou, conforme Tedesco *et al.* (2007), uma alteração no valor do solo no centro da cidade, estabelecendo altas taxas de ocupação e índices de aproveitamento. O impacto deste zoneamento pode ser avaliado através do volume da construção civil no período de 1980-1999, quando foram construídos cerca de três milhões de metros quadrados, aproximadamente 16 mil pavimentos. Nesse período, a cidade ganhou nova escala e o edifício de apartamentos consolidou-se como padrão para a vida moderna do passo-fundense. De acordo com Sobarzo (2010, p. 92):

[...] essa tendência à concentração da verticalização no centro foi incentivada pelo II Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (II PDDU) de 1984, respondendo a interesses públicos e privados. O interesse do poder público era dar à cidade uma imagem de grande centro urbano. Já os interesses privados centravam-se na possibilidade de estimular a construção e os negócios imobiliários. Assim, o plano significou uma alteração no valor do solo do centro, estabelecendo altas taxas de ocupação e índices de

aproveitamento. [...] pode ser exemplificada pela não obrigatoriedade dos recuos entre as construções e a dispensa de vagas de estacionamento para apartamentos tipo *quintete* e um dormitório.

No século XXI, a área urbana de Passo Fundo encontra-se parcialmente contida pelas avenidas perimetrais que a contornam, evitando que o tráfego pesado adentre seu espaço urbano. A cidade está estruturada no sentido leste-oeste pela avenida Brasil e no sentido norte-sul pelas avenidas Sete de Setembro e Presidente Vargas, sendo o cruzamento destas avenidas a área central e verticalizada da cidade. No espaço central, localizam-se o maior número de equipamentos, como as instituições que coordenam e polarizam toda região, as melhores facilidades, as áreas de lazer e de recreação. No entorno do centro, acomodam-se bairros e loteamentos, costurados de forma desencontrada, formando um tecido de áreas em adensamento permeadas por áreas vazias. Ainda, reproduzindo cidades maiores, a periferia é rarefeita, com loteamentos habitacionais carentes, não havendo equipamentos adequados ou suficientes para educação, esporte, cultura e recreação.

Paralelamente à verticalização da área central, ocorreu o processo de expansão urbana em loteamentos populares. Nos anos de 1980 a 1999 foram aprovados 38 novos loteamentos pela prefeitura, somando área de 2.401.052 m², sendo oferecidos 5.177 lotes para atender à demanda da população originalmente rural. Esta expansão urbana, autorizada pelo poder público, formou uma periferia desprovida de infraestrutura adequada, sem saneamento básico e integração com o centro urbano consolidado (GOSCH, 2005). Além disso, constatamos que o PDDU de 1984, ao incentivar a concentração e densificação urbana, criou também, nessa renovação edilícia, vários conflitos no centro da cidade. Por exemplo, a degradação

ambiental e o sombreamento urbano trazido pela verticalização, o aumento dos riscos nas áreas de abastecimento em função do adensamento populacional na área central, a poluição orgânica, e a contaminação do rio Passo Fundo pelo esgoto doméstico e pluvial sem o devido tratamento e proteção ambiental (Figura 2).

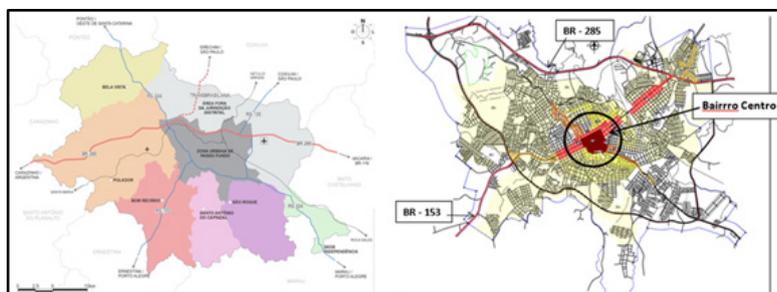


Figura 2: Distritos do Município de Passo Fundo e área urbana no PDDU – 1984. Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO, 2014; GELPI, A. et al., 2012.

ANALISANDO O PLANEJAMENTO URBANO E A SUSTENTABILIDADE

Para Villaça (1998), os anos de 1990 representaram o fim de um período na história do planejamento urbano brasileiro, porque marcaram o início do processo de politização, derivado do avanço da consciência e organização populares. Esta politização ficou clara nas metodologias de elaboração e nos conteúdos de alguns planos diretores em várias cidades importantes do país.

Todavia, no Brasil, conforme o autor, os Planos Diretores têm histórico duvidoso. Quando começaram a ser elaborados no país, a partir dos anos 1960, em sua maioria, não atingiram os objetivos propostos. Em determinado período, os planos passaram a não valer por seus resultados, funcionando mais como um produto intelectual descolado da realidade, inserindo-se na produção de um enor-

me arsenal de ideias sobre a cidade e sobre o planejamento urbano, alimentando-se de si próprios.

Passo Fundo, em razão do debate promovido pelo Estatuto da Cidade, revisou o Plano Diretor de 1984, trabalho realizado com participação comunitária, exigência imposta pelo Estatuto da Cidade. O novo Plano Diretor de 2006 buscou maior equilíbrio de usos e qualidade ambiental para a cidade. A intenção é explicitada quando analisamos as diretrizes básicas que norteiam o discurso e a Lei n. 170/06 do PDDI de 2006, posto que abordam: I – redução das desigualdades sociais, através da ampliação da oferta de terra urbana, moradia, saneamento, infraestrutura, transporte, serviços públicos, trabalho, renda, cultura e lazer para os passo-fundenses; II – supremacia do interesse público sobre o interesse individual; III – desenvolvimento municipal e regional sustentável; IV – participação e controle social sobre as políticas públicas; V – autonomia municipal e cooperação federativa. No artigo 4º, que expõe os princípios do desenvolvimento local, a função social da propriedade é considerada o núcleo fundamental do próprio direito de propriedade. Nesse sentido, busca a concretização de uma cidade mais sustentável através do equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, o planejamento participativo e a efetivação dos direitos sociais.

Mas como podemos avaliar se o discurso político e a lei norteadora do desenvolvimento municipal de uma cidade de porte médio, do interior do Rio Grande do Sul, contribuem para sua adequada expansão e desenvolvimento, materializando as diretrizes mais justas, sociais, ambientais e urbanísticas? Através da metodologia proposta de estudos comparativos da legislação e dos índices urbanísticos entre os Planos Diretores, pudemos aprofundar a narrativa em relação à preservação ambiental, ao planejamento participativo e à efetivação dos direitos sociais.

Numa análise inicial, constatamos que a questão social, a sustentabilidade e a participação cidadã são fatores contemplados no atual discurso político e na lei que rege o município. Neste estudo comparativo, verificamos que o espaço urbano de Passo Fundo conformado pelo PDDU de 1984, em especial sua zona central, contrastava com as diretrizes de sustentabilidade preconizadas pelo Estatuto da Cidade, como a necessidade da participação comunitária na organização do território – o que não houve –, a ausência de uma legislação detalhada para a preservação ambiental, a falta de uma legislação para o controle da permeabilidade urbana, a priorização do transporte coletivo e a valorização do pedestre.

Durante os estudos que nortearam este trabalho, também averiguamos que, na revisão do Plano Diretor, novas regras restringem discretamente a verticalização e a densidade na área central da cidade, incentivando, por outro lado, a densificação e verticalização nos bairros, otimizando a infraestrutura disponível em toda a área urbana. Logo, foram definidas novas formas de uso e ocupação do solo, menos restritivas ao uso do solo, incentivando a mistura de funções, dinamizando a vida urbana e evitando os longos deslocamentos que a setorização funcionalista preconizava. Ainda, uma clara definição das áreas permissíveis à expansão urbana e de outras com ocupação muito controlada contribuem para uma legislação que transforma as áreas urbana e rural do município. Dessa forma, o PPDI de 2006 tentou diminuir a tendência de concentração da verticalização urbana, permitindo maior adensamento nos bairros da cidade, com uso misto e diversificado, estabelecendo recuos edilícios indispensáveis, a exemplo da obrigatoriedade de estacionamentos compatíveis ao porte das edificações. Dentre outras medidas tomadas na revisão do planejamento, podemos pontuar:

ANTIGOS DISTRITOS E CENTRALIDADE URBANA X MACROZONEAMENTO MUNICIPAL

No PDDI de 2006 houve um avanço no planejamento municipal, sendo o território do município compreendido e tratado como um todo. O território municipal antes formado legalmente por uma área urbana e outra rural, com seus distritos, e desvinculada dos processos urbanos, foi ordenado com funções definidas, considerando-se a vocação e possibilidades locais, tendo-se especial cuidado na demarcação de zonas de preservação ambiental. Em suma, o Plano Diretor de 2006 encarrega-se do desenvolvimento municipal e legisla sobre todo o território, entendendo as vocações do município como partes integrantes e relacionadas de um processo.

Nesse sentido, a área rural, setorizada apenas por distritos administrativos, passou a ser tratada como parte formadora do território municipal, integrante e determinante da área urbana municipal, e assim definida: 01 – Macrozona Urbana: porção territorial com predominância de funções urbanas, a cidade; 02 – Macrozona de Proteção dos Mananciais Hídricos: porção territorial que abriga parte da bacia hidrográfica dos rios Passo Fundo e Arroio Miranda, responsáveis pelo abastecimento de água; 03 – Macrozona de Produção Agropastoril: porção territorial com vocação para produção extensiva, com topografia ondulada, médias e grandes propriedades, lavouras extensivas de produção de grãos, reflorestamento comerciais e áreas de pecuária; 04 – Macrozona Mista: porção territorial com vocação agrícola de origem familiar, com topografia ondulada, alto índice de cobertura vegetal nativa e de reflorestamento, pequenas propriedades, atividades agroindustriais, olarias, suinocultura e avicultura; e 05 – Macrozona de Produção Agrofamiliar: porção territorial de transição entre a Macrozona de Produção Agrofamiliar

e a de Produção Agropastoril, com pequenas e médias propriedades, com agroindústria e agricultura familiar (Figura 3).

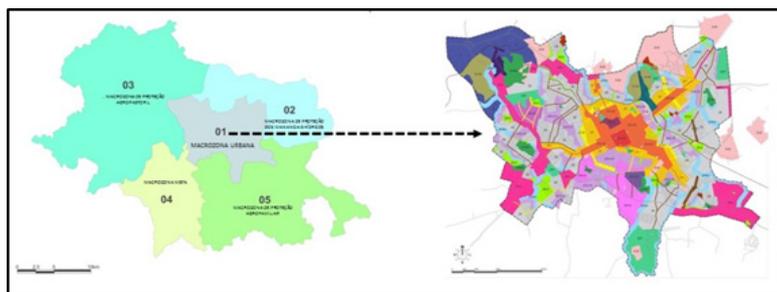


Figura 3: PDDI - 2006 com macrozoneamento municipal e macrozona urbana. Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO, 2014.

Em relação às áreas de preservação ambiental, foram definidas e detalhadas as áreas destinadas à proteção do ambiente natural e de sua recuperação, dividindo-se em: Zona de Proteção dos Recursos Hídricos (ZPRH); Zona de Proteção da Mata Nativa (ZPMN); Zona de Recuperação Ambiental (ZRA), Zona de Ocupação Controlada Um (ZOC1); Zona de Ocupação Controlada Dois (ZOC2). A ZPRH, por abrigar as nascentes dos recursos hídricos que abastecem a cidade, passou a ter grande relevância. Em função disso, limitou-se a expansão urbana nessa direção e, ao mesmo tempo, induziu-se o crescimento da cidade na direção oposta. Ainda, houve o cuidado do zoneamento e demarcação de áreas urbanas de preservação ambiental através de Áreas de Preservação Permanente (APPs), áreas de nascentes, de banhados, de bordas de córregos e rios urbanos.

PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E EXPANSÃO URBANA

As nascentes do rio Passo Fundo, de onde é coletada a água para o abastecimento da população da cidade, encontram-se na região noroeste da malha urbana. Diante dessa questão, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 2006 limitou a ocupação do território naquela direção, quer proibindo o uso e a ocupação do solo, quer limitando significativamente a urbanização, os loteamentos e seus índices construtivos.

Por outro lado, delimitou claramente e promoveu a área de expansão urbana na direção oeste da cidade, nos setores oito e nove, por onde a cidade se expandiu através de loteamentos planejados. Nessa área periférica, a pesquisa de campo identificou a implantação de significativas infraestruturas, como a abertura de vias, a aprovação de loteamentos populares que abrigam conjuntos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida, a construção e ampliação de escolas de ensino infantil e fundamental, bem como a demarcação de áreas de preservação ambiental.

Além disso, houve uma parceria público-privada para a manutenção do ginásio Teixeira, um bem público que passou a abrigar a agremiação futebolística Esporte Gaúcho. A agremiação organizou e revitalizou uma edificação implantada em grande área, que se encontrava praticamente abandonada, resgatando para a comunidade, em especial à população dos setores oito e nove, uma área de lazer e esportes. Ainda, na revisão do Plano Diretor, constatou-se importantes avanços em relação à compreensão da questão municipal, seja na abrangência da legislação como também quanto à demarcação das áreas de expansão urbana, pois diferente de outras áreas com loteamentos populares na cidade, tratados como apêndices, como o bairro Zachia, nos setores oito e nove foram identificadas uma série de vias em implantação, que conectam os setores em expansão ao

centro urbano da cidade, tratando-os, mesmo com expansão urbana, como partes integrantes da cidade formal.

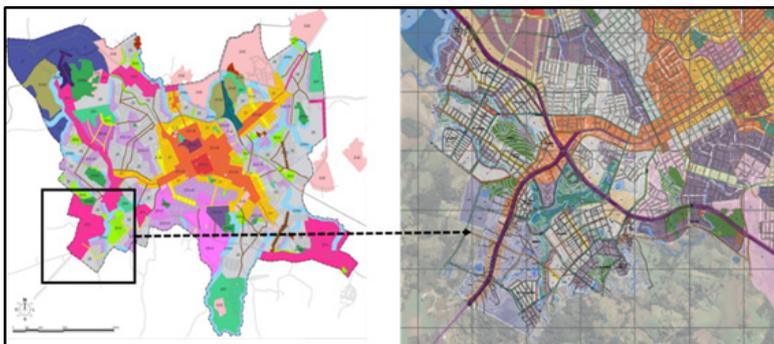


Figura 4. Expansão urbana planejada na cidade de Passo Fundo: setores oito e nove. Fonte: Adaptado de PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO, 2013.

A Figura 5 apresenta, detalhadamente, os setores oito e nove, áreas de expansão urbana da cidade de Passo Fundo. Esta região periférica é constituída, basicamente, como toda a periferia urbana das cidades do terceiro mundo, de habitações e conjuntos habitacionais de população de baixa renda. Nesse contexto, o esforço do planejamento municipal destaca-se na proposta de integração urbana através da abertura de vias que articulam esta expansão à cidade formal.

A pesquisa de campo registrou a execução de obras viárias, com pavimentação de pistas de rolamento e de passeios, a construção e qualificação de escolas, e uma parceria público-privada na construção de conjuntos de moradias dentro do programa Minha Casa Minha Vida. O transporte público conecta a população com equipamentos e trabalho, mas ainda são poucas as áreas de lazer em nível local. Também, cabe dizer que antigos caminhos e polos de assistência à comunidade carente emergem como subcentros locais, com escolas, posto médico, comércio diário e alguns serviços.

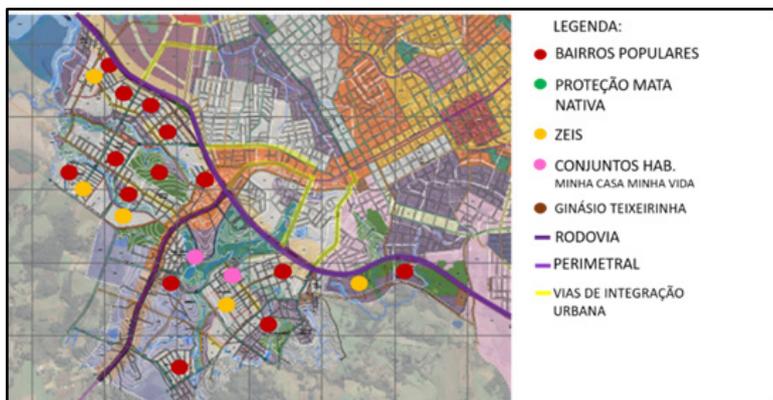


Figura 5. Setores oito e nove – detalhes do território: infraestrutura, equipamentos e preservação ambiental. Fonte: Adaptado de PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO, 2013

ZONEAMENTO RÍGIDO X DIVERSIFICAÇÃO DO USO DO SOLO

O PDDU de 1984 registrava uma Zona Comercial Central bem definida e quatro eixos comerciais, que acompanhavam os principais eixos viários da cidade em direção a quatro subcentros comerciais ainda emergentes, mas com poucas áreas de expansão de uso diversificado, no sentido transversal às vias. Circundando essas zonas e eixos comerciais, passava-se, de imediato, às zonas predominantemente residenciais. Percebemos, portanto, que se trata de um planejamento embasado em um zoneamento bastante rígido. Conforme a Figura 6, comparativamente, o PDDI de 2006 transformou a Zona Comercial Central em Zona de Uso Misto, assim como ampliou a diversificação do uso do solo e subdividiu os eixos de expansão urbana em dois zoneamentos complementares: a Zona Mista e as Zonas de Transição.

Com isso, pretendeu ampliar e densificar, controladamente, maior área urbana, aproximando periferias e centralidades por meio

da diversificação e do fortalecimento do uso do solo misto, evitando os usos exclusivos. Na estrutura urbana proposta pela revisão do Plano Diretor, fica clara a intenção de reforçar os subcentros existentes, integrando-os aos eixos viários estruturadores, que conduzem da Zona Central às Zonas de Ocupação Mista e de Transição (Figura 7).

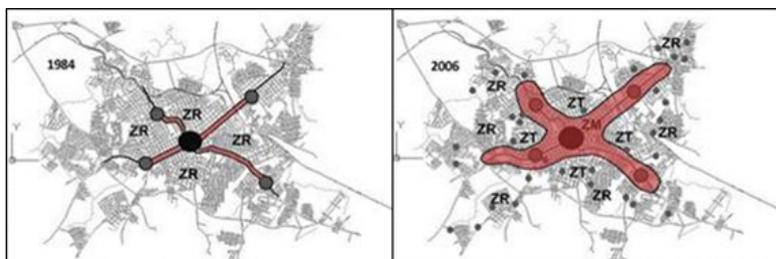


Figura 6. Área urbana do município de Passo Fundo - Estudo comparativo de zoneamentos entre os planos de 1984 e 2006. Fonte: GELPI, A. et al., 2012.

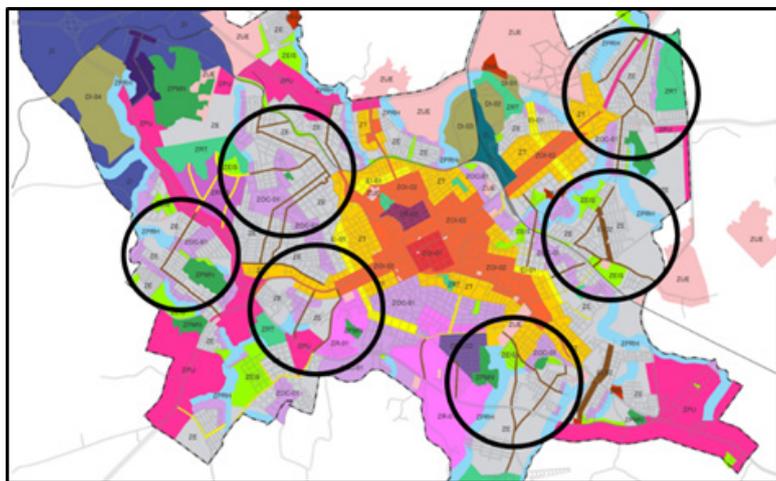


Figura 7. Eixos indutores previstos no PDDI de 2006. Fonte: Adaptado de PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO, 2014.

Os ÍNDICES CONSTRUTIVOS

O PDDU de 1984 contribuiu para o adensamento e verticalização do centro da cidade. A permissão de taxas de ocupação elevadas, com pavimentos inferiores cobrindo todo o lote, até no mínimo 12 m de altura, acarretou falta de espaçamentos mínimos entre os prédios – os recuos laterais entre as edificações –, não permitindo aeração, ventilação e insolação adequadas entre os edifícios. Mais que isso, a impermeabilização do solo através da construção maciça já dificultava a drenagem urbana, alagando áreas da cidade após as chuvas. Ademais, a falta de recuos frontais aproximaram os prédios em altura, criando estreitas vias de circulação, causando o sombreamento das edificações e dos passeios e ocasionando, também, o fenômeno de “túnel de vento”, trazendo desconforto para os moradores e transeuntes.

Quando comparamos os dois Planos Diretores, especialmente em relação à zona central da cidade, constatamos que o PDDI de 2006 consagra relativa restrição dos índices construtivos e das taxas de ocupação do solo. No documento, propõe-se recuos laterais e frontais obrigatórios, favorecendo a ambiência urbana através de aeração, ventilação e insolação. Também sugere uma taxa de permeabilidade, proibindo a impermeabilização total do terreno através da ocupação parcial do lote, permitindo a absorção das águas pluviais ainda dentro do lote urbano, evitando alagamento de vias, erosão do solo e comprometimento do patrimônio construído (Figura 8, na página seguinte).

ÁREAS DE LAZER E DE INTERESSE SOCIAL

No PDDU de 2006, e atendendo ao Estatuto da Cidade, houve a definição de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), ou seja, áreas para investimento público em habitação social. Além disso,

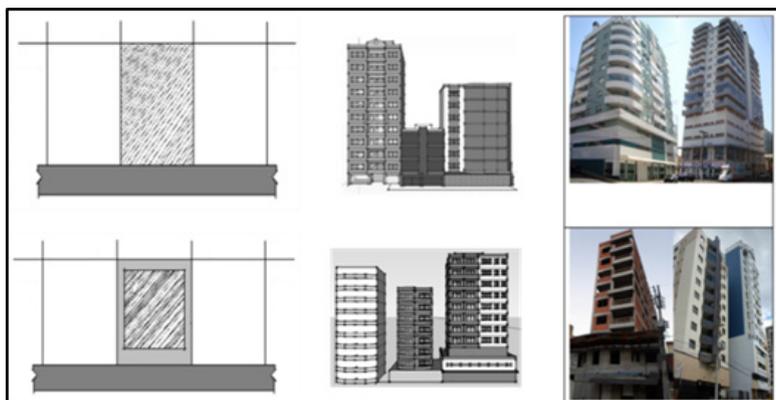


Figura 8. Estudo comparativo entre ocupação do lote: planos de 1984 e 2006. Fonte: GEL-PI, A. et al., 2012.

houve a definição e manutenção de áreas de preservação e de lazer intraurbanas, assim como em áreas não urbanizadas. Em relação às áreas de interesse social, a maioria delas está localizada em áreas periféricas, mas algumas se aproximam do principal centro urbano, onde já estão edificados alguns condomínios para população de baixa renda. Três áreas verdes destacam-se neste Plano Diretor: uma já existente e revitalizada, o parque da Gare (1); outra de preservação, o parque do Banhado da Vergueiro (2); e uma área verde urbanizada, o parque Linear (3). No Banhado da Vergueiro, implantou-se a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, e no parque Linear foram dispostos equipamentos e mobiliários urbanos. Todas as áreas são abertas ao público, atendendo à demanda de lazer, educação, cultura e preservação (Figura 9).

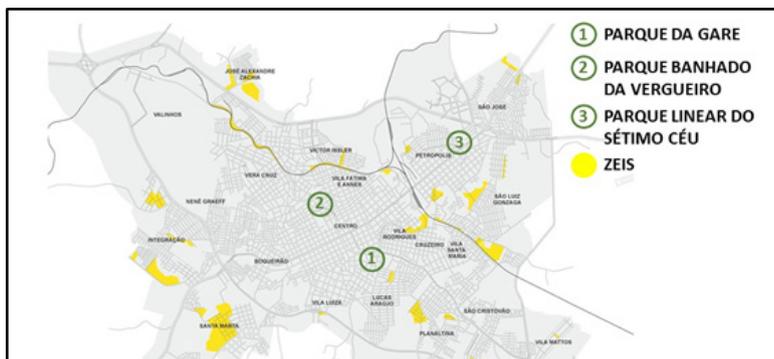


Figura 9. Zonas interesse social, áreas verdes, de lazer e preservação ambiental no PDDI 2006. Fonte: Adaptado de PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO, 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise comparativa dos Planos Diretores e do levantamento de campo realizado para documentar a implementação do processo, podemos concluir que a revisão do Plano Diretor de Passo Fundo, implementada em 2006 sob as normativas gerais do Estatuto da Cidade, buscou contemplar a democracia urbana e uma maior justiça social. O trabalho definiu e analisou parâmetros de sustentabilidade urbana, e num estudo comparativo, é possível afirmar que a revisão do documento traz propostas e legislação que qualificam e democratizam, teoricamente, a vida urbana.

O zoneamento, a estruturação e a organização funcional de toda a área municipal concebida e reconhecida através do PDDI de 2006 demonstram o avanço do corpo técnico municipal na compreensão com relação ao território de um município e, consequentemente, à importante integração de suas funções e atividades sobre o território. A legislação também é bastante definitiva na área de preservação ambiental, entendendo a relevância da preservação de

remanescentes florestais, do cuidado com orlas de rios e banhados urbanos.

A regulamentação avança ao vocacionar – mas não impedir – o uso de atividades complementares e diferenciadas nas macrozonas não urbanas. Na área urbana, a diversificação do uso do solo em várias situações dinamiza o espaço do cotidiano, culminando em qualidade de vida e segurança aos cidadãos. Nesse contexto, é importante registrar, em especial, a mescla de usos e a delimitação de várias áreas de interesse social.

A descentralização normatizada do uso do solo busca distribuir adequadamente os benefícios e equipamentos urbanos, conectando áreas periféricas tanto a eixos indutores de desenvolvimento quanto às subcentralidades, aproximando bairros e áreas urbanas mais afastadas a áreas mais bem servidas de facilidades, ao mesmo tempo em que induz, através do uso do solo diversificado, novos empreendimentos em áreas onde havia predominância do uso habitacional.

Em relação aos índices construtivos, embora pequena, houve uma restrição geral à massa construída, especialmente na área central, já bastante saturada de edificações e que acarretam sombreamento às áreas de recreação e convívio. Desse modo, recuos frontais e laterais, restringindo índices construtivos, foram propostos e implementados. Também, foi normatizada e sancionada uma taxa de permeabilidade urbana, buscando, dentro dos lotes urbanos, uma maior absorção das águas pluviais e diminuição das enxurradas, suscitando benefícios e qualidade urbana para toda a população. Outrossim, os usos mistos permissíveis descentralizam, aproximam e diminuem distâncias, pois o uso do solo mais diversificado contribui para uma vida urbana mais democrática, mais justa, mais sustentável e acessível, bem como diminui a necessidade de deslocamentos, promovendo e valorizando a vizinhança.

Ressaltamos, nesta conclusão, o avanço no trato da periferia em expansão. Afinal, os setores oito e nove, morada da população carente, recebem infraestrutura de conexão com o centro da cidade, com via em pavimentação, e abrigam equipamentos urbanos que permitem melhor qualidade de vida.

Isso posto, podemos afirmar que a qualificação urbana das cidades parte de uma legislação organizada de forma participativa, que valoriza a diversificação da estrutura urbana e a forma da cidade. Para tanto, também é necessário que esta legislação seja atendida, devendo sua implementação ser monitorada pela sociedade civil organizada, que faça cumprir as normativas propostas, através de seus Conselhos Municipais e outros mecanismos de participação cidadã.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. M. *Agenda verde x agenda marrom – inexistência de princípios metodológicos para o desenho de assentamentos urbanos*. 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

BRASIL. *Estatuto da Cidade: lei 10257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana*. Brasília, câmara dos deputados, 2001, primeira edição. COMISSÃO DAS DEAK, C. *Uso do Solo – verbetes*. <http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/c7-deak/CD/4verb/usodosolo/index.html>. Acesso em: 18 maio 2017.

DÉAK, C e SCHIFFER, S. R. (org.) *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo, EDUSP, 1999.

DEL RIO, V. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini, 1990.

EDWARDS, B. *Guía básica de la sostenibilidad*. Barcelona: Gustavo Gili, 2004.

EUROPEAN COMMUNITIES. *Towards a local sustainability profile – European Common Indicators. Methodology Sheets*. Luxembourg: Office for Official publications of the European Communities, 2001.

FEE - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Municípios: Passo Fundo*. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br>. Acesso em: maio 2008.

FREITAS, M. K; LOMBARDO, M. A. Índices urbanísticos e qualidade ambiental em áreas centrais de metrópoles: o caso de São Paulo. *Mercator: Revista de Geografia da UFC, Fortaleza*, v. 6, n. 12, 2007. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/47/21>. Acesso em: 28 set. 2010.

GELPI, A.; KALIL, R. M. L.; SPIELMANN, T.; ROSALEN, A. D. Urban sustainability and spatial quality: urban law in medium-sized cities. *International Journal of Energy and Environment* (Print), v. 6, p. 370 - 377, 2012.

GOSCH, L. R. M. *Passo Fundo de Saturnino de Brito ao Mercosul: projetos e imagens urbanas*. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenho Urbano) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

ITDP-INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO. *Padrão de qualidade TOD v 2.1*. Rio de Janeiro, 2014.

JACOBS, J. *Muerte y vida de las grandes ciudades*. Madrid: Península, 1967.

PAIVA, Edvaldo; MACEDO, Francisco; RIBEIRO, Demétrio; GRAEFF, Edgar. *Passo Fundo: plano diretor*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 1953.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano*. Passo Fundo: 1984.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado*. Passo Fundo: 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. *Plano Urbanís-*

tico Local – Setores 8 e 9/ Passo Fundo: BID, PMPF, 2013

SCUSSEL, M. C. B. *O lugar de morar em Porto Alegre: uma abordagem para avaliar aspectos de qualificação do espaço residencial, à luz de princípios de sustentabilidade*. 2007. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SOBARZO, Oscar. Passo Fundo: cidade média com funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio. In: SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (org.). *Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 29-100.

TEDESCO, J. C.; KALIL, R. M. L.; GOSCH, L. R. M.; GELPI, A.; CORAZZA, J. Passo Fundo e a produção do território pós-anos 1950: migração e urbanização. In: BATISTELLA, A. (org.) *Passo Fundo, sua história*. v. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007.

VILLAÇA, F. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem pelo apoio e recursos recebidos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Universidade de Passo Fundo (UPF), por meio em diversos projetos de pesquisa e bolsas de iniciação científica.

*Vista aérea parcial do parque da Gare. Fonte:
Imagem de divulgação Prefeitura Municipal
de Passo Fundo. Foto de Alex Borgmann.*



PLANEJAMENTO, ESTRUTURAÇÃO E GESTÃO:

PASSO FUNDO NO SÉCULO XXI

Ana Paula Wickert

Larissa de Rezende



Chegamos ao século XXI, momento único da história, em que o apogeu das cidades é tão intenso que a maioria da população mundial vive em áreas urbanas. Neste contexto de forte urbanização, a cidade, objeto de atração e encantamento desde o início do século XX, vem sendo abalada pela maior pandemia do século, a qual ainda não se encerrou enquanto desenhamos esta análise. A pandemia está trazendo à tona diversos problemas urbanos, como a falta de saneamento básico, a escassez de espaços públicos e a dificuldade que as cidades possuem de integrar as políticas públicas de saúde com o planejamento urbano.

No caso de Passo Fundo, em 2021, segundo dados calculados a partir do censo de 2010, 97% da população encontra-se na área urbana. Portanto, com mais de um século e meio de história, a cidade se confirma como polo regional nos âmbitos da saúde, da educação e dos serviços, e como uma localidade urbanizada e adensada, que enfrenta toda diversidade de desafios oriundos desta posição.

Um ponto fundamental para a análise da construção da cidade é a compreensão de que uma urbe se constrói no tempo, respondendo aos anseios de cada época, de forma coletiva e a partir de uma ampla gama de interesses e forças políticas e sociais. A definição de diretrizes de atuação e planejamento urbano respondem a essas forças, gerando as legislações urbanísticas e, também, influenciando na definição dos investimentos públicos que configuram a imagem da cidade, de seu ambiente e território.

No século XXI, a gestão inteligente das cidades é um dos fa-

tores mais influentes para o desenvolvimento sustentável. Além disso, o confronto entre os desafios já existentes com a recuperação econômica e retomada dos espaços públicos pós pandemia serão as principais pautas dos gestores e dos pesquisadores, tendo em vista a relevância da pesquisa e dos dados estruturados para o embasamento das ações técnicas sobre o espaço urbano.

A discussão sobre a cidade e o planejamento urbano tomou corpo na segunda metade do século XX, mas o assunto já estava em voga, embora tímido, no século XIX. Posteriormente, enveredou para o urbanismo tecnicista do movimento moderno e da Carta de Atenas, focado nos deslocamentos em carro e da setorização das cidades e implantação de subúrbios.

Já na década de 1950, as cidades devastadas pela Segunda Guerra começaram a ser reconstruídas, e o zoneamento restritivo tecnicista passou a ser questionado. Urbanistas e sociólogos observaram que organizar a cidade com segregação de funções não trazia bons resultados, pois a vida acontece onde há mistura, sobreposição de funções. Consequentemente, a cidade da especulação e do automóvel começou a ser colocada em xeque.

Logo, a nova cultura urbana outorgou um relevante papel aos espaços públicos, surgindo com força as disciplinas de paisagismo e de desenho urbano. À época, a discussão da qualidade do espaço urbano tomou forma nos clássicos trabalhos de Jane Jacobs, *Morte e vida de grandes cidades*, e de Henri Lefebvre, *O Direito à Cidade*. Ambos criticam o urbanismo racionalista, que valoriza os bairros e comunidades tradicionais, e questionam os princípios da Carta de Atenas.

Nesse sentido, espaços públicos vibrantes e inclusivos, com lazer, cultura e esporte, configuram pontos nodais para uma política que pensa em devolver ao cidadão o direito à cidade. A compreensão

de que o planejamento urbano deve incorporar, além da gestão do território, a gestão das transformações sociais é fundamental para que os resultados das intervenções urbanas impactem positivamente na qualidade de vida.

Afinal, os espaços públicos são elementos configuradores da paisagem urbana desde a antiguidade, e, na história da civilização, cada época estabelece diferentes relações com estes espaços. Outrossim, inegavelmente, os espaços públicos ocupam lugar central na configuração da condição humana. Segundo Arendt (2007, p. 17), “o que quer que toque a vida humana ou entre em duradoura relação com ela, assume imediatamente o caráter de condição da existência humana”. Em outras palavras, podemos dizer que se as intervenções urbanas tocam a vida humana, ou melhor, se conseguirmos – através delas – entrar no “coração” do cidadão, elas passam a ser elementos fundamentais à condição humana, isto é, não há como uma cidade retroceder quando os projetos e as intervenções transformam a realidade do cidadão.

Paralelamente, as teorias urbanísticas da pós-modernidade nos indicam a importância de garantir a vivacidade dos espaços urbanos como um dos principais fatores para obtenção de cidades seguras, bem como para a promoção da cultura entre os cidadãos, tornando os ambientes mais interessantes e convidativos (Jacobs, 2001). Desse modo, o planejamento urbano com enfoque no espaço público deve ter grande importância nas políticas públicas da municipalidade, pois sua estruturação é considerada um dos principais fatores de lazer e de democratização da cidade (MATOS, 2001).

De acordo com Jan Gehl (2013), existem quatro premissas que devem nortear o planejamento urbano: vitalidade, segurança, saúde e sustentabilidade. Para alcançar esses objetivos, a metodologia utilizada deve ser a preocupação com pedestres e com a vida na cidade

em geral. Afinal, uma cidade viva precisa de uma vida urbana variada e complexa, onde as atividades sociais e de lazer estejam combinadas, deixando espaço para a necessária circulação de pedestres e tráfego, bem como oportunidades para participação da vida urbana.

Na atualidade, as relações entre o ser humano e os espaços públicos vem tomando proporções muito mais complexas do que em qualquer outro período da história. Por exemplo, praças e parques possuem um intenso caráter social e político, e suas nuances vão muito além, incorporando questões de saúde física e mental, mobilidade urbana, sustentabilidade, entre outras.

PASSO FUNDO E O PLANEJAMENTO URBANO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO

A ocupação do território de Passo Fundo tem quase dois séculos de história. Em 1835 já se tinha notícias da ocupação deste local com cinco ou seis ranchos. Já próximo a meados do século XIX, em 1843, além da capela, o povoado possuía nove casas, sendo duas comerciais. E no primeiro registro oficial da freguesia, em 1853, se observa a organização das casas ao longo do caminho das tropas (Gosch, 2005).

Assim, até finais do século XIX, a ocupação do território seguia sempre orientada pelo caminho das tropas, atual avenida Brasil, na direção oeste, bairro Boqueirão. A Igreja Matriz, concluída em 1832, estava localizada em frente à única praça da localidade, a praça Tamandaré, enfatizando a relação tradicional de implantação da igreja diante de uma praça.

Já no início do século XX, em 1907, a cidade possuía quatro praças: ao norte, a praça Tamandaré (1906), em frente à antiga Igre-

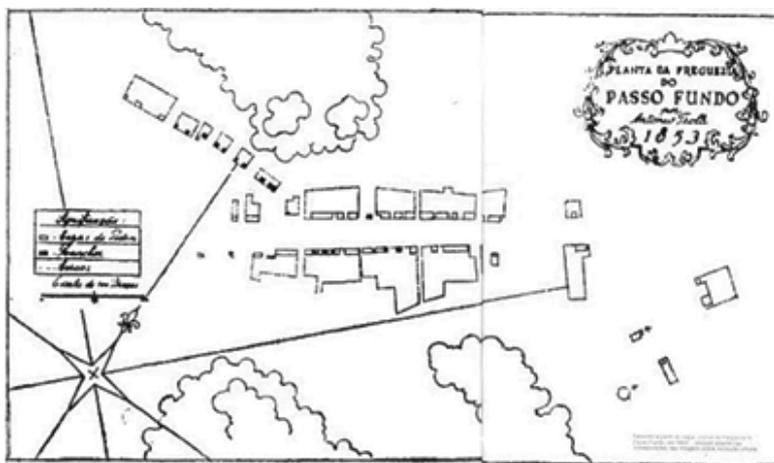


Figura 1: Freguesia de Passo Fundo 1853. Fonte: Plano Diretor, Passo Fundo. Reimpresão Aldeia Sul: 2000.

ja Matriz; a leste, a praça Marechal Floriano (1913), localizada em frente à Catedral; e as praças Marechal Deodoro, ao sul, e da Boa Vista (década de 1880), a oeste, extintas para dar lugar a escolas (Bonatto, 2017).

Em 1929, as cinco principais praças da área central da cidade já estavam implantadas, e foram fundamentais para a estruturação dos bairros e ocupação no seu entorno. Até hoje, as praças Tamandaré, Marechal Floriano, Ernesto Tochetto, Antonio Xavier de Oliveira e Capitão Jovino configuram espaços fundamentais para a cidade. Também a avenida Brasil já apresentava na época sua morfologia característica de largos canteiros, que com o passar dos anos foram sendo arborizados e onde atualmente está implementado um parque linear.

Na década de 1950, o primeiro Plano Diretor da cidade, desenvolvido sob o viés modernista, previu a implantação de diversos equipamentos públicos – que nunca foram edificados –, porém esta legislação acabou por orientar o desenvolvimento e implantação de novos bairros em Passo Fundo.

Nas décadas de 1970 e 1980, a cidade percebeu um grande salto na sua urbanização, sofrendo uma importante mudança de status diante da região, consolidando-se como capital regional do Planalto Médio. O comércio, os serviços de saúde e o ensino, aliados à produção rural, sustentaram o desenvolvimento econômico e a atratividade da cidade.

O Plano Diretor de 1979 buscou conter a expansão da cidade dentro das perimetrais, bem como adotou medidas para a gestão da industrialização no território. No entanto, os novos loteamentos extrapolaram as áreas demarcadas e ocuparam territórios carentes de infraestrutura. Essa expansão rápida criou um problema de déficit de áreas públicas e áreas verdes estruturadas na periferia da cidade. Afinal, ainda que a lei federal preveja a doação de percentual de área do loteamento para implantação de espaço público, os donos dos locais não cumpriam seu papel social, pois até 2013 eram doados sem a implantação da estrutura, deixando sob responsabilidade do município esses investimentos.

Nesse ínterim, surge também o primeiro parque na área central: o parque da Gare. Em 1985, a partir de negociações do município com a Viação Férrea, o parque foi criado na área dos remanescentes ferroviários, junto à avenida Sete de Setembro. À época, os trilhos haviam sido removidos da área central da cidade e a estação férrea transferida para o bairro Petrópolis.

Entretanto, embora a cidade possuísse cinco grandes praças e um parque com 5 hectares em área central, eles não eram efetivamente norteadores do desenvolvimento urbano. A título de exemplo, o parque da Gare foi implantado parcialmente e até sua nova revitalização, em 2016, não era um ponto de indução da ocupação do território.

Em 2006, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado im-

plementou uma visão mais complexa da cidade, a partir da aplicação de diversos conceitos do Estatuto da Cidade. Nesse plano, os espaços públicos passaram a ter maior relevância na estruturação da cidade e algumas exigências foram impostas, buscando dividir com a iniciativa privada os ônus e os bônus da urbanização.

Ademais, o entendimento de que espaços públicos estruturados garantem qualidade de vida e melhoria dos índices de desenvolvimento humano, segurança e saúde passaram a orientar as decisões do planejamento urbano na cidade. Porém, para que os projetos implementados sejam efetivamente transformadores da realidade, é preciso uma integração transversal entre o planejamento urbano, a legislação urbana e as políticas de ocupação do espaço público, que devem ser implantadas para além do planejamento urbano em si.

OS ESPAÇOS PÚBLICOS NA GESTÃO CONTEMPORÂNEA

Em um município que é polo regional de atração de pessoas e de investimentos, a estruturação planejada das áreas verdes é fundamental, tendo em vista que, além da população estar concentrada na área urbana, a cidade recebe diariamente centenas de pessoas de outras localidades, que também acabam usufruindo dos espaços verdes.

Em 2013, a cidade apresentava carência de espaços públicos qualificados e problemas de abandono e insegurança nas áreas verdes. O enfrentamento a essa questão, segundo Jacobs (2001), deve ser a busca pela integração dos espaços verdes à cidade e à malha urbana e não sua segregação em áreas restritas, configurando-se como a principal estratégia para implantar uma cidade viva e segura. Nessa perspectiva, os parques urbanos devem buscar conexão com a vizinhança à qual pertencem, através de atividades em comum, dando

diversas possibilidades de uso à população, tornando o ambiente atrativo em diferentes horários do dia e para diferentes públicos.

Partindo desse pressuposto teórico, através de um programa financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), desenvolveu-se o Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público (PEEUEL) com o objetivo de diagnosticar as áreas públicas, seu grau de estruturação e carência de equipamentos, e a partir daí organizar as prioridades de investimento e ações a curto, médio e longo prazo. O plano considerou a análise das áreas públicas como um todo, incluindo equipamentos de educação, cultura, saúde, lazer e áreas verdes. De posse dos dados espacializados e sistematizados, uma das definições prioritárias foi a ampliação da oferta de parques públicos e áreas verdes estruturadas em diferentes bairros da cidade.

O planejamento urbano integrado foi fundamental para estabelecer uma política pública de implantação de parques urbanos, entendendo a importância da distribuição territorial desses espaços, do caráter de cada parque e das ações de fomento e uso dos parques como fundamentais.

As fichas de intervenções (Figura 2) denominadas pelo PEEUEL (2014) para o caso dos espaços públicos apresentaram informações que se referiam à situação de cada área e descreviam detalhadamente a proposta de intervenção, a saber: diretrizes, lista e descrição dos equipamentos urbanos, uma possível proposta de alteração de zoneamento urbano e a proposição dos parâmetros urbanísticos, e, após todos esses levantamentos, uma estimativa orçamentária para a proposição.

A definição das obras prioritárias do PEEUEL (2014) ocorreu a partir da análise da realidade urbana da cidade no ano de 2013. Assim sendo, foram indicados cinco investimentos prioritários: im-



Figura 2: Ficha de análise produzida dentro do PEEUEL. Fonte: PEEUEL, 2014.

plantação de parques lineares; implantação de parque na área ambiental do Banhado da Vergueiro; revitalização da área do Quartel do Exército; revitalização do espaço Cultural Roseli Doleski Preto; e revitalização do parque da Gare.

Dentre os setores classificados como prioritários no levantamento do PEEUEL (2014), a área do Antigo Quartel do Exército foi repassada pela União para a Universidade Federal Fronteira Sul e ali foi instalado um campus universitário com cursos da área da saúde, fomentando o caráter voltado à saúde e ao ensino que a cidade já possui e, ao mesmo tempo, revitalizando a área. Esta não é uma área de parque, porém foi firmado um termo de compromisso entre a universidade e poder público para a criação de um campus parque.

A ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE PARQUES URBANOS

A partir da elaboração do planejamento macro, definiram-se as áreas prioritárias para intervenção e, com essa organização, foi possível determinar a prioridade na captação de recursos, na gestão da legislação e na gestão de projetos. Em seis anos foram estruturados

sete parques, computando aproximadamente 215.000 m² de áreas verdes em diferentes bairros da cidade. Além dos parques, foram revitalizadas praças em toda a cidade, com brinquedos, academias e áreas de estar.

As intervenções iniciaram em 2014 e os parques foram sendo inaugurados entre o final de 2014 e o ano de 2019. Os projetos foram realizados com participação popular, conferindo o caráter de integração da comunidade ao processo. Fortalecendo essa política, atualmente, a questão dos espaços públicos está sendo discutida no âmbito da revisão do Plano Diretor como forte diretriz estruturadora para o futuro da cidade, assim como estratégia de lazer, sustentabilidade urbana e saúde coletiva.

Para executar essa diretriz, a gestão investiu em duas linhas principais:

- estruturação de áreas que já eram de propriedade da municipalidade, porém que estavam ociosas ou mal estruturadas;
- exigência de que as novas áreas verdes doadas ao município por empreendedores em novos loteamentos fossem entregues estruturadas, assim, eles cumprem o seu papel social e desonera o poder público dos investimentos para sua estruturação.

Isso posto, salientamos que a mudança de paradigmas na construção da cidade vem transformando as relações sociais e o uso dos espaços por parte dos cidadãos. Cada parque foi projetado e pensado a partir das peculiaridades do bairro e da área verde em si, resultando em espaços diversos e vivazes que atraem centenas de visitantes a cada dia.

Ademais, o plano de estruturação de áreas verdes entende a construção desses locais como um sistema, que poderá, em breve, receber intervenções que os conectem, através de corredores verdes. Dessa forma, além do projeto dos parques em si, já se trabalha com o plano de conectividade entre eles, pensando na expansão da influência dessas áreas.

Quanto à apropriação dos novos espaços, a estratégia estabelecida foi a implantação de uma gama de programas e atividades que garantem o interesse da população pelos espaços públicos, catalisando a mudança de comportamento em relação à cidade.

Dos sete parques implantados e estruturados em Passo Fundo, quatro foram realizados pelo poder público: parque Linear da Avenida Brasil (2014); parque Linear do Sétimo Céu (2016); parque da Gare (2016) e o parque Banhado da Vergueiro (2016).

Os outros três espaços estão localizados em áreas verdes doadas à municipalidade, em projetos de parcelamento do solo, pela iniciativa privada. Todos estão localizados em bairros de interesse social e contam com quadras esportivas e áreas de lazer e convívio, e desde já estão sendo utilizados, antes mesmo da ocupação dos novos loteamentos que lhes deram origem.

OS PARQUES IMPLANTADOS E ESTRUTURADOS PELO PODER PÚBLICO:

A apropriação dos espaços públicos pelas pessoas passou a ser uma marca da gestão em Passo Fundo, com o conceito de pertencimento, as áreas que antes eram lugares de depredação, hoje estão consolidadas na vida da população passo-fundense. Nesse viés, abordamos, brevemente, os espaços implantados pelo poder público.

PARQUE LINEAR DA AVENIDA BRASIL

A avenida Brasil é a principal via arterial da cidade e possui uma morfologia caracterizada por canteiros com larguras médias de 20 a 30 m, isso se deve à sua configuração histórica – foi via de passagem de tropeiros no século XIX. A arborização desses espaços data da década de 1970 e já representava, antes da revitalização, uma área verde densa, mas que não possuía estrutura adequada.



Figura 3: Vista geral do parque Linear da Avenida Brasil. Fonte: Imagem de divulgação Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Foto de Alex Borgmann.

Portanto, a primeira intervenção realizada nesta área foi a implantação de uma via interna com 1,5 km de lineares de ciclovias e

espaços de caminhadas inaugurados em 2014. Sublinha-se que a primeira iniciativa de ciclovia na cidade tinha como objetivo fomentar o uso da bicicleta como meio de lazer, para paulatinamente incentivar o uso como elemento de mobilidade urbana, o que foi efetivamente executado através do sistema de bicicletas compartilhadas que está implantado ao longo do parque.



Figura 4: Esquema de transformação dos canteiros em área de lazer e ciclovia. Fonte: Imagem de divulgação Prefeitura Municipal de Passo Fundo.

Em poucos meses, a ciclovia foi ampliada em mais 1,5 km, atendendo a bairros mais longínquos. Também foram sendo realizados investimentos na estruturação de áreas de convívio e de estar, bem como na revitalização do conjunto histórico e cultural Roseli Doleski Preto.

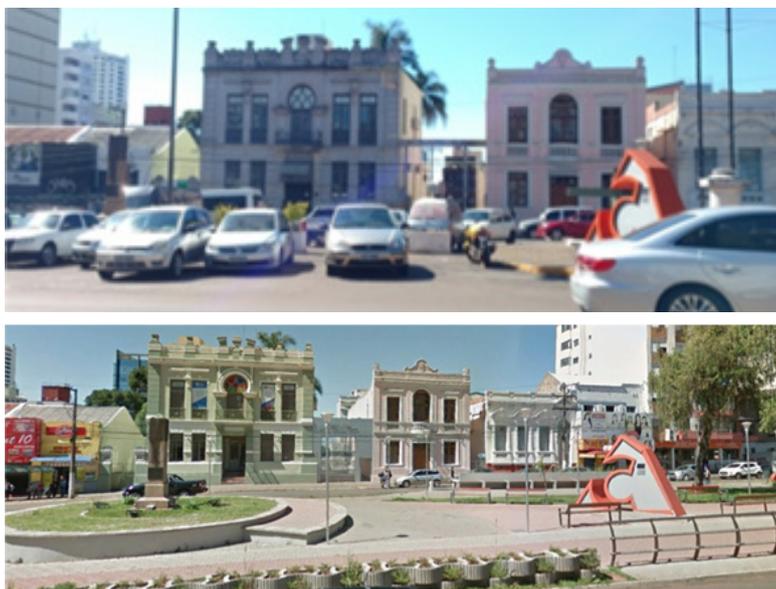


Figura 5. Transformação dos canteiros em área de lazer e revitalização dos prédios históricos tombados. Fonte: Imagem de divulgação Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Ana Paula Wickert

PARQUE LINEAR SÉTIMO CÉU

Localizado no bairro Petrópolis, numa área com 28.000 m², é conhecido há décadas como o mais belo observatório da cidade e do pôr do sol; em contrapartida, tornou-se perigoso devido à falta de urbanização. Diante disso, em 2014, a partir de uma movimentação da comunidade, a gestão pública desenvolveu um projeto para implantar áreas de lazer integradoras, devolvendo o espaço ao uso pleno.

A extensão do parque é de aproximadamente 1,5 km, divididos em onze canteiros. A ciclovia, com extensão de 3 km entre ida e volta, é seu maior destaque. Ainda, conta com equipamentos urbanos que contemplam pista de skate, quadra de esporte, cancha de bocha,

playground e academia ao ar livre. Inaugurado no ano de 2016, o parque Linear Sétimo Céu teve aceitação imediata da população, que se apropriou definitivamente do espaço.

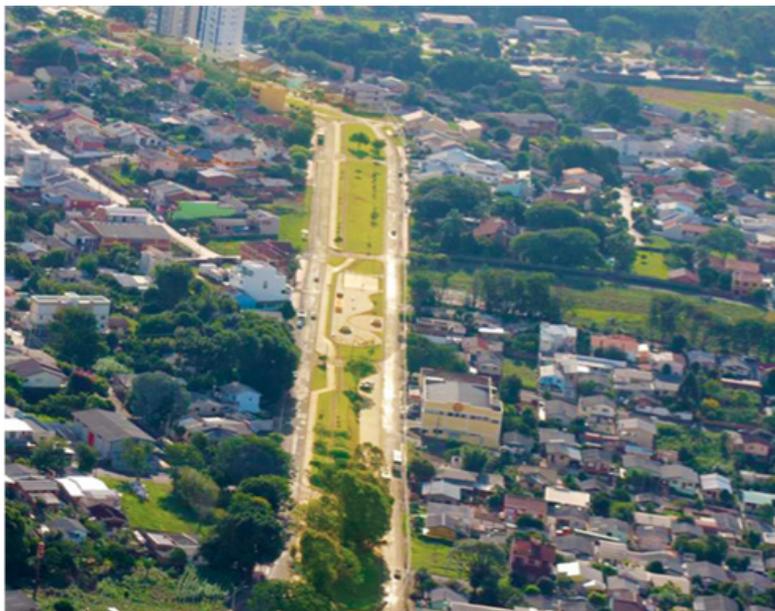


Figura 6. Vista geral do parque Linear da Sétimo Céu. Fonte: Imagem de divulgação Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Foto de Alex Borgmann.

PARQUE BANhado DA VERGUEIRO

Por sua vez, o parque Banhado da Vergueiro (2016), localizado no bairro Vergueiro, apresenta grande biodiversidade de plantas e animais, porém, em 20 anos, não recebeu nenhuma intervenção do poder público. Em 2013, o espaço permanecia abandonado (Figura 7) e vinha sendo local de depósito de lixo, alvo de queimadas, abrigo para usuários de drogas e delinquentes.



Figura 7: Parque ambiental Banhado da Vergueiro antes da intervenção. Fonte: Divulgação Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Foto de Ana Paula Wickert.

Sua estruturação envolveu ONGs e o Ministério Público, em amplo processo de definição das estratégias ideais para preservar o meio ambiente e revitalizar a área. O projeto, com características de parque ambiental, além de preservar a fauna e flora nativas, hoje recebe milhares de alunos das escolas públicas e privadas em um programa de educação ambiental que aborda questões sobre a preservação da água e o bioma banhado.

Com um projeto arquitetônico sustentável, o parque ambiental Banhado da Vergueiro (Figura 8 e 9) é o primeiro do município a contar com cercamento em toda sua extensão, com a premissa de preservar flora e fauna. Também, por ser uma área de interesse/preservação ambiental, no local foi construída a Secretaria do Meio Ambiente.

O parque faz divisa com três bairros e por estar próximo da área central, colabora para que a população de todas as regiões da cidade possa frequentá-lo. Inaugurado em 2016, o espaço mantém os equipamentos conservados e não tem registros de vandalismo. Além disso, tornou-se referência no estado ao unir preservação do meio ambiente e do patrimônio público com mais segurança.



Figura 8: Vista do parque ambiental Banhado da Vergueiro e Secretaria de Meio Ambiente. Fonte: Imagem de divulgação Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Foto de Alex Borgmann.



Figura 9: Vista geral do parque ambiental Banhado da Vergueiro. Fonte: Imagem de divulgação Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Foto de Alex Borgmann.

PARQUE DA GARE

A revitalização e requalificação do parque da Gare (2016) foi definida como intervenção prioritária no Plano de Estruturação de



Figura 10: Vista aérea parcial do parque da Gare. Fonte: Imagem de divulgação Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Foto de Alex Borgmann.

Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público (PEEUEL, 2014), e contou com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Originalmente, comportava a área do recinto ferroviário, implantado no final do século XIX, onde além da estação férrea estavam inseridos diversos usos referentes à ferrovia. Configura-se como importante espaço da memória e identidade da cidade, e é a maior área verde urbana e central do município, com mais de 50.000 m². Nos anos 1980, foi transformado em parque urbano, porém sua implantação jamais foi concluída, gerando um espaço pouco atrativo e que, com o tempo e em virtude da falta de manutenção, se tornou impróprio e inseguro para a comunidade frequentar.

A revitalização do parque da Gare (Figura 10), de reconhecimento internacional, foi a principal intervenção da gestão: a estraté-



Figura 11: Antiga estação férrea, atual Complexo Gastronômico. Foto de Ana Paula Wickert

gia foi buscar uma variedade de equipamentos que garantisse o uso continuado do espaço, buscando, assim, maior segurança, vivacidade e atratividade.

Desse modo, atualmente, o parque conta com equipamentos de esporte, como quadra esportiva, pistas de bicicleta, skate, caminhada e ciclovia; e com algumas atividades econômicas, como a Feira do Produtor de Agricultura Familiar; o Prisma Estação da Cultura, espaço de tecnologias e multimeios para leitura e games; o Complexo Gastronômico e Cultural, implantado na edificação histórica da antiga estação férrea, gerenciado pela iniciativa privada através de licitação (Figuras 11 e 12).

Além destas áreas, o parque possui espaço para shows e feiras, brinquedos, academia ao ar livre e áreas de preservação, com cinco nascentes e um lago. Este parque foi premiado em nível nacional, sendo finalista na categoria de melhor projeto de arquitetura do Instituto Tomie Ohtake e Archdaily, em 2017.



Figura 12: À esquerda, antiga estação férrea, atual Complexo Gastronômico, e à direita, nova Feira do Produtor. Foto de Ana Paula Wickert.

A MUDANÇA DE PARADIGMA: USO E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Para garantir o sucesso e a apropriação efetiva das áreas verdes, deve-se pensar além da estrutura física dos espaços. Uma articulação entre as secretarias municipais e a sociedade organizada é fundamental para fomentar a atratividade e o uso dos parques (Wickert, 2019). Os programas de uso e apropriação do espaço são tão ou mais importantes que a própria estruturação em si. Portanto, convidar a comunidade constantemente para o uso do espaço urbano é a chave do sucesso destes projetos. Nesse sentido, as atividades e a programação propostas devem ser abrangentes e permanentes.

Em Passo Fundo, o foco inciduiu nas áreas de arte urbana, de esporte, de educação, de lazer e de cultura. Assim, podem ser citados o edital de arte urbana, onde artistas receberam incentivo financeiro para propor obras de arte nos parques; o música na praça e o esporte na praça, contando com agenda itinerante de shows e aulas ou com-

petições nos espaços públicos; o programa Passo Fundo Vai de Bici, com a implantação de sistema gratuito de bicicletas compartilhadas, além de passeios ciclísticos; o programa de educação ambiental para alunos do ensino infantil e fundamental, com visita guiada no Parque Banhado da Vergueiro (Figuras 13 e 14).



Figura 13: Crianças fazendo aula de educação ambiental no Parque Banhado da Vergueiro. Fonte: Divulgação Secretaria do Meio Ambiente PMPF.



Figura 14: Espetáculo de teatro na arena do parque da Gare. Fonte: Divulgação PMPF, foto de Alex Borgmann.

Por outro lado, as atividades econômicas também são fundamentais nos parques, como a Feira do Produtor e o Complexo Gastronômico, pois garantem, através do comércio e serviço, a diferenciada utilização do espaço por milhares de pessoas na semana, além de gerar emprego e renda. Para mais, os espaços são concessionados, ou seja, desonera o poder público de sua manutenção e contribuem na gestão do espaço coletivo.

Em suma, a estruturação de um sistema de parques na cidade resultou ser efetivo na transformação social, mudando o comportamento dos cidadãos em relação ao uso e convívio no espaço público, fato comprovado pela observação de milhares de pessoas nestas áreas nos fins de semana, que antes passavam seu tempo com outra atividade diversa.

Além das áreas implantadas, para médio prazo, as diretrizes estão garantindo a continuidade desta política pública, e já estão em andamento estudos para garantir a ampliação das áreas verdes estruturadas na legislação do Plano Diretor, bem como o projeto dos corredores verdes, que conectará os parques a partir de ciclovias, calçadas alargadas e vegetação, criando uma rota verde e acessível entre as áreas estruturadas.

A gestão do planejamento integrado do território, articulada com a gestão das atividades de fomento do uso do espaço público e de interação social, demonstra o que os referenciais bibliográficos citados no início deste capítulo defendem: as áreas trabalhadas em Passo Fundo foram amplamente apropriadas pela comunidade, com redução dos índices de vandalismo e criminalidade, e considerável ampliação no número de usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da revitalização das áreas verdes são considerados transformadores. A comunidade se apropriou definitivamente destes espaços, demonstrando a carência que a cidade tinha de lugares para lazer, esporte, cultura e convívio. O baixo nível de depreciação também externa a valorização da maioria da população, tendência que deve aumentar com o passar dos anos, principalmente se olharmos o histórico da cidade, que carecia de espaços públicos.

O convívio social e cultural junto à natureza em áreas centrais comprova que os investimentos em áreas verdes são tão importantes quanto os demais investimentos estruturais. Como indicadores da prática de revitalização das áreas verdes, podemos elencar:

- início da estruturação de uma eficiente rede de espaços livres de uso público e equipamentos urbanos comunitários de atenção básica, capaz de atender às demandas populacionais projetadas;
- preservação dos ecossistemas naturais existentes, em diversos níveis de integridade, como matas, parques existentes ou previstos, praças, áreas de conservação ambiental, banhados e brejos;
- identificação e implementação de percursos de pedestres, tais como caminhos verdes, ciclovias, ciclofaixas e bicicletários. Em todos os espaços públicos citados, uma ou mais características são encontradas.

O fato de o poder público promover e incentivar as atividades de lazer, cultura e educação nas áreas verdes que receberam revitalização, certamente, contribui para o sucesso do programa. Con-

sequentemente, com maior circulação de pessoas nessas áreas, amplia-se a segurança e sensação de pertencimento ao espaço público, a valorização imobiliária pela melhoria cidadina, o engajamento comunitário e a otimização do patrimônio público. Além dos benefícios mais objetivos, ainda é preciso considerar que diversas pesquisas comprovam os benefícios à saúde física e mental da população, aliados à qualidade de vida em cidades com áreas públicas estruturadas.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10ª. Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2007).

BONATTO, Daniela. MASCARÓ, Juan. O Sistema de Espaços Livres de Passo Fundo-RS: Escassez e Descontinuidade. In: <http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/03/O-sistema-de-espa%C3%A7os-livres-de-Passo-Fundo-RS-escassez-e-descontinuidade.pdf> 2014.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOSCH, Luiz Roberto Medeiros. A Evolução urbana de Passo Fundo. In: WICKERT, Ana Paula. (org) *Arquitetura e Urbanismo: Em Debate*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm > Acesso: 08 de julho de 2020.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MATOS, Lucília da Silva. **Belém: do direito ao lazer ao direito à cidade**. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e esporte: políticas públicas*. Campinas: Autores Associados, 2001.

PEEUUEL: Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público. IDOM, 2014.

WICKERT, Ana Paula. (org) *Arquitetura e Urbanismo: Em Debate.* Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2005.

WICKERT, Ana Paula. “Planejamento urbano e espaços públicos: parques como ferramentas de transformação social”. 19 Nov 2019. IN: ArchDaily Brasil. Acessado 12 Ago 2020. <<https://www.archdaily.com.br/br/928652/planejamento-urbano-e-espacos-publicos-parques-como-ferramentas-de-transformacao-social>.

SOBRE AS AUTORAS E AUTORES

ANA PAULA WICKERT

Arquiteta e urbanista, com mestrado em Arquitetura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Secretária de Planejamento de Passo Fundo, entre 2013 e 2020. Autora de livros e artigos sobre o tema de patrimônio e cidades, também foi coordenadora executiva do Programa de Desenvolvimento Integrado BID Passo Fundo. Atua como consultora e palestrante através da Arqatualiza.

LARISSA DE REZENDE

Possui Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade Meridional de Passo Fundo (2016), onde também concluiu Mestrado em Arquitetura e Urbanismo na linha de pesquisa de Morfologia, Usos e Apropriações das Edificações e dos Espaços Construídos. Tem experiência na elaboração de projetos arquitetônicos e seus complementares, com ênfase em projetos públicos, projetos residenciais, orçamentos, fiscalização e gestão de obras. Atualmente, trabalha na Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Passo Fundo.

ALEX ANTÔNIO VANIN

Doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Atua como bolsista PROSUC/CAPES sob a orientação do Prof. Dr. João Carlos Tedesco, analisando o período de desenvolvimento da política indigenista do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no Rio Grande do Sul, com foco nas décadas de 1940 a 1970. Mestre (2020) e licenciado (2018) em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Membro efetivo do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF) e editor-chefe da Acervus Editora. Tem interesse em áreas como: história indígena e do indigenismo; história regional; história política.

PEDRO HENRIQUE CARRETTA DINIZ

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Escola Politécnica da Faculdade Meridional - IMED (2019), onde também concluiu o Mestrado Acadêmico em Arquitetura e Urbanismo (2021), com pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É especialista em Docência no Ensino Superior e possui MBA em Gestão de Projetos e em Gestão Pública. Atualmente, trabalha na Coordenadoria de Gestão Pública e Planejamento Estratégico (CGPPE) da Secretaria de Planejamento de Passo Fundo (SEPLAN), onde atua como Secretário-geral do Conselho Municipal de Desenvolvimento Integrado (CMDI) e compõe o núcleo técnico de Revisão do Plano Diretor do município. Além disso, é representante governamental no Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência (COMPEDE), integrante da Comissão de Planejamento, Adequação e Monitoramento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no âmbito da administração

direta municipal, e desenvolve projetos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos, entre outras funções correlatas ao cargo. Tem interesse, sobretudo, pelas temáticas: história da habitação, habitação operária, patrimônio industrial, arquitetura moderna, história da cidade e do urbanismo e planejamento urbano e regional.

DIRCEU PICCINATO JUNIOR

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Moura Lacerda (CUMML - 2001) e em Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR - 2008), mestrado em Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas - 2012) e doutorado em Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas - 2016), com estágio de pesquisa na Universidade do Algarve (UAlg, Portugal - 2015). Atualmente, é docente dos Programas de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo da IMED (IMED-PPGARQ); bolsista de Produtividade da Fundação Meridional (2018-2021) e pesquisador integrante do Grupo de Pesquisa Teoria e História da Habitação e da Cidade (THAC-IMED). Atua nas áreas de Planejamento Urbano e Regional e Projeto em Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo e Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, principalmente nos seguintes temas: história urbana, da urbanização e da cidade, propriedade fundiária, produção do espaço urbano e territorial, patrimônio cultural, morfologia e estrutura, forma e transformação do espaço urbano.

EDGAR DE SOUZA

Arquiteto e urbanista pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS - 2017), com período sanduíche na Universidade Técnica de Kaiserslautern, na Alemanha (2014-2015), especialista em Docência no Ensino Superior (2020) e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade Meridional (IMED, 2020). Atualmente, é professor de graduação em Arquitetura e Urbanismo na Unidade Central de Educação Faem Faculdade (UCEFF - Campus Chapecó, SC). Atua nas áreas de Planejamento Urbano e Regional e Projeto em Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo e Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, principalmente nos seguintes temas: arquitetura moderna, história da arquitetura moderna, habitação social, história da habitação social, políticas públicas habitacionais, produção e modernização do espaço urbano, patrimônio arquitetônico e papel social do arquiteto urbanista.

DIEGO FERRETTO

Arquiteto urbanista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC - 2007), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP - 2012) e doutor em Arquitetura e Urbanismo também pela USP (2018). Atualmente, é professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Paulista (UNIP) e atua na área de pesquisa, com ênfase nos processos de produção do espaço urbano e segregação socioespacial.

EDUARDO ROBERTO JORDÃO KNACK

Graduado (2005) em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF), mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF - 2007), com a dissertação *Modernização do espaço urbano e patrimônio histórico: Passo Fundo/RS*. Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS - 2016), na linha de pesquisa Sociedade, Ciência e Arte, com a tese *Passo Fundo e a construção do imaginário de capital do planalto: comemoração, memória, visualidade e políticas públicas*, doutorado com período sanduíche na Universidade Nova de Lisboa. Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl - 2016-2019), período em que pesquisou as relações entre urbanização, modernização e patrimônio cultural, e atuou como professor e coorientador em nível de mestrado e doutorado. Também, trabalhou como professor na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), na Universidade de Passo Fundo (UPF), na Universidade Federal de Pelotas (UFPEl) e na Escola de Ensino Fundamental St. Patrick. Possui experiência em museus, tendo atuado como estagiário e coordenador pedagógico do Museu Histórico Regional de Passo Fundo. Atualmente, é professor adjunto e coordenador da Unidade Acadêmica de História na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), onde atua como professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em História, na linha de pesquisa Cultura e Cidade. Ademais, participa da Rede Internacional de Pesquisa em História e Culturas no Mundo Contemporâneo. Temas de interesse: comemorações, memória, patrimônio, cidades, imaginário, ensino de história.

ROSA MARIA LOCATELLI KALIL

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS - 1978), graduação em Ciências Econômicas pela Universidade de Passo Fundo (UPF - 1993), mestrado em Engenharia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS - 1983) e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP - 2001). Tem cursos de especialização em Pedagogia Social pela Universidade de Passo Fundo (UPF - 2001) e Formação de Professores em Educação à Distância pela Universidade Federal do Paraná (UFPR - 2002). Atualmente, é arquiteta urbanista – Escritório de Arquitetura e Urbanismo – e professora titular aposentada da Universidade de Passo Fundo. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Planejamento e Projetos da Edificação, bem como em Planejamento Urbano e Regional. Atua nos seguintes temas: periferia urbana, habitação social, planejamento e projeto urbano, planejamento e desenvolvimento regional, sociologia urbana, avaliação pós-ocupação e desenvolvimento sustentável. Além disso, tem experiência e atuação em gestão universitária e tecnologias sociais.

LUIZ ROBERTO MEDEIROS GOSCH

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos - 1985) e mestrado em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ - 2002). Atualmente, é professor titular da Universidade de Passo Fundo (UPF). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo.

DJIOVAN VINÍCIUS CARVALHO

Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF). Mestre (2020) e licenciado (2017) em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Atualmente, é membro do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), ocupando o cargo de vice-presidente, bem como é membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Ainda, é presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Passo Fundo, no qual representa a Setorial de Patrimônio Material e Imaterial, Arquitetura e Urbanismo. Também, é colaborador da Next History e da Acervus Editora; pesquisador da Arkhé Assessoria e Consultoria Histórica; e membro pesquisador da Rede de Pesquisa em Acervos e Patrimônio Cultural (REPAC). Tem interesse nos seguintes temas: educação patrimonial, patrimônio, arquivos pessoais, estudos cemiteriais, história pública, trajetória de acervos, patrimônio documental, epistolografia e trajetórias.

CALIANE CHRISTIE OLIVEIRA DE ALMEIDA

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN - 2004), mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo (EESC-USP - 2007), doutorado e pós-doutorado em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP - 2012 e 2015). É coordenadora e docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Meridional (PPGARQ-IMED); bolsista de Produtividade em Pesquisa da Fundação Meridional; e coordenadora do Grupo de Pesquisa Teoria

e História da Habitação e da Cidade (THAC-IMED). Tem experiência administrativa junto ao Comitê de Stricto Sensu e Pesquisa da IMED, ao Conselho Superior da IMED e ao Núcleo Docente Estruturante do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo nas unidades de Passo Fundo e Porto Alegre, sendo inclusive editora da Revista de Arquitetura da instituição. Atua nas áreas de Planejamento Urbano e Regional e Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo e Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo.

HENRIQUE ANICETO KUJAWA

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos - 2014), mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF - 2000), graduado em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF - 1994). Foi docente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da IMED e dos cursos de graduação em Direito, Psicologia e Arquitetura e Urbanismo da instituição. Docente da Universidade de Chapecó (UNOCHAPECÓ) de 2001 a 2017. Bolsista de produtividade em Pesquisa da Fundação Meridional desde 2017. Membro do Grupo de Pesquisa Teoria e História da Habitação e da Cidade (THAC-IMED) e do Centro Brasileiro de Pesquisa sobre a Teoria da Justiça de Amartya Sen. Tem experiência na área de História e Ciências Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: direito humano à saúde, movimentos sociais, território e territorialidade, políticas habitacionais, patrimônio cultural e desenvolvimento, tramas sociais e constituição de espaços urbanos.

ADRIANA GELPI

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos - 1984), com especializações em planejamento urbano, gestão e sustentabilidade - IEAL, FLACAM e Núcleo de Energia UFRGS. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PRO-PUR-UFRGS - 1993) e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP - 2003). Pós-doutorado na Universidade Politécnica da Catalunha (2013). Professora pesquisadora aposentada da Universidade de Passo Fundo (UPF) com experiência em docência, pesquisa e extensão na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional, planejamento urbano, alternativas para o desenvolvimento e sustentabilidade. Atualmente, exerce a profissão de arquiteta urbanista.

WAGNER MAZETTO DE OLIVEIRA

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Passo Fundo (UPF - 2016), intercâmbio acadêmico na Universidade de Coimbra, Portugal (2014-2015), mestrado em Planejamento Urbano e Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR-UFRGS - 2020), doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP - 2021-atual). Fez parte do Núcleo de Engenharia e Arquitetura da Secretaria Municipal de Obras e Viação do município de Caseiros (RS), atuou como projetista na empresa Spielmann Arquitetura (2014), trabalhou junto ao Núcleo

de Desenvolvimento Urbano e Comunitário da Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Universidade de Passo Fundo (FEAR-UPF - 2015-2016). Participação até 2017 em projetos de pesquisa no Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais da UPF, relacionados aos temas: habitação de interesse social; acessibilidade universal em instituições de ensino; planejamento urbano e sustentabilidade. Atualmente, desenvolve pesquisa sobre Infraestrutura Social, qualidade de vida urbana, sistemas de espaços livres e paisagem urbana. Profissionalmente, atua como professor universitário do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário IDEAU (UNIDEAU). Atua também em escritório próprio, trabalhando na área de arquitetura residencial, arquitetura comercial, arquitetura de interiores, planejamento urbano e urbanismo.

JOÃO HENRIQUE CENCI

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Passo Fundo (UPF - 2019). Possui intercâmbio acadêmico pelo programa CAPES MARCA/Mercosul na Universidade Nacional de Tucumán, Argentina. Fez parte como estagiário do Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais da Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Universidade de Passo Fundo (FEAR-UPF - 2015-2018) e colaborou em projetos de pesquisa relacionados aos temas: habitação de interesse social; acessibilidade universal em instituições de ensino; planejamento urbano e sustentabilidade. Realizou estágio no escritório ZuHause Engenharia, período em que desenvolveu atividades no ramo da arquitetura.



A obra *Passo Fundo: Estudos Históricos - Volume III* publicada no ensejo das comemorações dos 130 anos da elevação da Vila de Passo Fundo à condição de cidade, tem como objetivo reunir textos que tenham como objeto de estudo os processos, práticas, discursos e agentes envolvidos com a história da cidade de Passo Fundo. A partir de trabalhos que abordam questões conceituais e históricas, este volume servirá como espaço para discussão e divulgação de pesquisas relacionadas à temática, com o objetivo de colaborar com a compreensão e o (re)conhecimento dos processos de formação e de transformação da cidade.

